PUBLICADO
JORNAL DIÁRIO DO SUDOESTE
Edição nº 3904 De 15/11/2006

# LEI Nº 2.696, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2006

Institui o **Plano Municipal de Educação**, em conformidade com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica instituído o Plano Municipal de Educação, com duração de 6 (seis) anos.

**Art. 2º** O Plano Municipal de Educação foi elaborado com a participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em conformidade com o Plano Nacional de Educação.

**Art. 3º** O Plano Municipal de Educação reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República, como também a Lei Orgânica do Município.

**Art. 4º** O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município, com suas respectivas diretrizes e metas, conforme documento anexo.

**Art. 5º** Compete ao Conselho Municipal de Educação realizar o acompanhamento e avaliação da execução do Plano.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e de outros recursos capitados no decorrer da execução do Plano.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

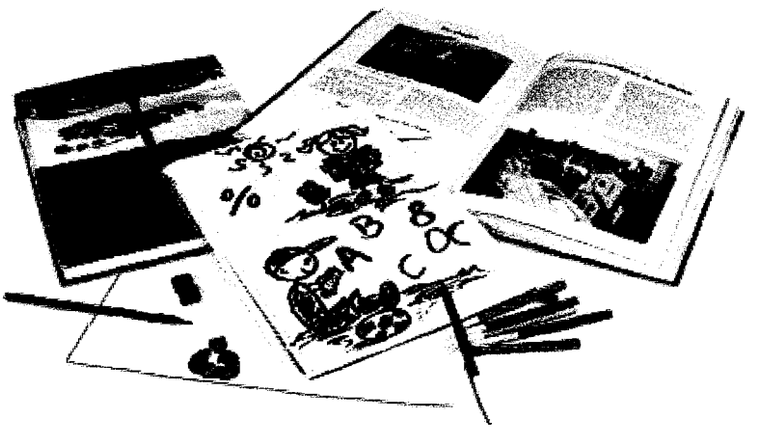
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 7 de novembro de 2006.

ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal

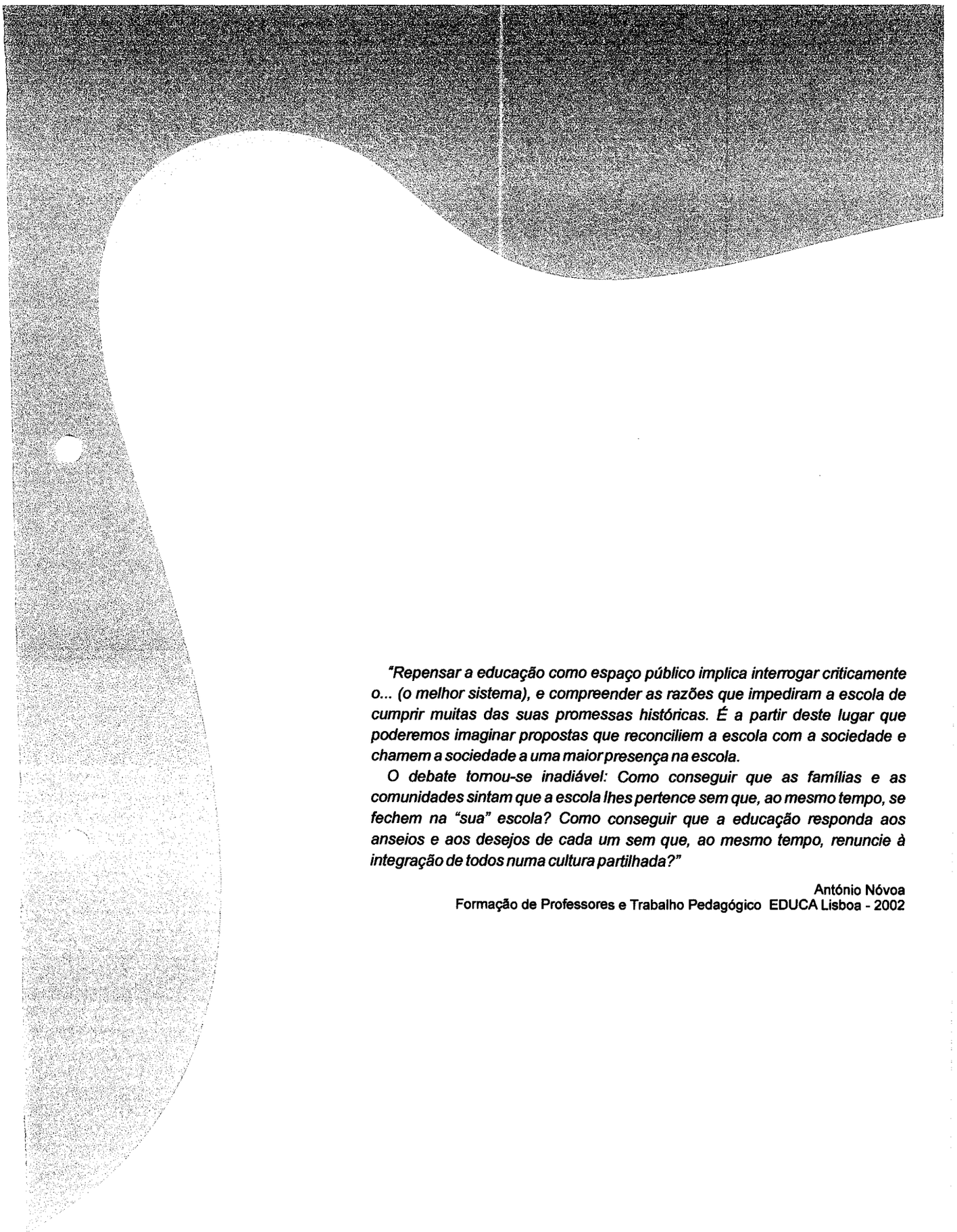
ASSESSORIA JURÍDICA

Secretaria Municipal
de Educação, Cultura,
Esporte e Lazer

# Plano
# Municipal de Educação



Pato Branco
PREFEITURA MUNICIPAL
Nossa Terra



*"Repensar a educação como espaço público implica interrogar criticamente o... (o melhor sistema), e compreender as razões que impediram a escola de cumprir muitas das suas promessas históricas. É a partir deste lugar que poderemos imaginar propostas que reconciliem a escola com a sociedade e chamem a sociedade a uma maior presença na escola.*

*O debate tornou-se inadiável: Como conseguir que as famílias e as comunidades sintam que a escola lhes pertence sem que, ao mesmo tempo, se fechem na "sua" escola? Como conseguir que a educação responda aos anseios e aos desejos de cada um sem que, ao mesmo tempo, renuncie à integração de todos numa cultura partilhada?"*

António Nóvoa
Formação de Professores e Trabalho Pedagógico EDUCA Lisboa - 2002

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PARANÁ



# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATO BRANCO

PATO BRANCO - PR
2006 -2012




**GESTÃO 2005 A 2008**

Prefeito Municipal de Pato Branco: Roberto Viganó.

Secretária Municipal de Educação, Cultura Esporte E Lazer: Solange Beatris Amadori Martins de Oliveira.

Departamento de Educação Infantil: Juliane Cadorin.

Departamento do Ensino Fundamental: Conceição de Maria Barroso Ritzmann.

Departamento de Educação Especial: Lucene Bertol.

Departamento de Educação de Jovens e Adultos: Kelvin Silva.

Departamento de Cultura: Cirene Miotto.

Departamento de Esporte e Lazer: Flávio Krassota.

**COORDENAÇÃO GERAL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Representante da Secretaria Municipal de Educação: Beatrici Flora Barrionuevo.

**COMITÊ GESTOR CENTRAL**

Representante da Equipe Pedagógica da Secretaria Smecel:
Conceição de Maria Barroso Ritzmann.

Representante da Equipe Técnica Administrativa Smecel: Alcides Benato.

Representante dos Diretores das Unidades Escolares: Giovana da Silva.

Representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino: Lucia Maria Machado.

Representante do Órgão de Representante dos Professores Municipais:
Selma Gaspar.

Representante do Comitê Setorial de Educação Infantil: Juliane Cadorin.

Representante do Comitê Setorial da Educação Fundamental: Elaine Andolhe.

Representante do Comitê Setorial do Projeto de Educação de Jovens e Adultos:
Kelvin Silva.

Representante do Comitê Setorial de Educação Especial: Lucene Bertol.

Representante do Comitê Setorial da Educação de Campo: Linei Gehen.

Representante do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: Marilene Colla.

Representante do Conselho Municipal de Educação: Heloí de Carli.

Representante do Comitê da Educação em Tempo Integral: Marcelo Oltramari.

Assessoria: Prof. Dr. Dirceu Antonio Ruaro

Projeto Gráfico: Eiguel Ribeiro

**COMITÊ SETORIAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**
Elizangela Kempfer
Neiva Aparecida Pereira
Edriane Aparecida dos Santos Chaves
Juliane Cadorin
Denise Tombini de Souza
Marilene Benetti

**COMITÊ SETORIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL**
Iraci Cadorin
Marilene Gulgelmin de Almeida
Jusara Santos
Conceição de Maria Barroso Ritzmann
Elaine Andolhe
Giovana Mattei da Silva
Ignês Zachi Silva

**COMITÊ SETORIAL DO PROJETO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**
Sueli Chioquetta
Ana Paula Bet Sendeske
Maria Sonia Garcia
Kelvin Silva

**COMITÊ SETORIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Clarmi S. Tonial
Maria Aparecida da Cruz
Maristela V. Pavan
Loreci F. Rubbo
Lucene Bertol
Cácia Ruaro Webber
Marilu Correa Vendrúsculo

**COMITÊ SETORIAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**
Rosilei Puntel Carneiro
Fátima Fontana
Eliane Debastiane
Bernardete Sgarbossa
Rosane Pollon Polazzo
Linei Benin Gehen

**COMITÊ SETORIAL DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**
Eliane Gauze
Marcos Antonio Gonçalves
Valdomiro Maciel da Silva
Laura Marli Amadigi Dal Santo
Marcelo Oltramari

## APRESENTAÇÃO

Este documento se concretiza e se apresenta como o resultado de discussões democráticas e participativas na busca de elaboração de um Plano Municipal de Educação que, a partir de vários pontos de vista, procurou discutir valores, princípios, diretrizes, metas e ações necessárias à transformação da educação do município de Pato Branco visando a construção de uma sociedade mais equilibrada, no plano das relações humanas, sociais, familiares e educacionais.

Com certeza a elaboração do Plano Municipal de Educação de Pato Branco buscou interpretar as ansiedades e desejos dos diversos atores da educação municipal, considerando como ponto central de atenção o aluno em qualquer uma das modalidades educativas praticadas no município. As relações vividas por professores, diretores, coordenadores pedagógicos, pais de alunos e sociedade civil organizada sobre as ações educacionais no território do município de Pato Branco revelam as práticas cotidianas que levam esses atores a agir ou a não agir motivados por seus valores, concepções, culturas, interesses e filosofias que heterogêneas tecem o cotidiano da escola patobranquense que decide pensar e fazer o novo, o diferente num esforço coletivo de reflexão e construção.

A questão ideológica perpassa as diversas e inúmeras discussões travadas e, certamente, se apresenta também nos textos que foram elaborados, porém não são as questões filosóficas e ideológicas que importam no contexto do Plano Municipal de Educação. O que importa é a quem esse plano serve.

Diferentes olhares e visões são contempladas ao longo do plano e refletem a diversidade dos problemas, desafios e angústias vividas no cotidiano das salas de aula de nossas escolas.

O Plano converge para metas e ações capazes de estimular o desejo de transformação, meta final e desejo de todos os que se envolveram de corpo e alma na elaboração do presente documento.

A metodologia adotada procurou envolver todos os segmentos da sociedade especialmente as famílias e os professores. Evidentemente, uns mais, outros menos, participaram, mas o resultado é a soma dos esforços de todos na busca não de dizer e discutir o que falta, mas com o olhar do futuro, sabendo para onde se vai

apesar de nossos preconceitos e dificuldades ter a possibilidade de propor, de pensar a construção de uma educação nova, de experimentar o novo, admitir nossas deficiências e buscar uma nova educação, apesar de nossos velhos ranços.

Esta é a idéia. Que o Plano Municipal de Educação sirva de caminho, de ponto de referência para uma política pública de educação que perpasse as questões quase sempre limitadas de propostas dos partidos políticos. Por isso mesmo, o Plano Municipal de Educação não se caracteriza como um documento de um partido político, mas de uma comunidade que quer construir uma escola cooperativa e comprometida com a qualidade do ensino e da aprendizagem de todas as crianças e jovens patobranquenses, independentemente de sexo, idade, religião ou classe social.

Prof. MSc. Solange Beatris Amadori Martins de Oliveira
Secretária Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer

## PREFÁCIO

Entendendo a educação como bem público, direito do cidadão e dever do estado e da família é que o município de Pato Branco em obediência à Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001 apresenta seu Plano Municipal de Educação.

Nesse entendimento está subjacente a ação do poder público municipal com relação às modalidades de ensino sob sua responsabilidade e mais que isso, adotando a concepção de que a educação é uma apropriação da cultura humana produzida historicamente e tendo a escola como instituição sistematizadora desse conhecimento, era necessário que se tomasse a iniciativa de cumprir com os dispositivos legais e organizar as medidas necessárias para que a escola municipal pudesse estar instrumentalizada para a realização eficiente de seus objetivos.

Assim, ao determinar a elaboração, o Plano Municipal de Educação do Município de Pato Branco, nossa preocupação foi na direção das especificidades próprias de nosso município, pois temos a consciência clara de que nossas escolas precisam passar por profundas transformações em suas práticas para enfrentar e vencer os desafios do cotidiano.

Conscientes estamos de que transformar práticas e culturas tradicionais e burocráticas das escolas que, por meio da retenção e da evasão acentuam a exclusão social não é tarefa simples e nem para um só governo. O desafio é educar as crianças e jovens patobranquenses proporcionando-lhes um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo. Tal objetivo exige esforço constante de diretores, professores, funcionários, pais de alunos, sindicato de professores, governantes e outros grupos sociais organizados.

Não ignoramos que este desafio precisa ser enfrentado em primeiro plano pelas políticas públicas de governo. Entendemos também que a soma dos esforços é que poderá levar a escola patobranquense para o caminho da transformação.

Este Plano é um começo. O convite da Municipalidade é para a participação, a ação coletiva, a busca do novo, pois o colapso das velhas práticas políticas mostra que é preciso investir na escola para investir na transformação do ser humano. Esperamos, pois, que todos sejamos capazes de um grande trabalho coletivo, de

participação, de reflexão e de ação nesse contexto educacional que sabemos complexo, carregado de conflitos e que exige posturas éticas e políticas.

O Poder Público Municipal espera poder contar com o compromisso de todos, especialmente dos que atuam na educação municipal, na alimentação, na avaliação e realimentação do presente Plano.

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

SUMÁRIO


Coordenação Geral do Plano ..... 02
Apresentação ..... 04
Prefácio ..... 06
1 – Das Bases Legais ..... 10
2 – Síntese Histórica do Município ..... 13
2.1 Origem de Pato Branco ..... 13
2.2 O Contestado e a Colônia Bom Retiro ..... 14
2.3 Emancipação do Município ..... 17
3 – Análise Macro Estrutural ..... 18
3.1 Diagnóstico ..... 18
3.1.1 Contexto Geográfico ..... 18
3.1.2 Contexto Sócioeconômico ..... 22
4 – Plano de Metas para o Período 2006 a 2012 ..... 38
4.1 Educação Infantil ..... 38
4.1.1 Diagnóstico ..... 38
4.1.2 Diretrizes ..... 40
4.1.3 Princípios ..... 42
4.1.4 Concepções ..... 43
4.1. 5 Objetivos, Metas e Ações ..... 46
4.2 Educação Fundamental-Séries Iniciais ..... 51
4.2.1 Diagnóstico ..... 51
4.2.2 Diretrizes ..... 54
4.2.3 Princípios ..... 55
4.2.4 Concepções ..... 56
4.2. 5 Objetivos, Metas e Ações ..... 64
4.3 Educação Especial ..... 68
4.3.1 Diagnóstico ..... 68
4.3.2 Diretrizes ..... 73
4.3.3 Princípios ..... 76
4.3.4 Concepções ..... 77
4.3. 5 Objetivos, Metas e Ações ..... 79
4.4 Educação no Campo ..... 85
4.4.1 Diagnóstico ..... 85
4.4.2 Diretrizes ..... 87
4.4.3 Princípios ..... 89
4.4.4 Concepções ..... 90
4.4.5 Objetivos, Metas e Ações ..... 93
4.5 Educação de Jovens e Adultos ..... 97
4.5.1 Diagnóstico ..... 97
4.5.2 Diretrizes ..... 99
4.5.3 Princípios ..... 101
4.5.4 Concepções ..... 103
4.5.5 Objetivos, Metas e Ações ..... 106

4.6 Educação Integral ..... 110
4.6.1 Diagnóstico ..... 110
4.6.2 Diretrizes ..... 112
4.6.3 Princípios ..... 113
4.6.4 Concepções ..... 114
4.6. 5 Objetivos, Metas e Ações ..... 118
5 Bibliografia ..... 121

## 1- DAS BASES LEGAIS

A elaboração do Plano Municipal de Educação está fundamentada nos seguintes atos legais:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu artigo 214 estabelece o plano municipal de educação de duração plurianual.

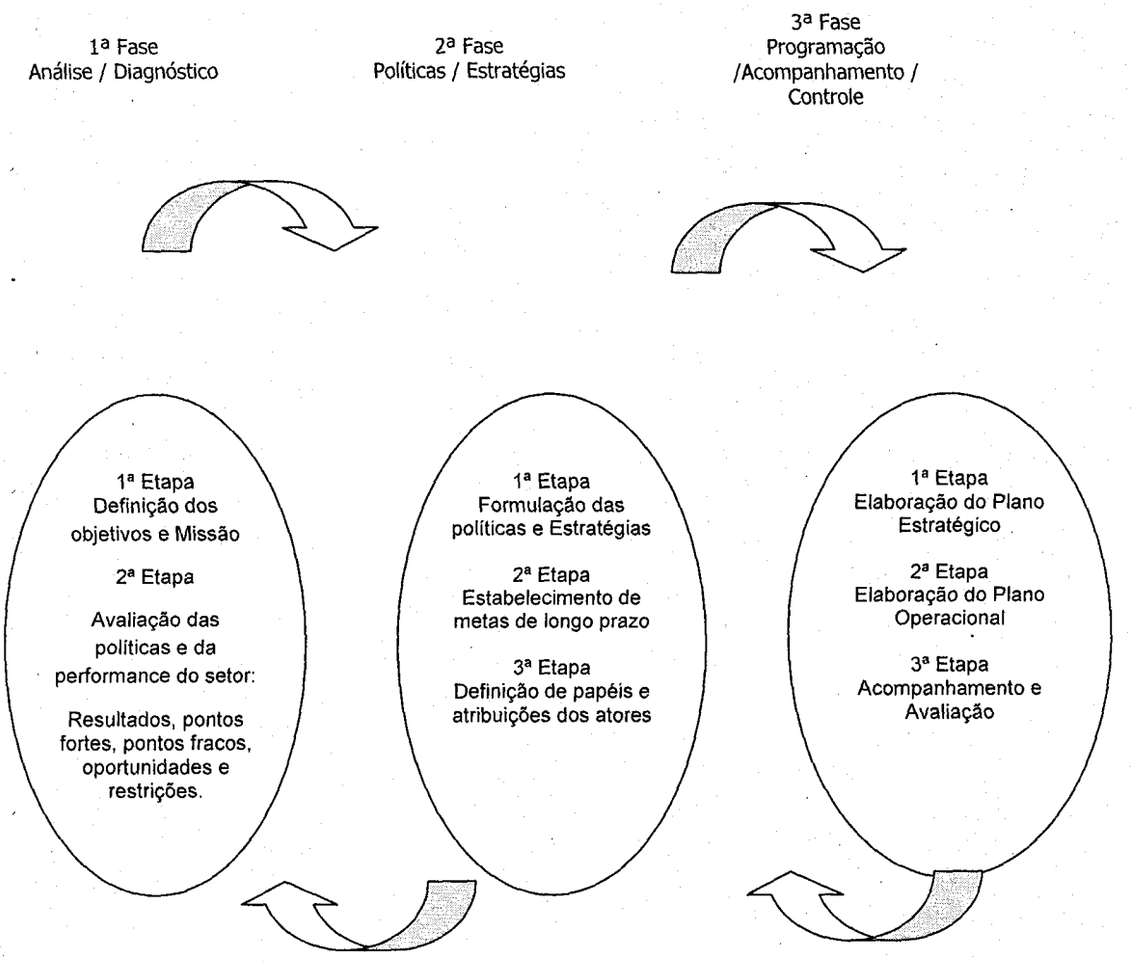
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 no seu artigo 09, inciso I determina: "elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios".

- Na lei orgânica municipal, no seu artigo 110, prevê a elaboração do Plano Plurianual de educação.

- Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação. Artigo 2º: "A partir da vigência desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes".

O Município de Pato Branco, por meio do decreto 4.833 de 15 de abril de 2005 do Sr. Prefeito Municipal delega e determina a elaboração do Plano Municipal de Educação pela Secretaria Municipal de Educação.

Para dar cumprimento ao determinado pelo Sr. Prefeito e pela Secretaria Municipal de Educação, foram criados Comitês Gestores Setoriais e o Comitê Gestor Central com a finalidade de estabelecer as discussões necessárias para implementação do processo de construção do Plano Municipal de Educação, que em síntese, obedeceu a seguinte metodologia:




Este documento é o resultado de discussões e debates dos professores da rede municipal de educação, em seminário realizado sobre o Plano Municipal de Educação. Na oportunidade foram analisados textos pertinentes e elaboradas sugestões.

Debates também aconteceram nas escolas, oportunizando aos pais e funcionários participarem da elaboração do Plano Municipal de Educação, num movimento democrático e participativo e com forte sentimento de pertença.

A comunidade, por meio de representantes de Escolas Estaduais e Particulares, Entidades, NRE (Núcleo Regional de Educação), Associações, Instituições de Ensino Superior, participou também, contribuindo de forma democrática e participativa.

Os textos apresentados são uma síntese deste trabalho participativo, analisados e relatados pelas equipes dos comitês setoriais e comitê gestor central (grupos de trabalho).

A proposta, após análise deverá ser transformada em lei, para garantir a qualidade do ensino público do Município de Pato Branco.

O Plano Municipal de Pato Branco, elaborado em 2005 traça objetivos, metas e ações para o período 2006-2012, quando a comunidade educacional será convocada novamente para reavaliar e reestruturar um novo Plano Municipal de Educação.

Comitê Gestor Central

# 2- SÍNTESE HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

## 2.1 ORIGEM DE PATO BRANCO

A primeira área a ser povoada, na região, que hoje se conhece como Sudoeste do Paraná foi os Campos de Palmas. Desde o início do século XVIII (1701-1800) os Campos de Palmas eram percorridos por tropeiros que faziam o trajeto de Viamão, perto de Porto Alegre, a Sorocaba em São Paulo, para onde conduziam animais, bovinos e eqüinos para as grandes e concorridas feiras anuais. A ocupação da área pelo tropeiro, no entanto, foi insignificante, não passando de fazendas e invernadas ao longo da "picada", mais para o apoio às tropas em trânsito do que, propriamente, para o criatório de animais e ocupação organizada de área. Caso típico disso é a origem de Clevelândia, um núcleo batizado "Bela Vista de Baixo", que se formou para abastecer as caravanas tropeiras.

A posse propriamente dita dos Campos de Palmas, em iniciativa à parte da ação dos tropeiros, deu-se a partir de 1839, com a chegada simultânea de duas expedições organizadas em Guarapuava e Palmeira, sem que uma soubesse da outra, para se apossar da área. Comandados por José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Cortes. Esses dois grupos estiveram às vias de entrarem em luta pela posse da área, ao se encontrarem, de surpresa, nos Campos de Palmas. Um padre – Ponciano José de Araújo – do grupo de José Ferreira dos Santos, conseguiu convencer os litigantes para a partilha do território, definida por arbitramento de representantes da Comarca de Curitiba. Assim surgiram, em 1840, os Campos de Palmas de Cima e os Campos de Palmas de Baixo, tendo como linha divisória o rio Caldeiras, afluente do rio Chopim. Os Campos de Palmas de Cima – rumo às nascentes do rio Chopim, passaram para o grupo comandado por José Ferreira dos Santos; os Campos de Palmas de Baixo – rumo à foz do rio Chopim, ficaram para Pedro de Siqueira Cortes e os integrantes de sua bandeira.

Note-se que a esses primeiros desbravadores do atual Sudoeste do Paraná só interessavam os campos naturais para pastagem e formação de grandes fazendas

para criatório, sem muitos custos. "Era só cercar". Terras com vegetação alta, capoeiras e matas não interessavam. Não tinham valor nenhum. Área de pinhal, então... dada era cara. Diante disso, a ocupação das terras do Sudoeste do Paraná deu-se em duas fases distintas: a dos campos gerais, a partir de 1840, com a implantação das primeiras fazendas para o criatório; e a da área coberta com vegetação arbórea, no início do séc. XX (1901...).

As primeiras penetrações nessa segunda área, a de vegetação alta, ocorreram sem nenhuma programação oficial e mesmo sob a forma de invasão, como ocorreu na zona fronteiriça com a Argentina, onde levas de gente daquele país se instalaram pela região, trabalhando na extração (contrabando) de erva-mate. Outra rota ligava a região ao Rio Grande do Sul, usada, de início, como forma de fuga de condenados e procurados pela Justiça daquele Estado, ou fugitivos implicados em disputas político-partidárias, como por exemplo, entre litigantes da Revolução Federalista, do final do séc. XIX. João Arruda, ligado ao nome do rio Pato Branco, era um maragato que, jurado de morte no Rio Grande e para escapar da execução veio se refugiar no interior do Município de Clevelândia, lá por 1910. Veio também gente (empregados e escravos fugitivos) das fazendas de criatório de Palmas e Clevelândia.

Especificamente para a região de Pato Branco, ocupada, após 1918, pela Colônia Bom Retiro, vieram moradores da área do Contestado. O fato vem explicado a seguir:

## 2.2 O CONTESTADO E A COLÔNIA BOM RETIRO

O Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste paranaense, até 1916, constituíam-se numa só área, com 48 mil quilômetros quadrados e pertencendo ambos ao Estado do Paraná. Em 1901, Santa Catarina requereu, no Supremo Tribunal Federal, anexação de toda essa área ao seu Estado, obtendo parecer favorável da Suprema Corte. Foi o que bastou para dar início a "brigas diplomáticas e contestações" que atravessaram 15 anos, passando essas terras para a História como "O Contestado". Às desavenças

entre os dois estados – SC e PR – sobre o domínio territorial somaram-se distúrbios religiosos, sociais, fundiários, envolvendo a região em lutas fratricidas sangrentas.

Política e administrativamente, o episódio teve epílogo em 1916, por arbitramento do Presidente da República, Wenceslau Braz, que dividiu, no Sudoeste, a área entre os dois litigantes com base no divisor de águas dos rios Uruguai e Iguaçu, originando-se disso a atual linha limítrofe entre os dois Estados, em nossa região.

A partilha, no entanto, criou descontentamento entre muitos moradores da região, especialmente na que coube a Santa Catarina. Não se conformavam eles em passar para a administração do estado catarinense, preferindo morar no Paraná. Para atendê-los em sua aspiração, o Governo do Paraná, criou, em 1918, a Colônia Bom Retiro, no interior do Município de Clevelândia. Configurando um triângulo, a área da colônia, com 1.587,50 quilômetros quadrados, apresentava as seguintes confrontações: cabeceira do rio Santana até a barra com o Chopim; por este, subindo até a foz do rio Pato Branco; subindo pelo Pato Branco e pelo seu afluente Lajeado Grande até a linha divisória com Santa Catarina e seguindo por esta, rumo à cabeceira do Santana.

No mesmo ano, ficou incumbido o engenheiro civil Francisco Gutierrez Beltrão, para a mediação da área, divisão em lotes e o assentamento dos migrantes do Contestado, uma vez que já mantinha escritório em Clevelândia, tendo vindo para a região em 1917, para integrar, como representante do governo paranaense, comissão federal de demarcação dos limites entre Santa Catarina e o Paraná.

Em 1940 e 1950 - Colônia Bom Retiro, com seu povoado Villa Nova, começou a se desenvolver graças a grandes projetos do Governo Federal, que visavam o desenvolvimento da região. Dentre esses projetos pode-se destacar:

- o Território do Iguaçu, em 1943, e que, por pressão política dos governos do Paraná, de Santa Catarina e seus representantes no Congresso Nacional, foi extinto em 1946;
- e a Instalação da CANGO – **C**olônia **A**grícola **N**acional **G**eneral **O**sório, em 1943, para coordenar o assentamento de migrantes oriundos, na maioria, do Rio Grande do Sul, na Gleba Missões, que ocupava quase toda a área do Sudoeste, do rio

Santana até a fronteira argentina. A sede da CANGO ficou em Villa Nova por 4 anos, até se abrir a estrada para chegar ao destino: Marrecas (Francisco Beltrão), trazendo bom desenvolvimento para a vila.

O desenvolvimento inicial da região deveu-se ainda especialmente:

1) à extração da madeira (pinheiros) e erva-mate, que desenvolveu o comércio, a prestação de serviços e oferta de mão-de-obra, proporcionando o aumento da população;
2) à instalação, em 1940, de um destacamento policial, construção de cadeia pública e subdelegacia, oferecendo mais segurança à população;
3) em 1945, Villa Nova recebeu Agência Postal, Telegráfica, para ampliar o serviço de comunicação externa, existente desde 1938;
4) em 1946, Dr. Silvio Coelho Vidal Leite Ribeiro abriu o primeiro hospital em Villa Nova – o "Hospital Santa Margarida";
5) em 1950, abriu-se o segundo hospital, do médico Harri Valdir Graeff;
6) oferta de ensino em Pato Branco com a implantação do Grupo Escolar Professor Agostinho Pereira (1943), hoje Colégio Estadual Agostinho Pereira, e do Instituto Nossa Senhora das Graças, em 1949, hoje Colégio Vicentino Nossa Senhora das Graças;
7) em 1948, instalação da Paróquia São Pedro Apóstolo, dirigida pelos padres franciscanos;
8) de 1947 a 1948, fez-se a instalação de Agência da Coletoria Estadual, sendo o primeiro titular o coletor Plácido Machado, que em 1952, se tornaria o primeiro prefeito de Pato Branco;
9) de 1940 a 1950, surgiu a maioria das comunidades rurais, com a chegada de migrantes gaúchos, catarinenses e sul-paranaenses;
10) em 10 de outubro de 1947 (lei 02), Bom Retiro passou a ser Distrito Administrativo fazendo jus à figura do subprefeito;
11) a mudança dos nomes Bom Retiro e Villa Nova para Pato Branco, foi espontânea, sendo oficializada em 14 de novembro de 1951, pela mesma lei que criou o Município;

12) a medição de Terras de Bom Retiro foi realizada por Duílio Trevisani Beltrão, que dividiu a região em onze núcleos rurais. O Núcleo Bom Retiro, com 86 propriedades rurais, teve ainda reservada uma área de 750 hectares para a urbanização de Villa Nova.

O Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, pela lei 790/51 de 14 de novembro de 1951, criou cinco municípios, entre eles Pato Branco, sendo os demais: Francisco Beltrão, Barracão, Santo Antônio, Capanema.

## 2.3 EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO

Pato Branco pertencia ao município de Clevelândia. Foi emancipado em 14 de novembro de 1951, pela lei nº 790, sancionada pelo governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto.

Em 4/12/1952 foi instalada a sede do Município de Pato Branco com a posse do primeiro Prefeito Municipal Plácido Machado.

Até 1960, Pato Branco conservou a sua área original de 1.876,30 $km^2$.

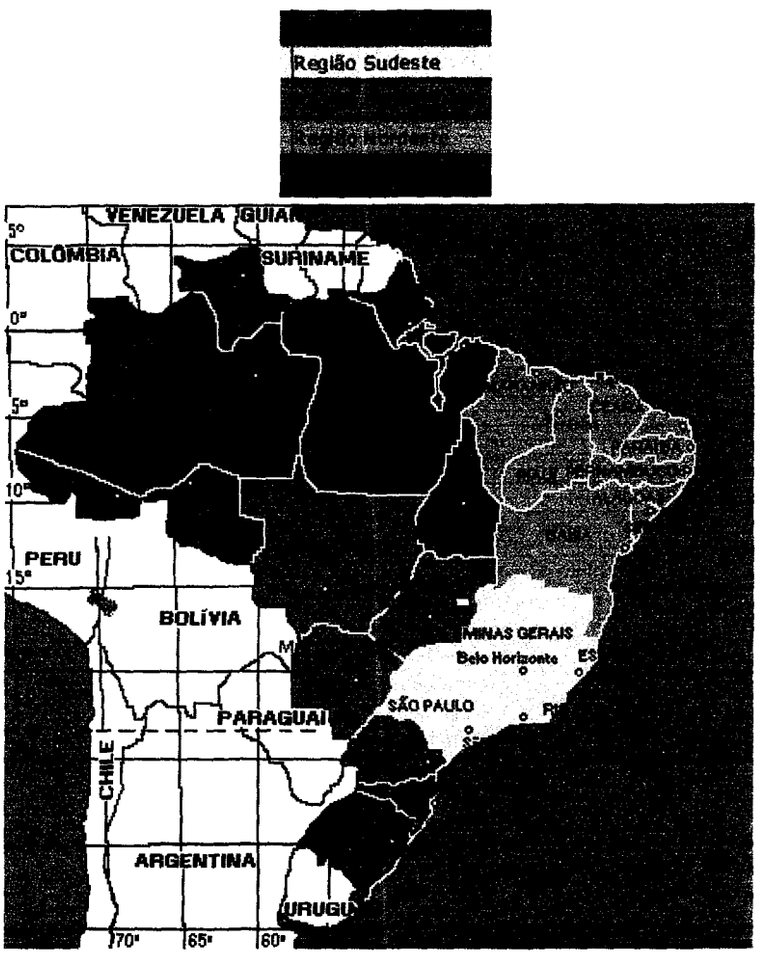
- Em 25 de junho de 1960, foram criados os municípios de Renascença e Marmeleiro, a que foi repassada área de 131 $km^2$ do território de Pato Branco.
- Em 1962, o território do Município de Pato Branco cedeu 718 $km^2$ para o Município de Dois Vizinhos, que por sua vez, passou partes dessa área para os municípios de Verê, Cruzeiro do Iguaçu e para Boa Esperança do Iguaçu.
- Em 28 de abril de 1964, o território de Pato Branco diminuiu mais 216 $km^2$, com a criação do município de Itapejara d'Oeste.
- Em 1º de Janeiro de 1990, o município de Bom Sucesso do Sul ficou com mais área de Pato Branco, precisamente, 210 $km^2$.
- Hoje Pato Branco possui área de 562,30 $km^2$, sendo 16,22$Km^2$ deles, área urbana.

# 3. ANÁLISE MACRO ESTRUTURAL

## 3.1 DIAGNÓSTICO

### 3.1.1 Contexto Geográfico

Localização




O Município de Pato Branco localiza-se na Região Sul do Brasil, conforme se vê no Mapa 1.

A Região Sul, formada pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, caracteriza-se por uma formação étnica de imigrantes europeus, com clima subtropical, tendo bem distintas as estações do ano, verões não muito quentes, geadas freqüentes e chuvas bem distribuídas.

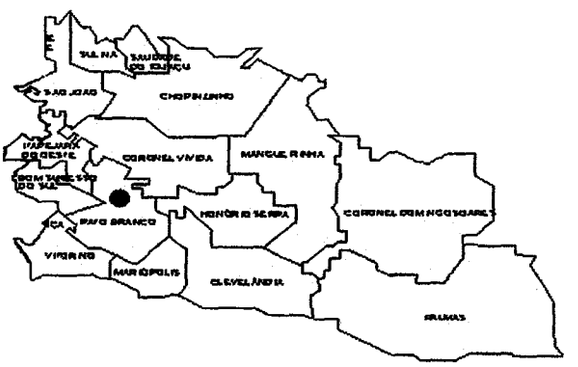
O Paraná ocupa 199.324 km2, o equivalente a 2,3% do território brasileiro. Em 2002, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a população paranaense era de 9.798.006 habitantes, com uma distribuição espacial estimada de 81, 41% na área urbana e 18,59% no meio rural.

O território do Paraná, para fins administrativos, políticos, econômicos e geográficos principalmente, está dividido em 10 REGIÕES: Região Metropolitana de Curitiba; Região Sudoeste; Região Centro Oriental; Região Norte Pioneiro; Região Norte Central; Região Noroeste; Região Centro Ocidental; Região Oeste; Região Cento Sul; REGIÃO SUDOESTE, conforme se vê no Mapa 2.




**Localização do Sudoeste no Paraná**

Pato Branco integra a Região Sudoeste, com outros 41 municípios, como se vê no Mapa 3. Atualmente, existe cerrada polêmica em torno dos municípios de Palmas, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Clevelândia pertencentes à Região Sudoeste e que, segundo o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) pertencem à Região Centro Sul e a ela devem passar, fato este que se opõem frontalmente todos os segmentos da sociedade sudoestina. A situação, no entanto, ainda não está resolvida e nem existe perspectiva para que lado vai pender.




**Localização de Pato Branco no Sudoeste do Paraná**

O Município de Pato Branco está localizado no Sudoeste do Estado do Paraná, com altitude de 760 metros e a 429 quilômetros de distância de Curitiba.

Pato Branco, por rodovia, interliga-se com a região, com o Estado do Paraná e com as demais regiões do País:

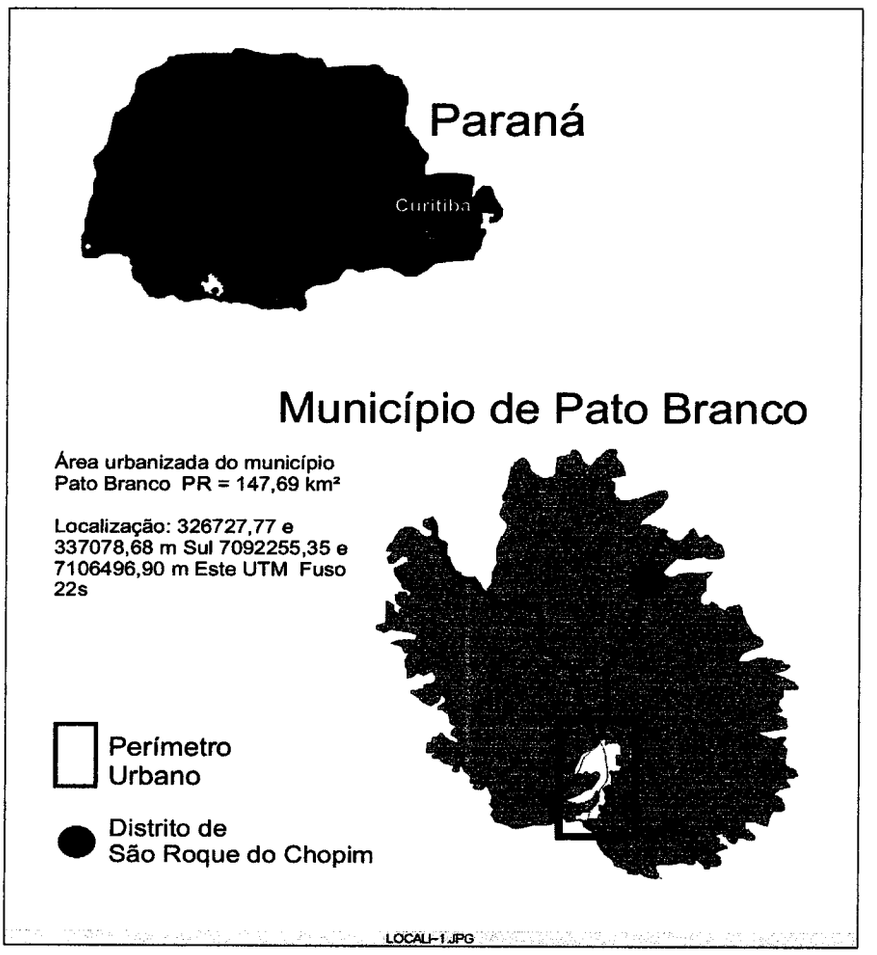
*pela PR 280: com o Sul, rumo União da Vitória – PR... Santa Catarina... Rio Grande do Sul;

- pela PR 280: com o Oeste, rumo Francisco Beltrão... Barracão... Argentina; Cascavel... Foz do Iguaçu... Paraguai, Argentina;
- pela Br 158: com o Norte e Leste, rumo Coronel Vivida... BR 277 (Três Pinheiros);
- pela PR 473: com o Norte, rumo Dois Vizinhos;

- para Curitiba, há duas opções: via União da Vitória/São Mateus/Lapa/Araucária; via BR 277/Guarapuava/Irati (ou Ponta Grossa).

Por via aérea, a comunicação é possível através do aeroporto Juvenal Cardoso, dotado com pista de 1.620 x 30 m, sinalizada para vôos noturnos.

Ao Norte limita-se com os municípios de Coronel Vivida e Itapejara D'Oeste; ao Sul, com o Município de Mariópolis; a Leste, com os Municípios de Clevelândia e Honório Serpa; a Oeste, com o Município de Bom Sucesso do Sul. O Mapa 4 mostra a localização do Município de Pato Branco no Estado do Paraná.



### 3.1.2 Contexto socioeconômico

- **População**

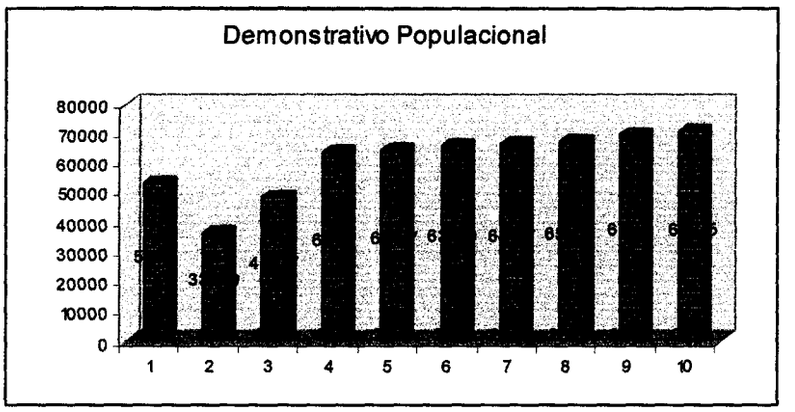
Desde os tempos do desbravamento, início do século XX (1901), as terras da região de Pato Branco passaram por fases distintas pela origem da sua população. A primeira fase, limitada entre 1901 a 1935, mais ou menos, a população era acentuadamente de origem portuguesa e foi apelidada de "população cabocla", vinda do Rio Grande do Sul, da região do Contestado (Oeste de Santa Catarina), de Palmas, de Clevelândia. A presença indígena era rara. A segunda fase, de 1935 a 1970, mais ou menos, a população passou a ser de origem italiana e polonesa – apelidada de "gringa", vinda da colonização italiana do Rio Grande do Sul e polonesa do Centro-Sul do Paraná. A mudança ocorreu porque os "gringos" vieram e compraram as posses da terra da maioria dos "caboclos" que foram embora até satisfeitos pela quantia de dinheiro que iam levando com a venda da terra, sendo a população cabocla substituída pela gringa em quase 90%. A terceira fase, da década de 1970 em diante, a população aumentou com gente vinda de todos os recantos do Brasil-Sul e mesmo de outras regiões do país, composta das mais diversas etnias, motivada pela oferta das boas perspectivas de vida do Município de Pato Branco e da região.

Segundo fonte do IBGE, senso 2000, a população era de 67.588 mil habitantes. Devido ao êxodo rural, a população urbana tornou-se acentuadamente mais elevada, 62.160 mil habitantes e a população rural diminuiu com 5.428 habitantes. O aumento rápido da população urbana pela migração trouxe problemas de infra-estrutura, desemprego, habitação, entre outros.

O aumento da população – 1991/2000 foi de 3,33% na área urbana e MENOS 6,03% na área rural.

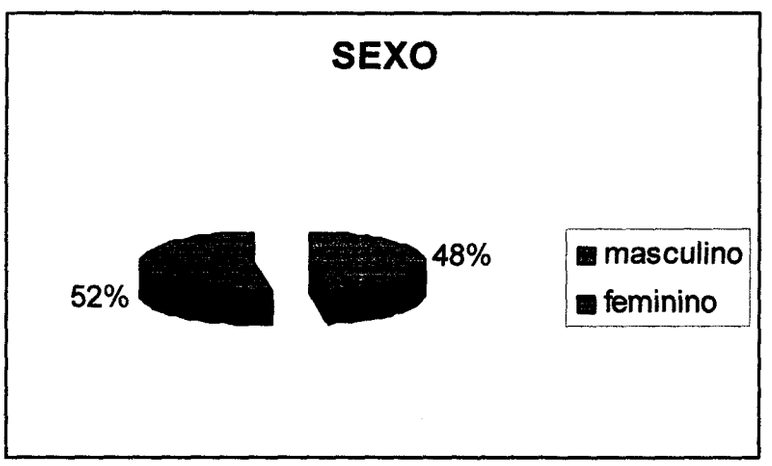
Densidade demográfica – 125,13 habitantes por km². Os gráficos a seguir mostram a distribuição populacional.

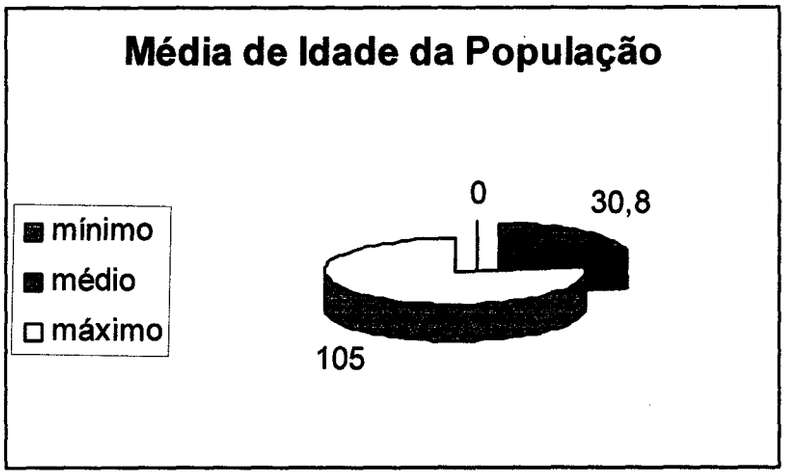
População do município de 1960 a 2005:



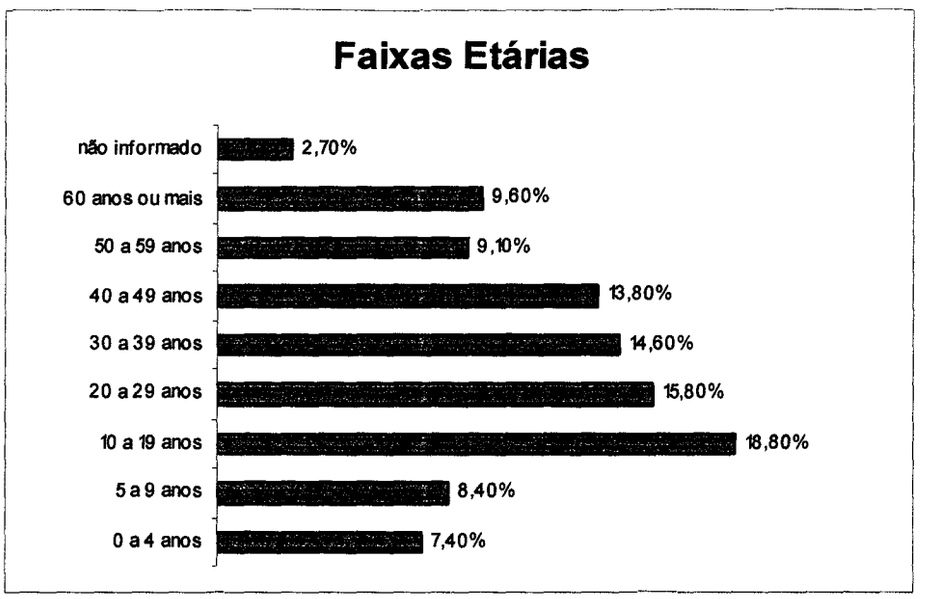

A população de Pato Branco estimada em 68.735 habitantes em 2005 possui os seguintes indicadores quanto ao Sexo, Média de Idade da População e distribuição por Faixa Etária.

**Indicadores da População por Sexo**

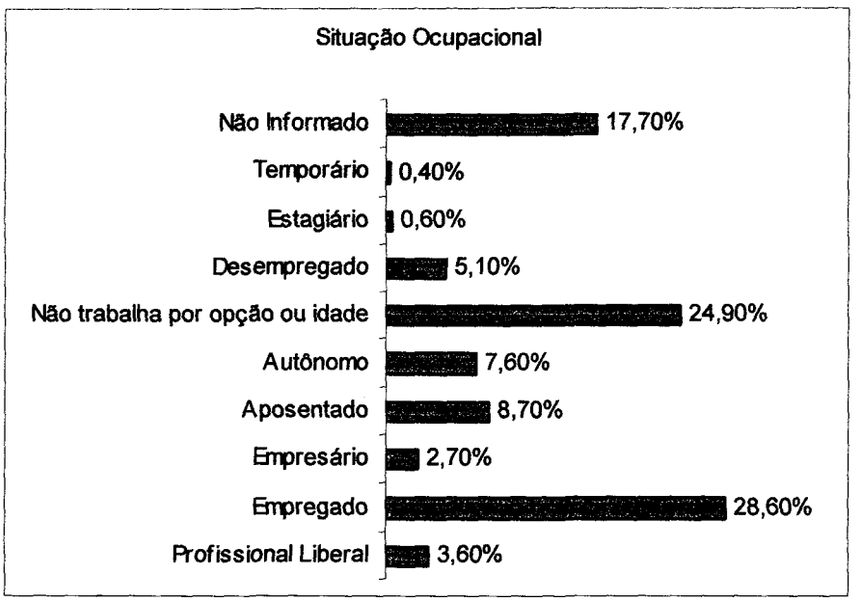




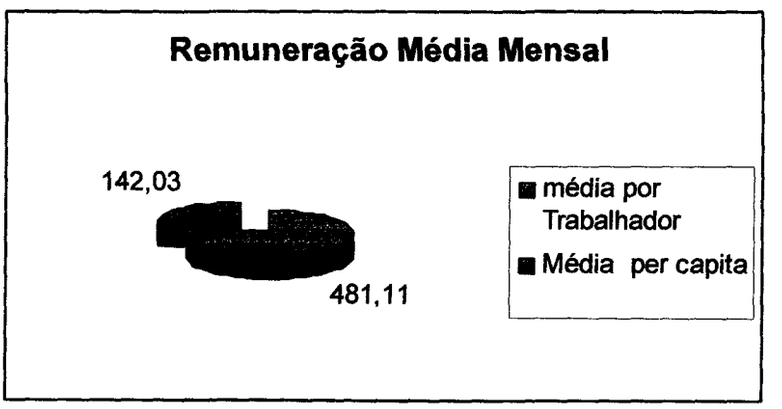

**População por Faixas Etárias**



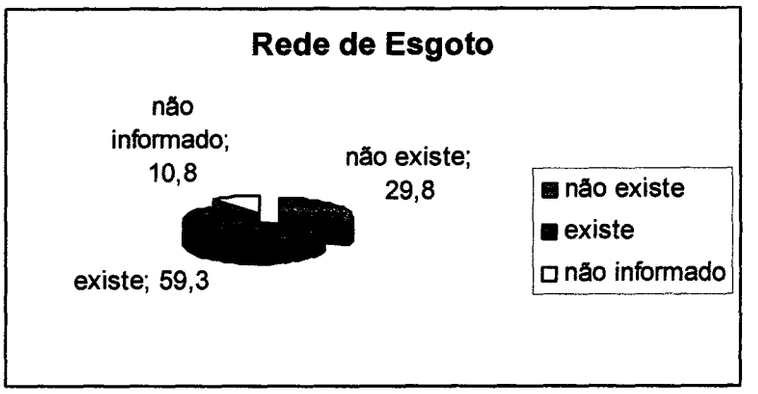
A população de Pato Branco possui a seguinte distribuição ocupacional:

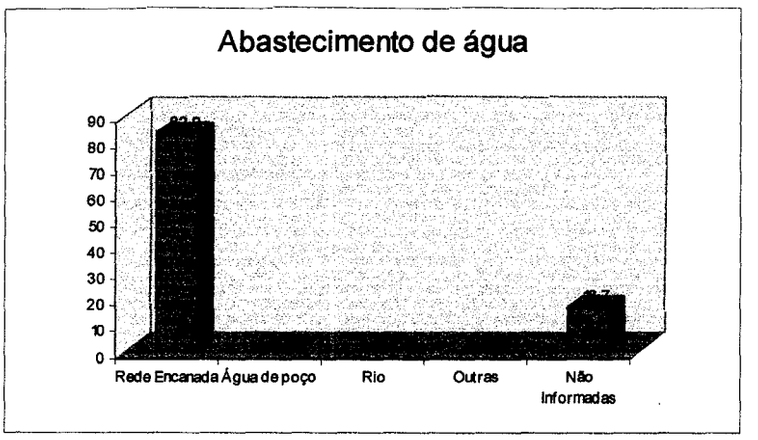



A remuneração média por trabalhador e a média per capita possui os seguintes índices.

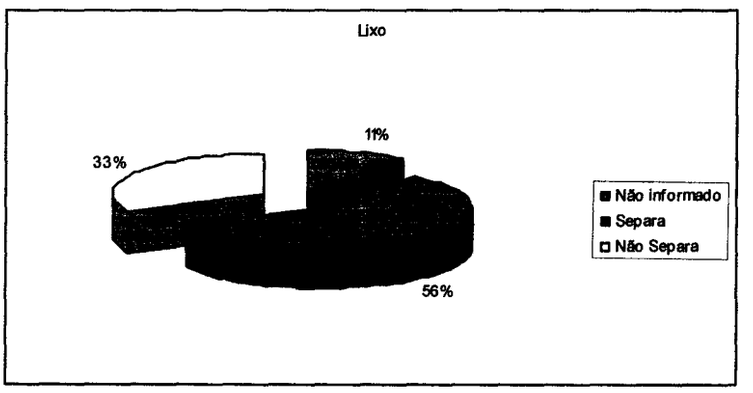


No município de Pato Branco a rede de água e esgoto atende a população de acordo com os indicadores:

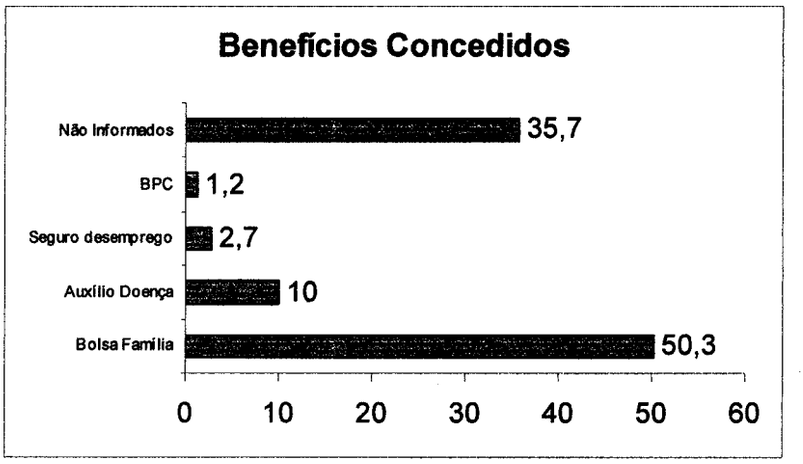



A separação do lixo no domicílio apresenta os seguintes dados:

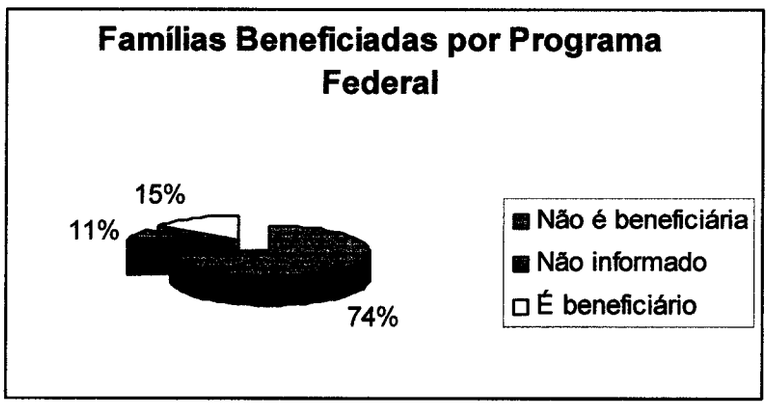


Os programas governamentais que beneficiam as famílias do município são os seguintes, de acordo com os índices apresentados:




Obs.: (BPC - Benefício de Prestação Continuada, concedida para idosos e deficientes com renda comprovada inferior a meio salário mínimo)

Famílias beneficiadas com programa Federal:




Outro dado estatístico importante que deve ser considerado para o atendimento educacional a partir de 2007 é o número de gestantes no município. De acordo com o censo sócioeducacional 2005, o município possui aproximadamente 365 mulheres grávidas.

- **Saúde**

O Município de Pato Branco é ponto de referência em saúde na região Sudoeste do Paraná. As ações de saúde desenvolvem-se em dois grandes sistemas:

1) Saúde Pública: O Sistema Único de Saúde – SUS – atende a população com consultas, exames, internações. São dezesseis unidades de saúde, funcionando, atualmente, em Pato Branco, com um Programa de Saúde da Família – PSF – e quatro programas de agentes comunitários de saúde.

2) Saúde Privada - Pato Branco possui dois grandes centros hospitalares, com médicos, tratamentos e procedimentos especializados, tornando o nosso município um Centro Regional de Saúde, atraindo pessoas de toda região do Estado e estados vizinhos.

- **Economia**

Segundo dados do IBGE-2000, a renda "per capita" do município de Pato Branco foi de R$ 360,00 em 2001. No IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, Pato Branco é de 0,851 – 3º do Paraná, 40º do Brasil.

A economia do município está baseada na agricultura, comércio, indústria e serviços. Em 2002/2003, Pato Branco produziu 113.847 toneladas de grãos (soja, milho, trigo e feijão), sendo que a maior produção foi a de milho. A safra dos rebanhos em 2002/2003 foi de 433.813 kg (aves, bovinos e suínos) sendo que a maior produção foi a de aves.

Pato Branco possui comércio diversificado, atraindo compradores de toda a região.

Pato Branco está se tornando grande centro industrial, com indústrias se instalando a cada ano, gerando empregos (10.846 empregos formais em 2000). Entre elas: moveleiras, calçados, metalúrgica, eletrodomésticos, esquadrias, agroindústrias (açúcar mascavo, embutidos, queijo, doces, conservas).

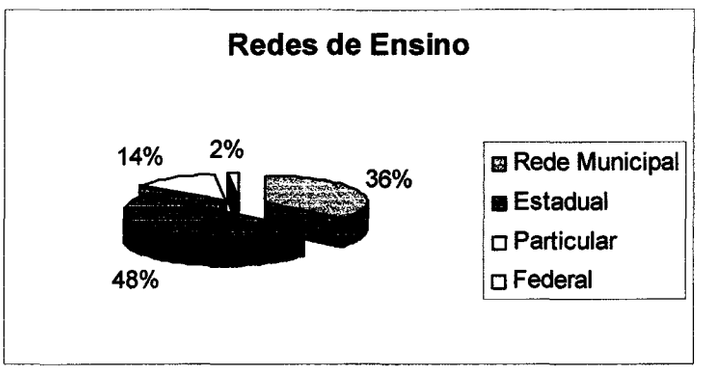
Pato Branco possui uma rede considerável de hotéis, oferecendo conforto aos nossos visitantes. Também é um centro de gastronomia: pizzarias, panificadoras, oferecendo serviço de qualidade à população e às pessoas que transitam pela cidade.

- **Educação**

**Contexto Geral**

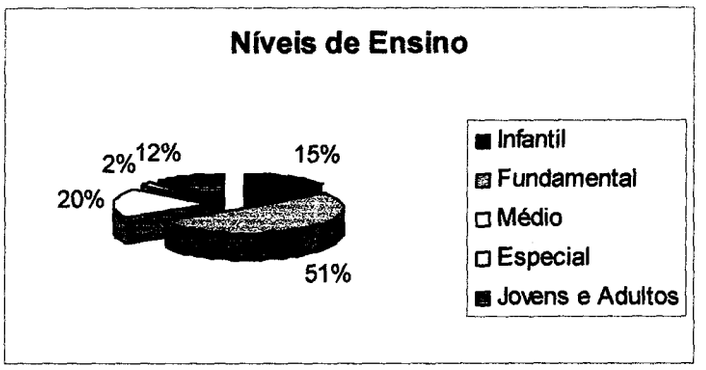
O Município de Pato Branco é referência regional em Educação. As redes municipal, estadual, federal e particular contemplam escolas de qualidade e professores capacitados. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus do Sudoeste, as Faculdades Particulares Mater Dei e Pato Branco – FADEP, oferecem cursos superiores colaborando para que os nossos jovens não necessitem se deslocarem para outras cidades para cursarem o terceiro grau.

O número de alunos de acordo com as redes está assim distribuídos:




Os níveis e modalidades de ensino apresentam um decréscimo nas matriculas do Ensino Fundamental para o Médio. Este afunilamento se deve à situação socioeconômica das famílias. Os jovens ao concluírem o Ensino Fundamental ingressam no mercado de trabalho e deixam os estudos. Reverter esse quadro é o grande desafio do município para o período vigente deste Plano Municipal de Educação 2006-2012.

A população estudantil é de 20.655 alunos matriculados da Educação Infantil ao Ensino Superior, representando 36,46% da população do município. Esses estudantes estão assim distribuídos:




**Rede Pública**

**Rede Pública Municipal**

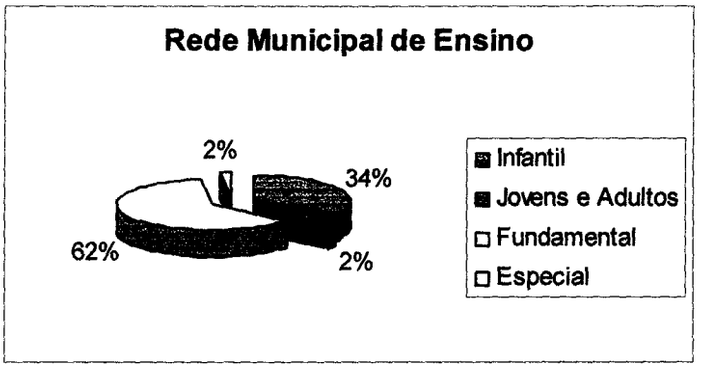
A Rede Pública Municipal de Educação de Pato Branco coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SMECEL – pertence ao Sistema Estadual de Educação, possui alunos matriculados pertencentes aos níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação do Campo.

O município mantém: 23 escolas urbanas de Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), 3 escolas no campo de Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) totalizando 26 escolas. Todas elas possuem Educação Infantil: 9 com atendimento de 0 a 6 anos; 5 com atendimento de 4 a 6 anos e 12 escolas com atendimento de 5 a 6 anos.

O Município mantém inclusive 10 Centros de Educação Infantil com atendimento de 0 a 6 anos.

10 salas para a Educação de Jovens e Adultos, e 1 escola com atendimento em Educação Especial.

O número de alunos está assim distribuído:




Os profissionais de educação – professores pertencentes ao quadro do município – compreendem:

Quadro de Professores

| | |
|---|---|
| Babás | **66** |
| Estagiários | **61** |
| Professores c/ habilitação Magistério | **09** |
| **Professores em formação (superior)** | **102** |
| **Professores licenciados (graduados)** | **82** |
| **Professores especialistas** | **191** |
| **Leigo** | **01** |
| **Total** | **512** |

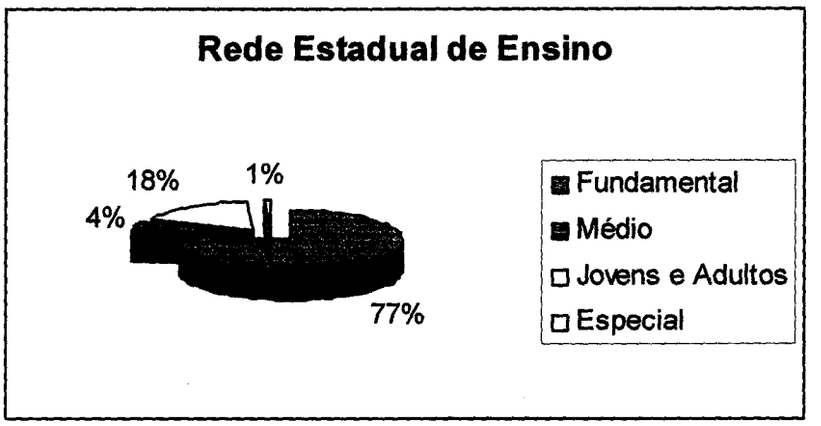
**Rede Pública Estadual**

A Rede Pública Estadual de Educação no Município de Pato Branco é coordenada pelo Núcleo Regional de Educação. Os alunos da Rede Estadual, são matriculados no Ensino Fundamental ( 5ª a 8ª série), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

No município existem 14 escolas de Ensino fundamental, dessas, 08 oferecem também Ensino Médio.

Uma Escola de Educação de Jovens e Adultos (CEEBJA).

O número de alunos matriculados na Rede Estadual de Ensino, está assim distribuído:




Os professores pertencentes ao quadro Estadual compreendem:

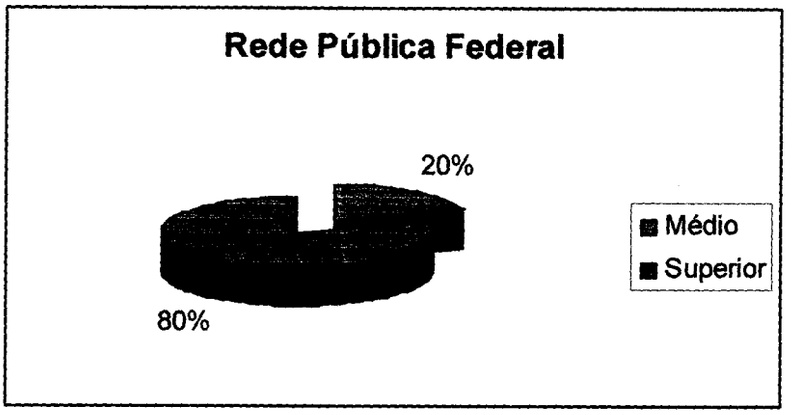
Quadro Professores

| | |
|---|---|
| Professores com formação magistério (1ª a 4ª série) | **01** |
| Professores Bacharéis | **05** |
| Professores Licenciatura Plena | **97** |
| **Professores Especialistas** | **247** |
| **Total** | **350** |

O total de profissionais que atuam na Rede Publica Estadual no Município de Pato Branco é de 350 professores.

**Rede Pública Federal**

O Município de Pato Branco está contemplado com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus do Sudoeste. A Rede Federal compreende: Ensino Médio, com 442 alunos e Ensino Superior com 1.776 alunos assim distribuídos:



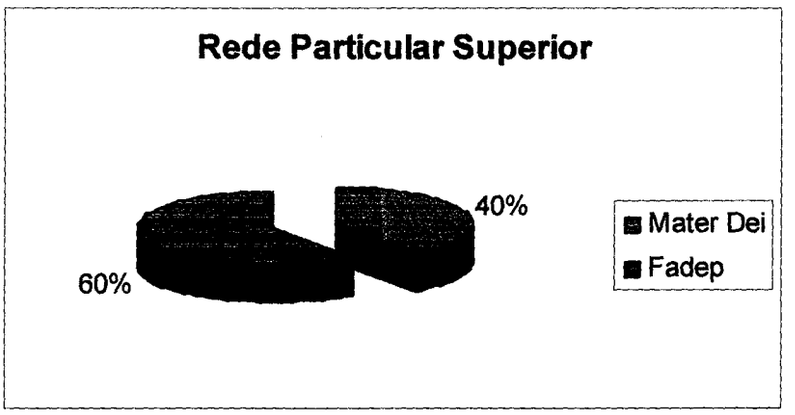

Os professores que atuam nesta unidade de Educação têm a seguinte formação:

| | |
|---|---|
| Professores com Aperfeiçoamento | **02** |
| Professores Graduados | **17** |
| Professores Especialistas | **77** |
| **Professores Mestres** | **117** |
| **Professores Doutores** | **24** |
| **Total** | **237** |

**Rede Particular**

**Ensino Superior**

O Município de Pato Branco conta com duas Faculdades Particulares: Faculdade Mater Dei e Faculdade de Pato Branco – FADEP, com os seguintes cursos e número de alunos:




Os professores que atuam no Ensino Superior da Rede Particular de Ensino possuem as seguintes formações:

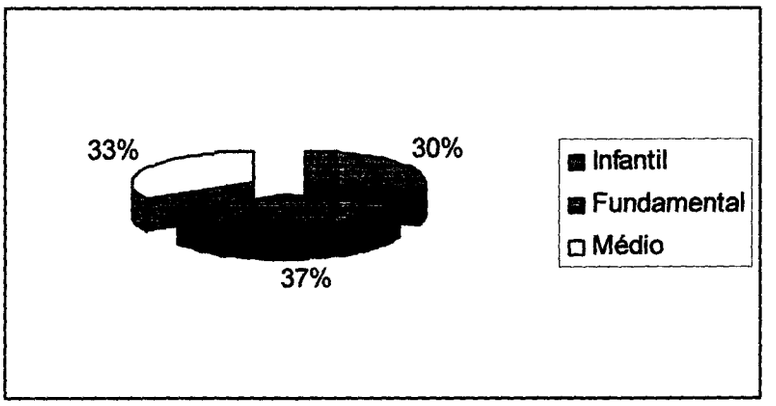
Quadro Professores

| | |
|---|---|
| Professores em formação – especialistas | **06** |
| Professores em formação – mestrandos | **04** |
| Professores graduados | **04** |
| **Professores especialistas** | **73** |
| **Professores mestres** | **52** |
| **Professores doutores** | **03** |
| **Total** | **142** |

**Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.**

O Município de Pato Branco conta com 10 escolas particulares que ofertam Educação Infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio.

As matriculas da Rede Particular estão assim distribuídas:

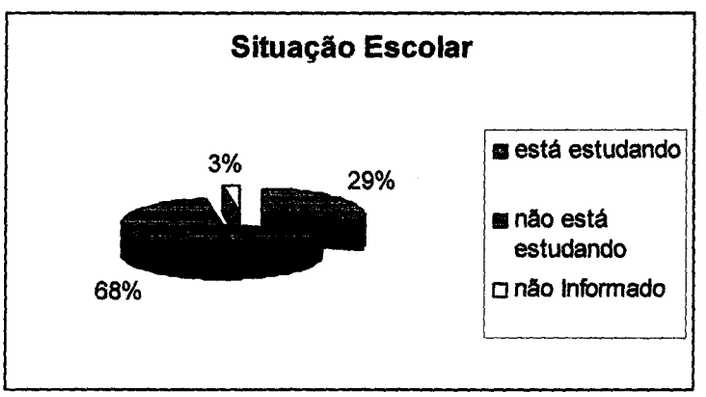



Os professores que atuam nestes níveis e modalidades de ensino possuem as seguintes formações:

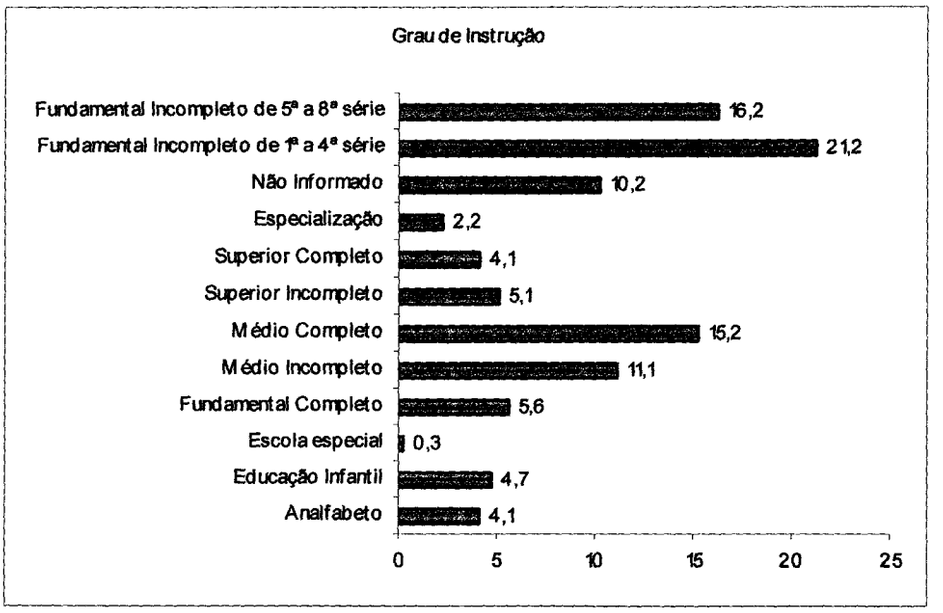
Quadro Professores:

| | |
|---|---|
| Professores com formação em magistério | **09** |
| Professores com formação superior incompleto | **22** |
| Professores graduados | **109** |
| **Professores pos graduação** | **66** |
| **Professores especialistas** | **24** |
| **Professores mestres** | **07** |
| **Professores doutores** | **02** |
| **Total** | **239** |

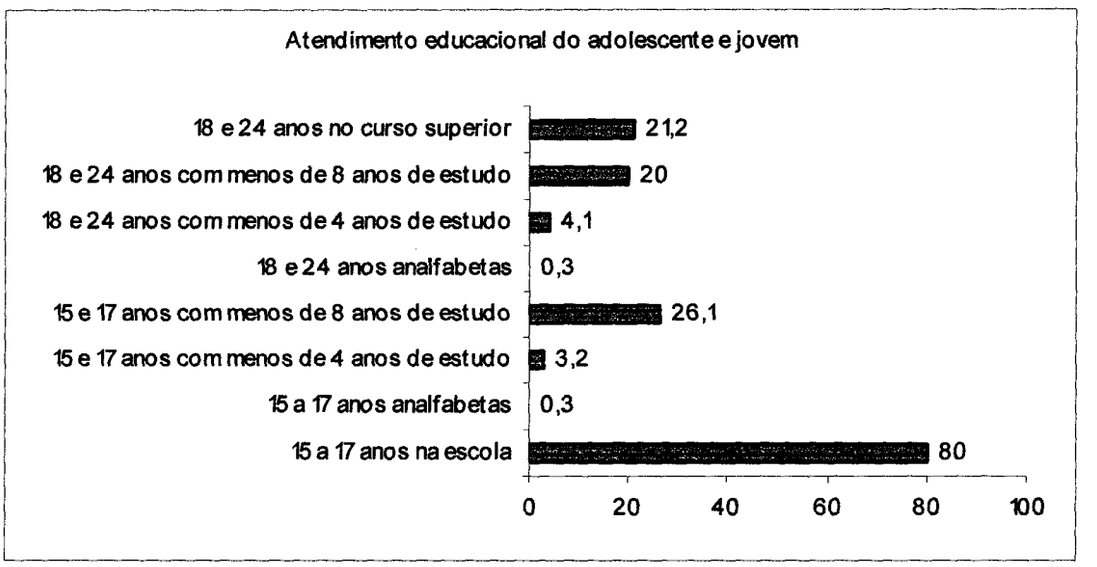
A situação de escolaridade da população de Pato Branco apresenta os seguintes dados gerais :



Grau de Instrução Geral:



Nível Educacional da População Adolescente e Jovem:



# 4. PLANO DE METAS PARA O PERÍODO DE 2006 a 2012

## METAS E OBJETIVOS GLOBAIS - PLANEJAMENTO SETORIAL

## 4.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

### 4.1.1 Diagnóstico

No Município de Pato Branco, até o início de 1990, não havia instituições municipais para atender as crianças até seis anos, apenas existiam estabelecimentos privados. As primeiras creches municipais surgiram sem uma proposta pedagógica, sendo atendidas sob os auspícios do então departamento de Assistência Social.

Em 1997 o departamento de Assistência Social foi transformado em Secretaria Municipal de Ação Social, promovendo pequenas mudanças nas creches que passaram a ter uma coordenação pedagógica e os funcionários eram contratados pelas Associações de Bairros.

Em 2001 foi realizado o concurso para "babás" prorrogado por dois anos até 17/09/2005, para cuidar as crianças dos Centros de Educação Infantil assim designados pela Resolução Estadual SEED 3.120/98. Além de contar com babás os centros hoje possuem uma professora e uma coordenadora pedagógica da rede municipal de ensino em cada um deles.

O Município conta com 19 Centros de Educação Infantil atendendo crianças de 0 a 6 anos. Desses, 08 estão anexados às Escolas Municipais de Ensino Fundamental. A Educação Infantil municipal está embasada nos Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil e cada centro tem seu Projeto Político Pedagógico que é reelaborado anualmente.

Os Centros de Educação Infantil são custeados por um fundo de gestão municipal que apresenta um quadro de insuficiência de verbas e, por isso, há falta de materiais didáticos e de manutenção. Os C.E.I.s não contam com bibliotecas, brinquedotecas e informatização. No que se referem à infra-estrutura física os centros, em sua grande maioria, são pequenos, com salas de aulas, cozinhas e banheiros mal

projetados, sem áreas de lazer, bebedouros altos, com pouca ventilação, sem áreas cobertas, refeitórios e lactários.

O quadro de pessoal dos Centros de Educação Infantil é composto por 117 (cento e dezessete) profissionais conforme se vê no Quadro 1.

**Quadro 1 – Pessoal – Centros de Educação Infantil**

| Rede de ensino Municipal | Babás | Em formação | Habilitação Magistério | Licenciados (graduados) | Especialistas | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 66 | 24 | 01 | 15 | 11 | 117 |

**Quadro 2 – Número de Centros**

| Rede de Ensino Municipal | Nº. de Centros de Educação Infantil | Nº. de escolas que oferecem Educação Infantil | TOTAL |
|---|---|---|---|
| | 11 | 08 | 19 |

**Quadro 3 – Número de Vagas**

O Quadro três apresenta vagas disponíveis a serem preenchidas em alguns Centros de Educação infantil.

| Rede de ensino Municipal. | Total de Programas de Ed. Infantil. | Número de vagas não preenchidas. | Total de vagas oferecidas |
|---|---|---|---|
| | 0 a 3 anos | 58 | 646 |
| | 4 e 5 anos | 87 | 821 |
| | 5 a 6 anos | 61 | 1138 |
| | **TOTAL** | **206** | **2605** |

**Quadro 4 - Número de crianças na lista de espera.**

O quadro cinco apresenta a situação de alguns Centros de Educação infantil nos quais se verifica que faltam vagas para abrigar todas as crianças do bairro.

| Lista de Espera | | |
|---|---|---|
| 0 a 3 | 4 a 5 | 6 anos |
| 65 | 79 | ------- |

**Quadro 5 – Resumo da situação da educação infantil**

| Modalidade | Idade | Feminino | Masculino | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Berçário** | 0 a 2 | 146 | 157 | 303 |
| **Maternal** | 2 a 3 | 128 | 154 | 282 |
| **Jardim I** | 3 a 4 | 210 | 190 | 400 |
| **Jardim II** | 4 a 5 | 234 | 278 | 512 |
| **Jardim III** | 5 a 6 | 540 | 505 | 1045 |
| **Total** | | 1258 | 1284 | 2542 |

### 4.1.2 Diretrizes

A sociedade brasileira de forma geral, e especialmente as comunidades menores, têm revelado uma constante preocupação com a primeira infância e interferido na construção de idéias e ações sobre a importância das primeiras experiências na infância, o que tem provocado uma crescente demanda de atendimento por parte, especialmente, do poder público.

Ao pensar as diretrizes para esta fase da vida de seus munícipes, o município de Pato Branco considera que a educação infantil é a 1ª etapa da Educação Básica, e é um direito da criança e dever do estado da sociedade civil.

Entende, também, que os primeiros anos de vida é a base para o desenvolvimento da aprendizagem. Por isso, as políticas públicas devem priorizar a educação da criança de 0 a 6 anos.

As diretrizes curriculares definidas pelo CNE, conforme a LDB no seu artigo 9º inciso IV, estabelecem as propostas pedagógicas a serem seguidas. As competências estão distribuídas nos três níveis do governo; União, Estado e Municípios.

A família é a primeira educadora e o Estado complementa a ação da família. A co-responsabilidade é imprescindível para o financiamento, a, expansão e a qualidade. A educação infantil não é obrigatória, mas é um direito da criança. As famílias cada vez mais procuram vagas para os seus filhos, e o poder público tem o dever de atendê-las.

Para tanto há cada vez mais necessidade de um trabalho pedagógico de renovação na formação continuada dos profissionais, qualificando os que estão inseridos sem a devida habilitação.

Para a Secretaria Municipal de Educação de Pato Branco, o binômio "educação e cuidado" são práticas constantes na Educação Infantil, num processo educacional de qualidade.

Por isso, as crianças de 6 anos, a partir de 2007, farão parte da Educação Fundamental sem que haja ruptura no processo educacional.

Com relação ao período de permanência das crianças nos Centros de Educação Infantil é em tempo integral para que as mães de baixa renda possam trabalhar fora de casa, sem comprometer a educação de seus filhos.

Também a inclusão das crianças com necessidades especiais será garantida com programas especiais, programas específicos e capacitação de professores.

Com tais pressupostos, o Município de Pato Branco, Estado do Paraná, adota como diretrizes de sua ação educativa na modalidade de educação infantil:

- Cumprimento do disposto na Constituição Federal adotando uma política de educação infantil visando a expansão da oferta e estabelecendo padrões de qualidade;
- Estabelecimento de padrões mínimos de infra-estrutura dos estabelecimentos que ofertam educação infantil atendendo às necessidades de todas as crianças, inclusive às portadoras de necessidades especiais;
- Consideração do papel fundamental da Educação Infantil como etapa específica de formação contribuindo para o desenvolvimento integral das capacidades de aprendizagem e interação social, como complemento das ações da família;

- Garantia de formação em serviço para os docentes da Educação Infantil habilitando na dupla perspectiva das funções de educar e cuidar de forma integrada;
- Garantia da construção de Projeto Político Pedagógico específico para Centro de Educação Infantil, com suas especificidades e necessidades próprias;
- Estabelecimento de padrões mínimos de ação pedagógica prevendo formação permanente e específica não só aos docentes dos Centros de Educação Infantil, mas a todos os que atuam neles e que de uma forma ou de outra, participam do processo educativo dessa modalidade de educação.

### 4.1.3 Princípios

Os princípios que norteiam a ação pedagógica e administrativa para a manutenção da Educação Infantil são garantidos pela Constituição Federal, pela LDB e pela Lei Orgânica Municipal, visando a expansão e garantia de vagas. A oferta da Educação Infantil deve ser de qualidade, pois é dever do Estado, independente das condições sócioeconômicas da família, proporcionar essa modalidade de educação a todos que a ela tenham direito devendo atender as crianças de acordo com a faixa etária, observando as especificidades de cada uma.

Os Centros de Educação Infantil deverão ter infra-estrutura adequada, oportunizando a inclusão das crianças com necessidades especiais. As matrículas deverão estar no sistema nacional e estadual de estatísticas estaduais (SERE) garantindo recursos financeiros para essa modalidade de ensino.

A Educação Infantil complementa a ação da família, garantindo a formação integral desenvolvendo as capacidades de aprendizagem e interação social. Os profissionais que atuam na Educação Infantil deverão ter no mínimo formação de ensino médio, Magistério. As "babás" atuais, concursadas, deverão, após sua qualificação, fazer os concursos específicos para a função de docentes. Deve haver

garantias na formação do profissional valorizando seu trabalho com plano de carreira e remuneração digna.

Os projetos políticos pedagógicos deverão ser reelaborados e adaptados de acordo com a legislação vigente. O calendário escolar da Educação Infantil deve ser específico, com garantia de férias coletivas. O horário de atendimento será das 7h: 30min às 18h:30min, para beneficiar as mães trabalhadoras. Deve haver também garantia de atendimento em tempo integral (manhã e tarde), para as famílias que necessitam deixar seus filhos por motivo de trabalho.

Diante do exposto e considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas da criança de zero a seis anos, o Município de Pato Branco, Estado do Paraná, assume os seguintes Princípios como norteadores da ação pedagógica na Educação Infantil:

- O respeito à dignidade e ao direito das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, e religiosas;
- O direito das crianças brincarem como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem descriminação de espécie alguma;
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade;
- O direito de viver experiências prazerosas nessa modalidade de educação.

### 4.1.4 Concepções

A proposta do município de Pato Branco é de uma educação democrática de cidadãos iguais não homogêneos para crianças com direitos iguais, porém heterogêneas na sua essência de pessoas, respeitando sempre a individualidade e as

necessidades de cada uma, e, por isso, específica para a idade de 0 a 6 anos, respeitando o desenvolvimento e as limitações de cada faixa etária.

Com a inclusão da criança de 6 anos na educação básica, deve-se ter o cuidado, para não existir rompimento de uma modalidade para outra, mas uma continuidade na formação, priorizando qualidade da educação ofertada.

A família é responsável na educação dos filhos e, portanto, participa na formação socioeducacional e deve estar integrada com os Centros de Educação Infantil.

A Educação Infantil é base para o desenvolvimento integral das crianças, garantindo a aprendizagem, formação social, cognitiva, psíquica e emocional.

Para dar conta de realizar uma tarefa pedagógica coerente com os princípios, o Município de Pato Branco adota as seguintes concepções que devem orientar os Projetos Pedagógicos dos Centros de Educação Infantil. Assim, as concepções de educação, família – sociedade, criança, infância, ensino – aprendizagem, desenvolvimento integral e ação docente devem ser coerentes entre si e articuladas com os princípios anteriormente apresentados.

A **educação** na modalidade de zero a seis anos, no Município de Pato Branco, é entendida como processo de desenvolvimento humano, que deve atender às especificidades da faixa etária promovendo a integração entre aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, desenvolvendo um processo pedagógico harmonioso e articulado entre esses aspectos sem privilegiar um em detrimento do outro.

A **família e a sociedade** é compreendida como uma organização humana inserida num contexto social, com uma determinada cultura e uma determinada situação, essa organização, não necessariamente biológica, deve ser considerada como ponto de referência fundamental para os projetos pedagógicos dos Centros de Educação Infantil, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais, especialmente a escola. A sociedade em sua complexidade: interesse na educação, na família e na formação da criança.

A **criança** concebida como um ser humano singular e completo, com suas inerências históricas, sociais, culturais, étnicas, religiosas e familiares, porém em desenvolvimento, é um ser humano que pensa e sente o mundo de uma maneira própria.

A **infância** compreendida como um interregno de tempo no qual o ser humano tem a seu dispor condições de desenvolvimento pleno, humano, com jeito particular de ser e estar no mundo respeitando suas individualidades e diferenças.

O **ensino - aprendizagem** numa concepção de educar e cuidar nos contextos claramente delineados a partir das situações vivenciais de cada Centro de Educação Infantil, propicia a todas as crianças, elementos de cultura que enriqueçam e desenvolvam a identidade delas. A ação pedagógica busca situações de interação, por meio das quais, as relações interpessoais possam ser construídas num movimento de construção de capacidades de apropriação e de desenvolvimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, éticas e estéticas na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. Através de brincadeira uma preciosa estratégia para que a criança possa exercer sua capacidade de criar e construir seu conhecimento. A aprendizagem aceita como um processo individual de construção e desenvolvimento de saberes necessários para o pleno desenvolvimento humano. É orientada na Educação Infantil, forma integrada, contribuindo no processo de desenvolvimento das capacidades infantis.

O **desenvolvimento integral** visto como um processo relacional que envolve diversas dimensões do ser humano, contemplando as necessidades relativas a questões afetivas, biológicas e cognitivas de forma que se constitua como ser autônomo em desenvolvimento capaz de pensar e agir por conta própria em situações vivenciais.

Por fim, a **ação docente** construída em competências e habilidades próprias para esta modalidade de educação. **O docente** como organizador de situações de aprendizagem orientadas nas quais a criança trabalhe com diversos conhecimentos, com base nas propostas do currículo próprio, como também num processo de escuta das necessidades da criança. Agindo como organizador esse docente deverá provocar

momentos especiais de interação, deverão respeitar conhecimentos prévios da criança, a individualidade e a diversidade, a significância das atividades desenvolvidas e o incentivo à resolução de problemas. O profissional docente que se concebe para a educação infantil é, portanto, um mediador polivalente, capaz de comprometer-se com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente, por isso, sendo capaz de agir pedagogicamente com todas as crianças, inclusive com as portadoras de necessidades especiais.

### 4.1.5 - Objetivos, metas e ações.

**Infra-estrutura física.**

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Construir Centros de Educação Infantil, atendendo a demanda dos bairros. | -Construir Centros de Educação Infantil, conforme o censo educativo realizado em 2005.<br><br>-Construir Centros de Educação infantil nos bairros Gralha Azul, Bela Vista, Santa Terezinha, Vila Esperança. | -Construção de dois novos Centros de acordo com o censo 2005.<br><br>-Construção de um Centro de Educação Infantil por ano, a partir de 2006, contemplando os bairros de: Gralha Azul, Bela Vista, Santa Terezinha e Vila Esperança de acordo com as necessidades. |
| - Ampliar, reformar e adaptar os Centros de Educação Infantil já existentes dando condições, para o atendimento de qualidade as crianças. | -Avaliar as condições físicas dos Centros de Educação Infantil, realizar reformas e adaptações necessárias. | -Reforma e adaptação dos Centros de Educação Infantil União, Três Marias e Eliza Padoan em 2006.<br><br>-Reforma e adaptação do Centro de Educação Infantil Madre Paulina. São João, Pequeno Príncipe e Alvorada em 2007.<br><br>-Avaliação das condições físicas dos demais Centros e realizar as reformas e adequações necessárias em 2008, 2009,2010. |
| - Estabelecer padrões mínimos de manutenção e infra-estrutura para implantar metodologias diversificadas. | -Realizar, anualmente, as reformas necessárias.<br><br>- Adequar 100% dos Centros com área de lazer. | -Manutenção de todos os Centros evitando grandes reformas futuras.<br><br>- Aquisição de parquinhos para cada Centro. |

## Infra-estrutura, móveis e equipamentos.

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Prover os Centros com móveis e equipamentos para a implementação dos projetos educacionais. | -Equipar os Centros de Educação Infantil com computadores e impressoras. | -Aquisição, para cada Centro, de um computador com impressora em 2006, para o trabalho administrativo.<br><br>-Aquisição, para cada Centro, de 10 computadores para o trabalho pedagógico a partir de 2007 |
| | -Revisar os equipamentos existentes e suprir cada unidade com TV, aparelho de som, DVD, caixas de som, amplificadores e demais móveis. | -Realização, anualmente de levantamento das necessidades de cada Centro relativo aos móveis e equipamentos sanando as necessidades nos anos de 2006 a 2012. |
| | -Prover material para atividades diversas. | -Aquisição de um data show, para todos os Centros.<br><br>-Aquisição de uma piscina de bolinha e uma cama elástica para cada Centro. |

## Infra-estrutura – materiais didáticos

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Garantir materiais didáticos para todos os Centros. | - Adquirir materiais didáticos e diversificados para salas ambientes e projetos educacionais específicos. | -Realização de levantamento das necessidades de material didático e aquisição anual de acordo com as necessidades.<br><br>-Criação de salas-ambientes e aquisição de materiais adequados.<br><br>- Aquisição anual de materiais lúdicos para cada Centro conforme o nº. de alunos e projetos educacionais. |

## Infra-estrutura – segurança

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Garantir a segurança dos Centros de Educação Infantil. | -Avaliar a segurança de cada Centro de Educação Infantil e adequá-la conforme a realidade. | -Monitoramento com alarmes ou provendo vigias em todos os Centros a partir de 2006. |

## Infra-estrutura – transportes

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Realizar o transporte das crianças da Educação Infantil com segurança. | - Utilizar o transporte escolar adequando-os às crianças de 0 a 6 anos. | - A partir de 2006, realização do transporte das crianças da Educação Infantil de preferência com o ônibus exclusivo.<br><br>-Capacitação dos responsáveis pelo transporte escolar |

## Infra-estrutura – alimentação escolar

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Garantir a alimentação de qualidade adequando à mesma a cada faixa etária. | -Servir cinco refeições diárias para todas as crianças. | -Elaboração de cardápios para cada faixa etária.<br><br>-Aquisição de produtos alimentícios de qualidade.<br><br>-Garantia de produção desses alimentos com higiene e qualidade. |
| | -Prover a presença de uma nutricionista itinerante, para atender os Centros Municipais de Educação Infantil. | -Contratação de uma nutricionista. |

## Questões administrativas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Assegurar autonomia de gestão nos Centros de Educação Infantil e recursos suficientes para sua manutenção. | -Garantir o fundo de gestão para a manutenção dos Centros de Educação Infantil, atualizando o valor aluno. | -Reajuste anual do fundo de gestão atualizando os valores. |
| | -Ampliar a participação do conselho e da APM, visando uma gestão participativa e democrática. | -Promoção anual de encontros das APMS e conselhos escolares para discussões e atividades que contribuam para a qualidade educativa. |
| - Estabelecer critérios para escolha e contratação das coordenações e demais funcionários dos Centros de Educação Infantil. | -Garantir a Coordenação dos Centros por professores do quadro efetivo da educação. | -No início de cada ano, haverá a escolha de coordenadores pertencentes ao quadro próprio do magistério municipal. |
| | - Realizar concurso público para a contratação de profissionais específicos para a Educação Infantil. | -Concursos atendendo os dispositivos legais para professores, com provas, entrevistas e com critérios específicos para a Educação Infantil. |
| -Assegurar formação continuada para todos os professores e funcionários dos Centros de Educação Infantil | -Estabelecer um programa de formação continuada para todos os profissionais. | -Realização de cursos anuais de formação continuada por meio de parcerias garantindo o aperfeiçoamento dos profissionais. |
| | -Adotar novos critérios de avaliação dos profissionais visando à qualidade no trabalho. | |
| | -Realizar parcerias com instituição de ensino superior e outros órgãos garantindo melhoria no atendimento. | |
| -Criar um sistema de informações on line, por meio da informatização. | -Interligar em rede todos os Centros de Educação Infantil. | Implantação de sistema de informatização, a partir de 2006. |
| -Dar atendimento especializado de saúde para as crianças de 0 a 6 anos. | -Oportunizar psicólogos, dentistas, pediatra e fonoaudiólogo para atendimento itinerante. | - Disponibilização, a partir de 2006 de profissionais de saúde para atender de acordo com um cronograma pré-estabelecidos todos os centros de Educação Infantil. |
| -Garantir vaga para todas as crianças de 0 a 6 anos. | -Garantir à todas as crianças de 0 a 6 anos, o direito à educação infantil. | -Matrícula das crianças em tempo integral cujas famílias possuem baixa renda e as mães estão empregadas. |
| - Garantir férias anuais. | - Oportunizar a todos os funcionários, o direito à férias, conforme determina a lei. | - Trinta dias de férias coletivas |

## Questões pedagógicas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Instituir um ambiente lúdico educativo em amplo espaço apropriado para atividades diversificadas. | - Prover salas especializadas nos Centros de Educação Infantil. | -Aquisição de livros, brinquedos, jogos e outros materiais pertinentes, garantindo material adequado para cada ambiente. |
| - Efetivar a participação da comunidade escolar na reformulação do projeto político pedagógico. | - Reformular os projetos políticos pedagógicos atualizando e garantindo a participação da comunidade escolar. | -Reformulação dos projetos políticos pedagógicos.. |
| -Realizar novos projetos para a Educação Infantil, garantindo a participação e implementação educacional. | -Realizar estudos de aperfeiçoamento didático pedagógico.<br><br>-Promover encontros com os pais para discutir a educação dos filhos.<br><br>-Realizar projetos educacionais integrando a família e a criança. | - Promoção de oficinas, seminários congressos e palestras, com a participação de toda a comunidade escolar.<br><br>- Realização semestral de palestra com os pais das crianças orientando e contribuindo na educação dos filhos.<br><br>-Realização Anual de "praça dos arteiros", feira literária, seminários e mostra de Educação Infantil, integrando os Centros de Educação Infantil e as famílias. |

## 4.2 ENSINO FUNDAMENTAL: SÉRIES INICIAIS

### 4.2.1 Diagnóstico

O Ensino Fundamental do Município de Pato Branco apresenta uma demanda de 4647 alunos matriculados, a partir de seis anos de idade, distribuídos entre o 1º e 2º ciclos, que correspondem à 1ª a 4ª séries, em 26 escolas municipais.

A Rede Municipal de Ensino adotou, desde 2002, como propostas curriculares, os Parâmetros Curriculares Nacionais, com algumas adaptações atendendo as diferenças culturais locais.

O planejamento é realizado bimestralmente com os professores divididos por séries e acompanhados pelas equipes pedagógicas da SMECEL (Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer) e das escolas, na avaliação e sistematização dos conteúdos que serão trabalhados em cada bimestre.

As vinte e seis escolas da rede possuem Projetos Político-Pedagógicos, porém, nem todos os Projetos Políticos Pedagógicos foram construídos coletivamente. Atualmente está acontecendo uma formação continuada, estudo e debates nas escolas para a reconstrução deste, em 2006.

Há certa divergência por parte dos docentes na organização em ciclos. Alguns afirmam que se a organização escolar fosse seriada, os alunos não apresentariam defasagem de aprendizagem na passagem de uma série para outra.

Com relação à avaliação dos alunos, os professores questionam os pareceres descritivos realizados semestralmente, como documento oficial da escola com os alunos, não condizem com a realidade da aprendizagem destes.

Segundo os educadores, os livros didáticos oferecidos pelo FNDE, devem ser estudados e adaptados de acordo com as realidades curriculares. O número de livros não corresponde com o número de alunos devido a oscilação de matrículas de um ano para o outro. Servem, no entanto, como material de apoio.

As escolas estão servidas de material pedagógico, contudo há pouco acervo bibliográfico para os professores e material esportivo. Falta "sala de recursos" - específica para atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Os materiais tecnológicos que servem de ferramentas para o ensino-aprendizagem dos alunos, tais como: mimeógrafo, TV, vídeos, retro-projetores e

computadores, alguns destes estão danificados e são pouco usados pelos educadores. Há necessidade de capacitação do grupo de professores

Há uma grande demanda de alunos com dificuldades e distúrbios de aprendizagem, que necessitam de acompanhamento por psicólogos e fonoaudiólogos, contudo a rede de ensino não dispõe destes profissionais.

Atualmente a rede de ensino apresenta uma acentuada rotatividade dos professores nas escolas, em virtude dos atestados médicos, licença maternidade e licença sem vencimentos, por parte dos professores efetivos. Este fato tem fragmentado a aprendizagem, pelas constantes trocas de professores efetivos por estagiárias, que apresentam pouca experiência em sala de aula.

Em face da migração de famílias oriundas das zonas rurais e entre os bairros, existe uma grande rotatividade dos alunos nas escolas da periferia do município. Isto tem acentuado um baixo rendimento escolar nos alunos, em alguns casos contribuindo para a retenção destes e não permitindo avançar para o ciclo seguinte.

A demanda de alunos que migram de uma escola para outra, contribuem para que algumas escolas fiquem com um número elevado de alunos por turma, baixando a qualidade de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer dentro de suas atribuições têm se comprometido com todas as escolas, no cumprimento da Lei 9394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que diz no art. 2º "*Educação dever da família e do estado (A educação é dever da família e do Estado,inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana ,tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando , seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho . ),* bem como no cumprimento da Lei orgânica no seu Art. 107, § 3º (Compete ao Poder Público Municipal , em consonância com outros órgãos , recensear os educandos no ensino fundamental , fazer-lhe a chamada e zelar , junto aos pais e responsáveis , pela freqüência à escola . ) ,que reza gestão democrática, com eleição para diretores a cada dois anos. Bem como autonomia financeira para os diretores juntamente com APM e Conselho Escolar, gerir o Fundo de Gestão (verba repassada mensalmente para todas as escolas pela Prefeitura Municipal), com o objetivo de atender os pequenos reparos e compra de material didático, escolar, material esportivo e outros.

O quadro 1 mostra a formação dos professores que atuam no Ensino Fundamental

| Rede de ensino Municipal | Em formação | Habilitação Magistério | Licenciados (graduados) | Especialista | Leigo | Estagiários | Total de Professores |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 56 | 07 | 62 | 157 | 01 | 48 | 331 |
| Prof. de Educ. Física | 12 | - | 02 | 13 | | | 27 |
| **Total** | **68** | **07** | **64** | **170** | **01** | **48** | **358** |

**Quadro 1 – Pessoal – Escolas Municipais Ensino Fundamental.**

O Quadro 2 mostra a distribuição das Escolas.

| Rede de Ensino Municipal | Nº. de Escolas de Ensino Fundamental | Nº. de escolas Urbanas | Nº. de escolas Rurais |
|---|---|---|---|
| | 26 | 22 | 04 |

**Quadro 2 – Número de Escolas**

O quadro três representa vagas para matrículas em algumas Escolas do Ensino Fundamental.

| | Organização | Número de Vagas. |
|---|---|---|
| **Rede de ensino Municipal.** | 1º serie do 1º Ciclo | 107 |
| | 2º serie do 1º Ciclo | 144 |
| | 1º serie do 2º Ciclo | 206 |
| | 2º serie do 2º Ciclo | 185 |
| | **TOTAL** | **642** |

**Quadro 3 – Número de Vagas**

| Idade | Feminino | Masculino | Total |
|---|---|---|---|
| 6 a 8 anos | 1130 | 1188 | 2318 |
| 9 a 11 anos | 1108 | 1221 | 2329 |
| TOTAL | 2238 | 2409 | 4647 |

**Quadro 4 - Crianças de acordo com a faixa etária.**

| Organização | Feminino | Masculino | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **1º série do 1º Ciclo** | 533 | 542 | 1075 |
| **2º série do 1º Ciclo** | 597 | 646 | 1243 |
| **1º série do 2º Ciclo** | 512 | 552 | 1064 |
| **2º série do 2º Ciclo** | 596 | 669 | 1265 |
| TOTAL | 2238 | 2409 | 4647 |

**Quadro 5 – Resumo de matrículas do Ensino Fundamental.**

### 4.2.2 Diretrizes

A educação escolar vive um dilema: precisa se transformar para atender as reais necessidades de formação dos cidadãos brasileiros, cumprir sua finalidade de *assegurar ao educando formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.* Porém, é compelida a manter uma rotina de aulas expositivas voltadas a conteúdos que são determinados quase imperiosamente pelas disciplinas acadêmicas. Há uma identificação entre conhecimentos escolares e conhecimentos científicos, quando, a rigor, estes últimos deveriam se constituir a fonte e o meio para a compreensão da realidade.

Apesar dos grandes esforços empreendidos pela sociedade brasileira com relação à democratização da educação escolar, esta tem ocorrido apenas no que diz respeito ao ingresso à escola. Pode-se dizer que no Brasil, atualmente, 97% das crianças em idade escolar conseguem ingressar no sistema educacional. No entanto, essa possibilidade de ingresso não se concretiza em formação escolar, pois a maior parte dos alunos, que inicia a 1ª série do ensino fundamental, não chega a terminá-lo.

Esse enorme desastre tem como uma de suas principais causas o fato de que, apesar de permitir a entrada de todos, a escola reproduz a sociedade da época, prejudicando a formação integral dos alunos.

Consciente de que em menor ou maior medida esta também é a realidade do ensino municipal de Pato Branco. O Município, com a clara determinação de transformar a situação, assume diretrizes políticas e pedagógicas sinalizando sua disposição de superação de tal realidade.

**Diretrizes políticas**

1. Cumprir o dispositivo Constitucional visando a expansão e a garantia da oferta do Ensino Fundamental de qualidade;
2. Assegurar os recursos públicos necessários à superação do atraso educacional e ao pagamento da dívida social, especialmente com os mais necessitados;

3. Universalizar o Ensino Fundamental gratuito no território municipal considerando a indissociabilidade entre o acesso, a permanência e a qualidade;
4. Reelaborar os Projetos Pedagógicos das Escolas Municipais contemplando princípios democráticos e participativos, além de garantir as especificidades de cada comunidade escolar;
5. Garantir a construção coletiva do currículo escolar atendendo os parâmetros nacionais e as especificidades estaduais e municipais;
6. Investir na infra-estrutura física de modo a dar condições de trabalho, e de aprendizagem a todos aqueles que atuam nas escolas municipais;
7. Realizar formação continuada para todos os professores e profissionais da educação, motivando, incentivando no aperfeiçoamento profissional.

**Diretrizes pedagógicas**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, em seu Art. 32 assim preceitua, a respeito do Ensino Fundamental:

"Art. 32 - O Ensino Fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I. desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das tecnologias, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social".

### 4.2.3 Princípios

O Município de Pato Branco, consoante com o estabelecido na legislação educacional, adota os seguintes Princípios norteadores da ação pedagógica nas suas escolas:

a) Éticos – autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao Bem Comum.

b) Políticos – direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

c) Estéticos – sensibilidade, criatividade, diversidade de manifestações artísticas e culturais.

d) Pedagógicos – garantia do Ensino Fundamental gratuito pra todos os alunos de 1ª a 4ª séries do município.

- trabalho pedagógico coletivo, democrático e participativo;
- formação de qualidade, ensinar a todos sem distinção, atendendo as peculiaridades;
- unidade da ação pedagógica na diversidade cultural e social.

### 4.2.4Concepções

O processo educativo não permite mais que idéias soltas conduzam a ação pedagógica. É preciso adotar concepções claras que orientem a ação e sirvam de fio condutor ao processo educacional local. Por isso, ao elaborar seu Plano Municipal de Educação, o município de Pato Branco sinaliza para as seguintes concepções no primeiro segmento da educação básica:

**EDUCAÇÃO:** Processo de transmissão e construção de conhecimentos e valores que capacitem o ser humano a uma participação construtiva na sociedade. Espaço de desenvolvimento total da pessoa, isto é, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. A educação tem como papel essencial conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino.

Nesse sentido, a educação visa atingir três objetivos que forma o ser humano para gestar uma democracia aberta.

São eles:

- "A apropriação pelo cidadão e pela comunidade dos instrumentos adequados para pensar a sua prática individual e social e para ganhar uma visão globalizante da realidade que o possa orientar em sua vida.

- A apropriação pelo cidadão e pela comunidade do conhecimento científico, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da história, para garantir-lhe a satisfação de suas necessidades e realizar suas aspirações.
- A apropriação por parte dos cidadãos e da comunidade, dos instrumentos de avaliação crítica do conhecimento acumulada, reciclá-lo e acrescentar-lhe novos conhecimentos através de todas as faculdades cognitivas humana..."

Vista como processo de desenvolvimento da natureza humana, a educação tem suas finalidades voltadas para o aperfeiçoamento do homem que dela necessita para constituir-se e transformar a realidade.

Pode-se dizer que desde o momento em que o homem se relaciona com a natureza ou com outros homens, ele está valorando. Atribuir sentido especial às coisas é, portanto, um ato que exige uma situação concreta, na qual o indivíduo manifesta sua adesão à determinadas coisas ou repulsa para outras tantas. Pelo fato de viver o homem está constantemente sendo solicitado a escolher e, ao fazer suas escolhas, inevitavelmente está atribuindo significado de bom, mau, útil, inútil às coisas que o rodeiam.

O homem não é um ser passivo. Por isso, perante determinada situação, cada um reage de acordo com sua escala de valores. Alguns procuram transformar a situação, pois ela não está de acordo com seus valores. Outros, no entanto, não querem que seja modificada, pois ela corresponde a seus valores.

Os que querem que a situação permaneça como está, geralmente estão se beneficiando dela. Essas pessoas, inclusive, estabelecem hierarquias de valores que procuram impor às demais. De maneira geral, na sociedade, as hierarquias de valores correspondem aos interesses dos grupos sociais privilegiados.

Por isso, Demerval Saviani propõe substituir o conceito da hierarquia, tradicionalmente ligado a uma concepção rígida e estática pelo conceito de propriedade, mais dinâmico e flexível. A propriedade, de acordo com esse autor, é ditada pelas condições da situação existencial concreta em que vive o homem. E para esclarecer sua proposta, apresenta o seguinte exemplo:

> *De acordo com a noção de hierarquia, os valores intelectuais seriam, por si mesmos, superiores aos valores econômicos. (...) Assim, se vou educar, seja num bairro de elite, seja numa favela, sempre irei dar mais ênfase aos valores intelectuais do que aos econômicos. No entanto, a nossa experiência da valorarão nos mostra que na favela os valores econômicos tornam-se prioritários, dados as necessidades de sobrevivência, ao passo que num bairro de elite assumem prioridade os valores morais, dada a necessidade*

*de se enfatizar a responsabilidade perante a sociedade como um todo, a importância da pessoa humana e o direito de todos de participar igualmente dos progressos da humanidade.*

A consciência de que a sociedade está cruzada por oposições de princípios e valores éticos, com interesses muitas vezes contrapostos, indica a necessidade de desenvolverem pontos que mostrem como a escola atua e pretende atuar na realidade, diante do desafio da diversidade de culturas que a escola está envolvida, onde a qual não é apenas um lugar a mais em que se repetem os prejuízos, mas sim que reflita sobre como agir para conciliar o aprendizado, frente a complexa diversidade de identidades, valores e vivências culturais, baseando-se neste parecer desenvolvemos metas de Respeito, Amizade e Competência.

A escola precisa levar a entender que determinados valores e princípios se constroem na prática social, num processo de relação. E por isso, não há critério para atribuir mais valor a uma determinada forma de agir, mesmo que, no processo histórico algumas culturas tenham conseguido impor-se como mais válidas que as outras. Estamos nos propondo motivar os alunos a entenderem como foram se formando tais processos de formação cultural e como é possível redimensioná-los na prática, isso parece ser um horizonte válido para o processo escolar que nós enquanto escola, buscando apoio dos pais pretende-se resgatar pontes da formação cultural dos alunos que ficaram perdidos no tempo.

**SOCIEDADE:** Quando se questiona o próprio sentido da escola, a sua função social e a natureza do trabalho educativo, enquanto docentes, aparecemos sem iniciativa, "arredados ou deslocados pela força arroladora dos fatos, pela vertiginosa sucessão de acontecimentos que tornaram obsoletos os conteúdos e as práticas educativas" (Peres Gómes, 1998). E para que isso não aconteça é que se precisa entender em que tipo de sociedade se está inserido.

A sociedade é mediadora do saber e da educação, presente no trabalho concreto dos homens, que criam novas possibilidades de cultura e de agir social, a partir das contradições geridas no processo de transformação da base econômica.

Segundo Demerval Saviani, o entendimento do modo como funciona a sociedade não pode se limitar ás aparências. É necessário compreender as leis que

regem o desenvolvimento da sociedade. Obviamente que não se trata de leis naturais, mas de leis históricas, ou, de leis que se constituem historicamente.

Atilio Boron (1986) questiona, que tipo de sociedade deixa como legado estes quinze anos de hegemonia ideológica do neoliberalismo? Uma sociedade hegemônica e fragmentada, marcadas por profundas desigualdades de todo o tipo, que foram exacerbadas com a aplicação das políticas neoliberais. Essa crescente fragmentação do social, que potencializaram as políticas conservadoras, foi por sua vez reforçada pelo excepcional avanço tecnológico e científico e seu impacto sobre o paradigma produtivo contemporâneo.

Inês B. de Oliveira diz que uma sociedade democrática não é, só aquela na qual os governantes são eleitos pelo voto. A democracia pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à sua vida, em casa, na escola, no bairro.

Raul Pont no texto sobre democracia representativa e democracia participativa conclui que, a convicção fundamenta-se no processo histórico que não há verdades eternas e absolutas nas relações entre sociedade e o Estado e que estas se fazem e se refazem pelo protagonismo dos seres sociais e que a busca de uma democracia substantiva, participante, regida por princípios éticos de liberdade e igualdade social, continua sendo um horizonte histórico, essa é a utopia para a humanidade.

**HOMEM:** A explosão demográfica e a crescente urbanização são outros fatores que desencadeiam transformações nos estilos de vida do homem contemporâneo e alteram suas expectativas de educação. Os acontecimentos descritos têm deixado o homem contemporâneo perplexo a respeito de seus valores e das categorias que utiliza para compreender o mundo e a si mesmo, alterando-lhe de forma contundente as maneiras de pensar, sentir e agir. Ou seja, poucas vezes na história os homens se defrontaram com uma crise de paradigma, o qual é um modelo, um conjunto de idéias e valores capaz de situar os membros de uma comunidade em determinado contexto, de maneira a possibilitar a compreensão da realidade e a atuação a partir de valores comuns. Essa nova racionalidade vai se configurar nos mais diversos aspectos:

- Valorização da subjetividade, garantia da autonomia do sujeito, tolerância religiosa e ética.

- Valorização da ciência como forma privilegiada de conhecimento, resultando no desenvolvimento da tecnologia; pretende-se assim expulsar as crendices, superstições e levar em consideração que "saber é poder", expressão das promessas de modernidade.

- Formação do conceito de Estado, que se sustenta nas noções de cidadania e participação; estas idéias frutificam no anseio de ampliar as noções de liberdade e igualdade, características da democracia.

Não se está sendo pessimista ao indicar que os prejuízos na qualidade de vida propriamente humana são fruto das contradições insolúveis do sistema engendrado na pós-modernidade.

O homem é um ser natural e social, ele age na natureza transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. Nesse processo de transformação, ele envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimentos. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pelo homem, conforme Saviani (1992): "O homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la pelo trabalho".

O homem é um ser social, que atua e interfere na sociedade, se encontra com o outro nas relações familiares, comunitárias, produtivas e também na organização política, garantindo assim sua participação ativa e criativa nas diversas esferas da sociedade. O homem, como sujeito de sua história, segundo Santoro "... é aquele que na sua convivência coletiva compreende suas condições existenciais transcende-as e reorganiza-as, superando a condição de objeto, caminhando na direção de sua emancipação participante da história coletiva, compreende suas condições existenciais, transcende-as e reorganiza-as superando a condição de objeto caminhando na direção de sua emancipação, participante da história coletiva".

Partindo do pressuposto que o homem constitui-se um ser histórico, faz-se necessário compreendê-lo em suas relações inerentes à natureza humana. O homem é, antes de tudo, um ser de vontade, um ser que se pronuncia sobre a realidade.

**CONHECIMENTO:** O conhecimento é uma atividade humana que busca explicitar as relações entre os homens e a natureza. Desta forma, o conhecimento é produzido nas relações sociais medidas pelo trabalho.

Na sociedade, o homem não se apropria da produção material de seu trabalho e nem dos conhecimentos produzidos nestas relações porque o trabalhador não domina as formas de produção e sistematização do conhecimento. Segundo Marx e Engels "a classe que tem à disposição os modos de produção material controla concomitante os meios de produção intelectual, de sorte que, por essa razão, geralmente as idéias daqueles que carecem desses meios ficam subordinadas a ela" (Frigotto,1993.p.67).

Ainda neste sentido, Andery (1988, p.15) confirma que "Nesse processo do desenvolvimento humano multideterminado e que envolve inter-relações e interferências recíprocas entre idéias e condições materiais, a base econômica será o determinante fundamental". Assim, sendo, o conhecimento humano adquire diferentes formas: senso comum, científico, tecnológico e estético, pressupondo diferentes concepções, muitas vezes antagônicas que o homem tem sobre si, sobre o mundo e sobre o conhecimento.

O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem de cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando portanto, a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz conseqüências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi expropriado do trabalho nas suas relações. Conforme Veiga (Veiga, Ilma Passos, Projeto Político da social: Uma Construção Coletiva – 1995, p.27).

"O conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos". Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos e generalizações, sendo portanto, o objeto de trabalho do professor.

Para Boff, "Conhecer implica em pois, fazer uma experiência e a partir dela ganhar consciência e capacidade de conceptualização. O ato de conhecer, portanto, representa um caminho privilegiado para a compreensão da realidade, o conhecimento sozinho não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação".(2000, p.82).

O conhecimento não ocorre individualmente. Ele acontece no social gerando mudanças interna e externa no cidadão e nas relações sociais, tendo sempre uma intencionalidade.

Conforme Freire, "O conhecimento é sempre conhecimento de alguma coisa, é sempre "intencionado", isto é, está sempre dirigido para alguma coisa"(2003, p.59). Portanto, há de se ter clareza com relação ao conhecimento escolar, pois como destaca Severino, "educar contra-ideologicamente é utilizar, com a devida competência e criatividade, as ferramentas do conhecimento, as únicas de que efetivamente o homem dispõe para dar sentido às práticas mediadoras de sua existência real". (1998, p.88)

**ENSINO – APRENDIZAGEM:** O ensino, fenômeno complexo, enquanto prática social realizada por seres humanos com seres humanos, é modificada pela ação e relação desses sujeitos, que, por sua vez, são modificados nesse processo. A identidade não é um dado imutável nem externo, mas se dá em processo, na construção do sujeito historicamente contextualizado.

A proposta Educacional enquanto desenvolvimento humano deve partir de fins e valores que sejam fundamentados na teoria e aceitos pelo grupo e este fará a proposta educativa a qual, deve explicar a realidade do homem, suas necessidades, seus valores, seu ser e o ser que virá a ser com a educação. Dependendo do planejamento, da metodologia usada pelos professores, este homem que hoje está

nos bancos escolares poderá tornar-se: passivo, submisso, crítico, incapaz de agir para transformar a sociedade e compreendê-la.

Ao se definir o papel da escola é preciso acreditá-la como um dos instrumentos de realidade global, capaz de interferir na modificação dos seres humanos. Não se pode, no entanto perder de vista os objetivos mais amplos de educação: desenvolver o ser integral, suas potencialidades cognitivas, afetivas, psicomotoras e sociais, dando oportunidade ao educando de delinear o seu papel como ser pensante, consciente, criador, livre, participante e transformador da realidade.

A educação como transformação da sociedade, é mediadora de um projeto social. Ela por si não redime nem produz, mas serve de meio para realizá-la. A educação é crítica, e luta pela transformação da sociedade com perspectivas de democratização concreta atingindo os aspectos políticos sociais e econômicos. "Assim se o projeto educacional for democrático, alcança a realização da democracia plena". A escola deve estruturar-se de maneira a possibilitar a construção do conhecimento e a formação da pessoa. Nesta concepção é que se pensa uma educação dentro de uma realidade e não numa sociedade ideal; uma educação que tenha como primazia o educando construtor do seu próprio conhecimento, sujeito de sua história, com direito de explorar, descobrir, ser criativo, livre, inovador de seu conhecimento, e não um mero repetidor da ciência do passado.

Diante das transformações vertiginosas, que muda em pouco tempo os produtos e a maneira de produzi-los, criando umas profissões e extinguindo outras, ninguém mais pode se formar em alguma profissão, portanto há a necessidade de uma educação permanente, que permita a continuidade dos estudos, e, portanto de acesso às informações mediante uma autoformação controlada.

É nesse sentido que "Adam Schaff " se refere ao surgimento de outro homem, o *homo studiosus*, que em última análise seria a realização do sonho *do homo universalis,* cuja instrução integral permitiria a mudança de profissão, adaptação a qualquer situação e ser suficientemente criativo para se renovar sempre.

Como dizia Karl Marx: (...) "mais do que interpretarmos o mundo, importa é transformá-lo." Isto significa que o conhecimento não serve apenas de enfeite, de

adorno, de trabalho aos gênios. A educação não deve se ocupar com qualquer conteúdo, de qualquer forma. Para se chegar a isto é insuficiente a posição metodológica que privilegie apenas a prática, o hábito ou o bom senso e despreze uma sólida formação filosófica, uma reflexão teórica, a busca dos princípios lógicos e as bases epistemológicas para constituir a prática educativa.

Esta atuação prática – teórica só pode ser obtida se for compreendido o trabalho pedagógico a partir da categoria da totalidade.

**AVALIAÇÃO:** a avaliação é uma prática social e educativa que tem seus desdobramentos nos contextos: social, cultural, político e econômico e se realiza numa dada realidade multifacetada, histórica e dinâmica. Esta configuração faz com que em todos os lugares, em todos os momentos e, em diferentes espaços, a avaliação esteja presente ora para regular as diversas atividades, ora para verificar e certificar a eficácia e a competência de um sem número de pessoas que desempenham as mais variadas funções na sociedade.

A concepção de avaliação deve considerar o avanço conquistado pelo educando e não as conquistas que ele ainda precisa alcançar.

### 4.2.5 Objetivos, metas e ações.

**Infra-estrutura física**

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Assegurar espaço físico adequado de acordo com as demandas dos bairros. | -Construir duas escolas municipais, extinguindo as escolas compartilhadas com o estado. | -Construção em 2006, da Escola Santos Dumont.<br>-Construção em 2007, da Escola Jardim Primavera e Ayrton Senna. |
| | -Conservar, manter e ampliar as escolas municipais. | -Em 2006, ampliação da Escola São Cristóvão.<br>- Em 2007 ampliação da Escola Alvorada.<br>-Em 2008 ampliação e reforma da escola São Luis<br>-Manutenção e conservação dos prédios escolares. |
| -Oportunizar a inclusão das pessoas com necessidades especiais garantindo a educação para todos. | -Ampliar e adequar as escolas, com sanitários, cozinhas, áreas de serviço e rampas de acesso para abrigar a demanda dos alunos inclusos no ensino regular. | -Readaptação de todas as escolas até 2009. |
| -Viabilizar espaços adequados para a prática desportiva. | -Construir quadras de esporte nas dependências das escolas que ainda não possuem. | -Construção e conservação de todas as quadras esportivas das escolas. |

## Infra-estrutura - móveis e equipamentos

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Equipar todas as escolas com aparelhos e instalações tecnológicas. | -Realizar levantamento das necessidades de aparelhos e instalações tecnológicas. | -Compra e manutenção de equipamentos de informática nas escolas que necessitam, a partir de 2006. |
| -Equipar as escolas com aparelho multimídia | -Listar as escolas pelo porte para suprir esta necessidade. | -Compras de aparelhos multimídia. |
| -Criar uma central de fotocópias. | -Reprodução de material para todas as escolas | -Aquisição de uma fotocopiadora. |
| -Mobiliar todas as escolas com móveis nas salas de aula e salas especiais. | -Realizar levantamento dos mobiliários existentes para suprir as necessidades. | -Conserto dos móveis: carteiras, cadeiras, armários e outros a partir de 2006. |
| | | -Aquisição e, ou substituição dos móveis sem condições de uso, a partir de 2006. |

## Infra-estrutura – materiais didáticos – materiais de expediente e limpeza

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Ampliar o acervo bibliográfico em todas as escolas. | -Realizar levantamento das necessidades nas escolas. | - Ampliação do acervo bibliográfico - literatura a partir de 2006. |
| | | -Compras de livros de pesquisa para o professor, a partir de 2006. |
| -Suprir as escolas com material didático pedagógico de expediente e limpeza | -Realizar levantamento das necessidades de cada escola. | - Compra coletiva pela prefeitura diminuindo o custo dos materiais. |

## Infra-estrutura – segurança

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Implantar sistemas de alarmes em todas as unidades escolares. | - Realizar levantamento das necessidades da instalação de sistema de alarme nas escolas. | -Monitoramento com sistema de segurança em todas as escolas da Rede Municipal, a partir de 2006. |

## Infra-estrutura – transportes

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Garantir transporte escolar com qualidade e segurança para todos os alunos | -Suprir as linhas de transporte escolar com motorista capacitado. | - Compra e manutenção de veículos necessários para garantir o transporte escolar, a partir de 2006. |
| | | -Cursos de capacitação dos motoristas sobre relações humanas. |

## Infra-estrutura – alimentação escolar

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Assegurar alimentação escolar de qualidade com variação de cardápios para todas as crianças. | -Manter as verbas do PNAC (Programa Nacional de Alimentação das Creches) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).<br><br>-Manter a complementação da verba da Prefeitura Municipal. | -Produção dos alimentos com higiene e cardápios variados.<br><br>-Cursos de capacitação das merendeiras (alimentação, nutrição, cardápio, higiene dos alimentos e higiene pessoal).<br><br>-Prestações de contas das verbas recebidas em tempo hábil. |

## Questões administrativas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Garantir os recursos financeiros para a escola. | -Receber o fundo de gestão,a que tem direito conforme o porte da escola.<br><br>-Reajustar o fundo de gestão pelo índice de aumento do valor aluno do MEC. | -Aplicação dos recursos financeiros de acordo com as necessidades e normas vigentes.<br><br>-Prestação de conta mensal de acordo com as exigências legais. |
| -Realizar concursos públicos para profissionais que atuam na educação. | -Proporcionar aos professores concursos de ingresso.<br><br>-Proporcionar concursos para psicólogos, fonoaudiólogos e nutricionista, e bibliotecário. | -Provimento das vagas existentes na rede municipal, a partir de 2006. |
| -Reformular o plano de cargos e salários dos professores. | - Estudar e reformular o plano de cargos e salários, aumentando o piso salarial de acordo com o valor aluno, estabelecido pela esfera do governo federal. | - Realização de mudanças necessárias e implantação do plano de cargos e salários até outubro de 2006. |
| - Estabelecer plano de cargos e salários, para os funcionários da educação. | -Estudar e implantar o plano de cargos e salários para funcionários da educação (serventes, merendeiras, administrativo). | - Implantação do plano de cargos e salários para todos os funcionários de educação, a partir de 2007. |

## Questões pedagógicas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Capacitar os professores para a inclusão dos alunos com necessidades especiais. | -Oportunizar formação continuada para os professores que trabalham com os alunos de necessidades especiais. | -Cursos de capacitação nas áreas especificas. |

| | | |
|---|---|---|
| -Integrar professores e alunos do segundo ano do segundo ciclo com os da quinta série.<br><br>-Garantir acesso e permanência de todos os alunos do município em idade escolar no ensino fundamental (1º e 2º ciclo). | -Aproximar os alunos das escolas para outra no sentido de diminuir o impacto com a mudança.<br>-Matricular 100% das crianças em idade escolar. | -Encontro de professores e alunos que atuam nos ciclos diferentes do ensino fundamental.<br><br>- De acordo com o censo todas as crianças deverão estar na escola, a partir de 2006. |
| -Implantar o 1º ciclo do ensino Fundamental de 3 anos. | -Implantar o Ensino Fundamental de 9 anos, para os alunos com 6 anos completos.<br><br>- Ofertar matrículas, se houver vagas, para os alunos que completarem 6 anos até primeiro de março. | -Reformulação dos currículos, a partir de 2006.<br>-Reorganização dos ciclos, a partir de 2007. |
| -Integrar, família e escola. | - Realizar programas de integração com as famílias, para acompanhamento na educação dos filhos. | -Projetos, palestras e eventos de orientação aos pais na educação dos filhos. |
| Realizar horas de estudo nas escolas (fora do horário de aula), validadas como formação continuada. | -Proporcionar horas de capacitação aos professores nas escolas. | -Hora de estudos,<br>-Cronograma específico,<br>-Programas específicos com conteúdos aprovados pela equipe da SMECEL (Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer). |
| -Garantir ao aluno o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. | -Avaliar as aprendizagens dos alunos periodicamente. | - Acompanhamentos nas escolas sobre:<br>-motivação das aulas,<br>-projetos educacionais,<br>-capacitação dos professores,<br>-biblioteca na escola.<br>A partir de 2006. |
| -Erradicar a evasão escolar e a repetência. | -Fazer acompanhamento direto dos alunos e suas famílias. | -Serviço de psicólogos e assistentes social.<br>-Aulas de reforço (contraturno).<br>-Avaliações e encaminhamentos para tratamento, quando necessário.<br>-Monitoramento das migrações. |
| -Capacitar os profissionais da educação. | -Proporcionar formação continuada para os professores, diretores, equipes pedagógicas, assistentes administrativos e outros. | -Cursos de formação.<br>-Avaliações periódicas de desempenho e produtividade profissional da educação. |
| -Reformular a proposta curricular para garantir uma aprendizagem de qualidade. | - Efetuar a reformulação curricular. | -Anualmente fazer estudos e avaliações sobre a proposta curricular. |
| -Promover projetos educacionais de comum acordo com as escolas. | - Apoiar e orientar a execução de projetos educacionais pertinentes. | -Elaboração de projetos que vem de encontro às necessidades de complementação curricular e extracurricular, a partir de 2006. |
| -Promover concursos nas escolas sem objetivo comercial e de forma democrática. | - Realizar concursos com os alunos, pertinentes à realidade escolar, voltados para a aprendizagem do aluno. | -Concursos livres. |

## 4.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL

### 4.3.1 Diagnóstico

**Centro de Atendimento Especializado Municipal**

O atendimento de Educação Especial no município de Pato Branco é centralizado na Escola Municipal Rocha Pombo sendo oferecidos os seguintes atendimentos: centro de atendimento área da surdez, centro de atendimento deficiência física não sensorial, centro de atendimento área deficiência visual., Classe Especial na área mental e Salas de Recursos. Alunos que freqüentam o Centro de Atendimento Especializado estão inclusos no ensino regular nas escolas do município.

Os educandos com necessidades especiais que freqüentam o Centro de Atendimento Especializado, nas áreas da visão, surdez, mental, física e sala de recursos são atendidos por meio de programas e/ou cronogramas estáveis. A avaliação desses alunos é realizada por equipe multidisciplinar (pediatra, oftalmologista, neuropediatra, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, assistência social, terapeuta ocupacional, pedagogos, professores).

Na Escola Municipal Rocha Pombo existe um Centro de Reabilitação física que resultou da parceria da APDEERP (Associação dos Portadores de Deficiência da Escola Rocha Pombo), SMECEL (Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte, Lazer), ROTARY CLUBE, SMS (Sistema Municipal de Saúde), que atende os alunos quanto à reabilitação e terapias conforme suas necessidades.

Atualmente a demanda de educandos é de 160, além dos alunos da Escola Rocha Pombo, são atendidos alunos de todo o município. Para esse trabalho é previsto transporte adaptado, modalidade de ensino, horários e atividades específicos e flexíveis. Estes alunos são oriundos de nível sociocultural e econômico com predominância da classe baixa e um pequeno índice da classe média segundo dados cadastrais. A escola é de porte médio, conforme modalidades oferecidas, estando em consonância com LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e suas parcerias.

No centro de atendimento, os profissionais possuem especializações nas áreas especificas ou estão cursando. Além dos professores, há envolvimento de todos os profissionais, coordenadores, direção e demais funcionários que auxiliam

no avanço ensino-aprendizagem. Há também envolvimento contínuo com as famílias integrando-as com a escola.

As salas de aula estão adequadas para o atendimento dos educandos, porém, sempre necessitam de ampliações nos aspectos físicos e atualizações pedagógicas devido à diversidade de patologias que os alunos apresentam. O Centro de Atendimento Especializado dispõe de material para a construção do conhecimento seleção e aplicação do lúdico em sala de aula.

Há um relacionamento excelente entre professores e alunos e integração harmoniosa de alunos da Educação Especial com os alunos do Ensino Regular.

A escola disponibiliza laboratório de informática, CDs educativos e biblioteca. Os currículos são flexíveis, e adaptados para cada área, necessitando sempre de atualização.

Existe na Escola Municipal Rocha Pombo, projeto de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para ouvintes nas salas do ensino regular (jardim III a 4ª série). As aulas de LIBRAS possuem cronograma específico para os alunos surdos, formação continuada devido a complexidade da língua.

Os professores do ensino regular são capacitados por meio de cursos de LIBRAS, visando estimular e facilitar a inclusão de alunos surdos nas demais escolas e Centros de Educação Infantil do município. O instrutor e monitor surdo auxiliam no processo pedagógico e apóia os professores e alunos.

A Escola recebe apoio da APDEERP (Associação dos Portadores de Deficiências da Escola Rocha Pombo), nos aspectos: econômico, social e cultural. Existem equipamentos tecnológicos com softwares (Dos Vox) multimídia completo. Há produção de material em Braille, dispondo de recursos, impressão de livros e apostilas que serão utilizados pelos alunos no ensino regular (Educação Infantil – Ensino Fundamental-Ensino Médio e Graduação). Existe também instrutora de orientação e mobilidade no atendimento de locomoção de alunos dependentes (com guia vidente) independente (com bengala longa).

Para desenvolver um trabalho de qualidade é necessário:

- Espaço adaptado para realização de atividades de vida diária (AVD) na área de Deficiência Visual.

- Acesso a Internet para realizar pesquisas dos alunos nos vários níveis de escolaridade.
- Impressora colorida na sala de aula para impressão de trabalhos.
- Sala com equipamentos apropriados para o atendimento da Educação Infantil Especializada (0 a 6 anos).
- Equipamento Thermoform na sala de produção de material em Braille.
- Adaptações de rampas, corrimões, permitindo o acesso nos diversos espaços da escola.
- Pistas táteis (placas indicativas em Braille) nos diferentes ambientes da escola.
- Sinalizador luminoso para alunos surdos.
- Equipamentos específicos (máquinas perkins, bengalas, lupas).
- Um número maior de professores especializados na área de Deficiência Visual e Deficiência Física.
- Ampliação da carga horária dos técnicos (psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais) para atender um número maior de alunos.
- Cobertura da quadra de esportes da escola.
- Professor de Educação Física com capacitação na área de Educação Especial.
- Organização e participação em campeonatos esportivos.
- Adaptações e softwares específicos em cada área tecnológica.
- Professores itinerantes por área, para auxiliarem os alunos inclusos e seus professores nas escolas.
- Atendente com designação e perfil para atuar com a professora regente da área de Deficiência Física.
- Aplicar a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a lei de inclusão nos PPP (Projeto Político Pedagógico) da rede municipal de ensino e centros de atendimento de Educação Infantil.
- Encaminhamento precoce de alunos com necessidades especiais para o atendimento especializado.

**Quadro 1 – Pessoal – Educação Especial**

| Rede de ensino Municipal | Professores | Em formação | Habilitação Magistério | Licenciados (graduados) | Especialistas | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 05 | 01 | 02 | 10 | 18 |

**Quadro 2 - Crianças de acordo com a faixa etária – dados estatísticos**

| Alunos | 2005 |
|---|---|
| 0 a 3 anos | 01 |
| 04 a 05 anos | 02 |
| 06 a 10 anos | 82 |
| Mais de 10 anos | 80 |
| TOTAL | 165 |

**Quadro 3 – Resumo da situação da educação especial**

| Deficiências | Feminino | Masculino | Total |
|---|---|---|---|
| DA | 10 | 11 | 21 |
| DV | 06 | 13 | 19 |
| DM | 17 | 28 | 45 |
| DF | 05 | 14 | 19 |
| Sala Recursos | 18 | 43 | 61 |
| Total | 56 | 109 | 165 |

**Escola de Educação Especial Recanto Feliz APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)**

Pato Branco possui uma ONG Escola Especializada para os portadores de necessidades educacionais especiais. Esta escola Possui 263 alunos, conforme mostra a tabela:

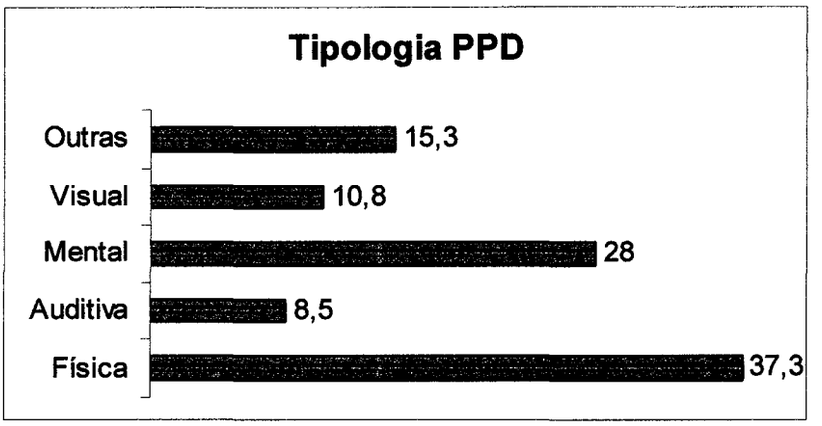
| Faixa Etária | Deficiência Mental | Autismo | Síndrome de Down | Múltiplas | Condutas Típicas | Alunos por Faixa Etária |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0 a 3 | 03 | 00 | 4 | 10 | 00 | 17 |
| 4 a 6 | 04 | 00 | 03 | 13 | 00 | 20 |
| 7 a 14 | 24 | 02 | 08 | 15 | 05 | 54 |
| 15 a 16 | 26 | 00 | 01 | 03 | 01 | 31 |
| Após 16 | 98 | 02 | 15 | 24 | 02 | 141 |
| **Total Alunos** | **155** | **04** | **31** | **65** | **08** | **263** |

Ensino Profissionalizante: 176 alunos

Estimulação Precoce, Pré-Escola, Ensino Fundamental: 108 alunos (21 alunos participam do Ensino Fundamental e do Programa de Iniciação Profissional).

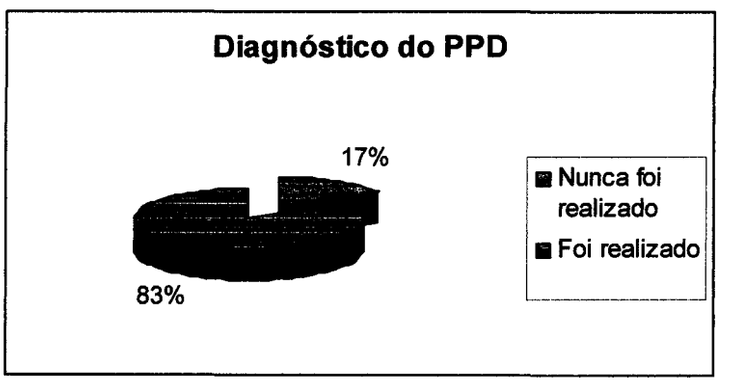
O município de Pato Branco apresenta um percentual de 1,7% da sua população com alguma necessidade especial.

A tipologia dos portadores de necessidades especiais possui os seguintes indicadores:




Esta população portadora de deficiência foi na maioria dos casos diagnosticada e tratada conforme cada caso.

Diagnóstico de Pessoas Portadoras de Deficiência



**OS PROFISSIONAIS DESTA ESCOLA – APAE –** são em número de 25 profissionais, todos graduados com especializações nas diferentes áreas de atuação:

- 08 profissionais especializados em D.M (deficiência mental);
- 01 profissionais especializados em Ensino de Matemática;
- 01 profissional especializado em Saúde Mental;
- 01 profissional especializado em D.A. (deficiência auditiva)
- 01 profissional especializado em Metodologia aplicada em Educação Especial;
- 04 profissionais especializados em Educação Inclusiva;
- 06 profissionais especializados em Educação Especial;
- 01 profissional especializado em Português, Estudos Adicionais em D.M (deficiência mental);
- 02 profissionais especializados em Educação Física Escolar e Especial.

Esta escola oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação Profissional.

A escola possui oficina profissionalizante, preparando os alunos para o exercício de uma profissão. Esses jovens são colocados no mercado de trabalho, exercendo desta forma a sua cidadania.

### 4.3.2 Diretrizes

Pode-se certamente dizer hoje que a criança está no centro do mundo. E este estar no centro do mundo traz novos significados e novos paradigmas para a educação. A educação, em suas concepções atuais tem se direcionado para a criança como ser único, ativo, criativo e responsável. No entanto, sabe-se que nem sempre foi assim, ou melhor, que durante muito tempo a idéia de "proteção extremada" esteve presente nas ações educacionais que em última análise formavam os paradigmas em vigor.

Se essa foi a realidade da educação para crianças ditas "normais", as crianças com necessidades especiais, ao longo do processo histórico sofreram muito mais um processo de exclusão do que um processo educativo pleno. O ser humano, quando nasce, é bruscamente lançado num modo inteiramente novo que requer dele, de imediato, uma série de adaptações. Assim, na verdade, o nascimento torna-se apenas o começo do nascimento em sentido mais amplo. E ao nascer, como nenhuma outra criatura é extremamente dependente de outrem, por isso, talvez, a concepção de "cuidar" e/ou "proteger" que foi tão cara a pedagogos e sistemas de ensino.

Se diante dessa realidade a criança dita "normal" tem dificuldades de sobrevivência e adaptação, que dizer daquela que nasce com necessidades especiais? Talvez a sensação de estar sozinha e indefesa num mundo potencialmente hostil seja maior ainda. Uma gama de fatores, ambientais ou não podem aumentar essa sensação de impotência e um sentimento de insegurança.

Assim, os novos paradigmas que estão surgindo para dar sustentação à ação pedagógica na Educação Especial sinalizam na direção da construção de uma sociedade inclusiva, orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais buscando a qualidade em todas as dimensões da vida.

Nesse sentido percebe-se em todas as instâncias da sociedade uma ressignificação da Educação Especial no sentido de entendê-la como uma modalidade da educação escolar definida numa proposta pedagógica, que assegura um conjunto de recursos, apoios e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Diante desse contexto, o Município de Pato Branco, estabelece as seguintes diretrizes para a Educação Especial:

- Cumprimento do disposto no artigo 208 da Constituição Federal, com o Decreto Federal nº 3.298/99, que regulamenta a Lei 7.853/89 sobre a Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência.
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 no seu Cap V, trata a Educação Especial como modalidade de Educação, passando a ser inerente à educação escolar integrante da educação básica.
- Na regulamentação contida na Resolução CNE/CEB n. 02/2001 e o contido na Deliberação 02/03 do Conselho Estadual de Educação do Paraná.
- Na Lei 10.172/01 (Plano Nacional de educação), na Lei 7.853/89 dispõe sobre o apoio a pessoas com deficiências; na Lei 8.069/90 dispõem sobre ECA; no Decreto 3.298/99 que regulamenta Lei 7.853/89; na Portaria MEC 1.679/99 – Acessibilidade; na Lei 10.098/00 – normas gerais e critérios para acessibilidade; na Declaração Mundial de Educação Para Todos e Declaração de Salamanca (Brasil 1994 ) - Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais : Acesso e Qualidade (Espanha – 1994); na Declaração de Jomtiem (Tailândia – 1990) ; e na Legislação Estadual e Municipal;
- Estabelecimento de infra-estrutura mínima seja na questão física e/ou pedagógica para a oferta da Educação Especial;
- Organização do sistema de ensino para o atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais;
- Operacionalização pelos sistemas de ensino;
- Implantação e implementação de serviços de educação especial nas escolas da rede municipal de ensino especialmente aos alunos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a distúrbios ou algum tipo de deficiência na rede regular de ensino;
- Implantação de etapas de escolarização para alunos com necessidades especiais em qualquer espaço escolar;

- Construção de Currículo com terminalidade específica para portadores de necessidades especiais visando à educação profissional do aluno com necessidades educacionais especiais;
- Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Escolas Regulares que contemplem os alunos com necessidades especiais.

### 4.3.3 Princípios

Os princípios que norteiam a ação educativa do Município de Pato Branco, na área da Educação especial levam em consideração princípios pedagógicos que favoreçam a escolarização, possibilitando o pleno desenvolvimento humano do educando, contemplando suas competências e habilidades.

A questão da inclusão escolar supera a simples questão do acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais aos bancos escolares. A inserção de educandos com necessidades educacionais especiais, no meio escolar, é uma forma de tornar a sociedade mais democrática. Da mesma forma, a transformação das instituições de ensino em espaço de inclusão social é tarefa de todos que operam com a alma e o corpo das crianças especiais.

Dessa forma o conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentam necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica.

Para dar conta dessa nova postura a respeito da educação especial, o Município de Pato Branco reafirma os princípios da:

- **Participação** - entendida como envolvimento de todos os setores da sociedade no desenvolvimento das atividades educativas para uma ação conjunta na área de Educação Especial
- **Integração** - caracterizada como um processo dinâmico e orgânico, envolvendo esforços dos diferentes segmentos sociais, para o estabelecimento de condições que possibilitem às pessoas com deficiências que apresentam problemas de conduta e superdotadas, tornarem-se parte integrante da sociedade como um todo.
- **Normalização** - definida no sentido de proporcionar às pessoas com deficiências, com problemas de conduta e superdotadas, condições de vidas similares às das outras pessoas, dando-lhes possibilidades de uma vida tão normal quanto possível.
- **Interiorização** - concebida como expansão do atendimento a todas as escolas municipais sejam da área urbana ou rural valorizando as iniciativas comunitárias relevantes.
- **Simplificação** - definida como a opção por alternativas simples para os processos de ensino-aprendizagem em Educação Especial, sem prejuízos dos padrões de qualidade.
- **Individualização**: entendida como o atendimento das características pessoais, maneira e tempo de aprendizagem de cada um.

### 4.3.4 Concepções

Em termos educacionais, a sociedade brasileira tem apresentado avanços em termos de uma educação voltada para todos e para a inclusão social plena e efetiva de pessoas com necessidades especiais. Uma das principais mudanças ocorridas diz respeito à ampliação na forma de abordar a deficiência, que passa a ser encarada, também, sob uma perspectiva social. Nesse sentido, procura-se mostrar que a sociedade, em suas diferentes organizações, em muitos casos, cria barreiras à participação dos indivíduos, por não estar estruturada para atender às necessidades das pessoas com deficiência.

Portanto, assumir uma posição diante da Educação Especial inclusiva envolve não apenas uma reflexão sobre currículos e organização escolar. Implica, igualmente, uma revisão das bases de trabalho de todos os educadores dedicados à educação especial e à criação de oportunidades de uma formação que os auxilie a reorientar seus papéis para trabalhar em um contexto inclusivo. Tal contexto exige mudanças, não só em conhecimento e competências pedagógicas, mas também em atitudes e valores.

A deficiência não deve ser tomada, isoladamente, como obstáculo ou impedimento que impossibilita o pleno desenvolvimento das potencialidades de uma pessoa.

A escola inclusiva (*escola que deve acomodar todas as crianças independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras - Salamanca - 1994*) deve promover uma educação de alta qualidade a todos os educandos, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva. Deve ser adaptada às necessidades dos alunos, respeitando-se o ritmo e os processos de aprendizagem. Deve contrapor-se à sociedade que inabilita e enfatiza os impedimentos, propondo uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas.

A concepção da escola inclusiva aproxima-se dos eixos norteadores da Escola Plural, em cujos fundamentos reconhecem-se as diferenças humanas como normais e a aprendizagem centrada nas potencialidades do sujeito, ao invés de impor aos educandos rituais pedagógicos preestabelecidos. Nesse sentido, todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter. As escolas devem responder às necessidades diversas de seus alunos, incorporando estilos e ritmos de aprendizagem por meio de arranjos organizacionais, currículos apropriados, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades.

## 4.3.5 Objetivos, metas e ações.

### Infra-estrutura física

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Adaptar o espaço físico das escolas conforme as normas de acessibilidade. | -Realizar levantamento em todas as escolas municipais das necessidades de adaptação de cada uma. | - Em 2006, adaptação de 20%, das escolas municipais, em 2007 30%, em 2008 30%, e em 2009 20%.<br>- Realização de projetos de engenharia. |
| -Viabilizar espaço físico para oficina profissionalizante. | -- A partir de 2007, organizar e equipar oficinas profissionalizantes | Construção de espaço físico para desenvolver atividades profissionalizantes |
| -Ampliar a sala de libras. | - Ampliar e mobiliar sala de libras para as aulas. | -Ampliação do espaço existente. |
| -Criar um Centro de convivência para os alunos na área de surdez. | -Oferecer espaço apropriado para conversação entre as pessoas surdas. | - Viabilização no Centro de Atendimento Especializado, espaço adequado para os surdos, em 2008. |
| - Criar espaços específicos da vida diária para as pessoas com DV se tornarem independentes. | -Orientar as pessoas DV da rotina da vida diária. | -O espaço ou sala deverá ser equipado com móveis e utensílios domésticos, a partir de 2006. |
| -Viabilizar espaço adequado para a prática de atividades físicas. | -Criar um espaço apropriado no Centro de atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais e demais escolas. | -Construção de uma quadra coberta com piso antiderrapante em 2006. |

### Infra-estruturas - móveis e equipamentos

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Atualizar e manter os equipamentos das salas especializadas. | -Fazer a manutenção periódica dos equipamentos. | - Manutenção dos equipamentos e atualização quando necessário, a partir de 2006. |
| - Equipar as salas de aula com mobiliário e aparelhos eletrônicos e tecnologias adequadas às áreas trabalhadas | -Anualmente prover o Centro de Atendimento Especializado com aparelhos necessários.<br>- Anualmente conforme a demanda, adaptar os móveis de acordo as necessidades dos alunos. | - Aquisição de aparelhos eletrônicos e tecnológicos de acordo com as necessidades de cada área.<br>- Adequação dos móveis conforme as necessidades especiais dos alunos. |
| -Equipar a oficina profissionalizante. | -Comprar móveis e equipamentos para oficina profissionalizante. | -Montagem das oficinas, a partir de2007. |

### Infra-estrutura materiais didáticos

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Produzir e adaptar material pedagógico nas diversas áreas de atuação. | -Atualizar materiais para as atividades desenvolvidas nas diferentes áreas da educação especial. | - Produção de material didático-pedagógico para todas as escolas que tiverem alunos inclusos a partir de 2006. |

| | | |
|---|---|---|
| -Disponibilizar de softwares nas diferentes áreas de acordo com as necessidades de Educação Especial. | - Modernizar as técnicas didático-pedagógicas, facilitando as pessoas de necessidades especiais. | - Aquisição de softwares para as escolas com alunos de necessidades educacionais especiais, a partir de 2007. |
| -Atualizar materiais pedagógicos, biblioteca e de informática, motivando os alunos para obtenção de melhores resultados na aprendizagem. | - Revisar o material pedagógico, atualizando e adaptando às necessidades. | -Periodicamente, análise, classificação, organização e atualização dos materiais destinando-os para as áreas específicas. |
| -Adquirir biblioteca digital incentivando a leitura das pessoas de necessidades especiais. | - Implantar biblioteca digital de leitura para as pessoas com necessidades especiais. | - Criação da biblioteca digital no Centro de Atendimento Especializado que servirá de apoio para todas as escolas com alunos inclusos, a partir de 2006. |
| -Oferecer para os professores, materiais diversos para os projetos profissionalizantes. | -Elaborar projetos pedagógicos do interesse da clientela. | -Aquisição, a partir de 2007, de materiais de apoio para o desenvolvimento dos projetos profissionalizantes. |

## Infra-estrutura – segurança

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Proporcionar segurança às crianças no transporte, no atendimento emergencial, nos espaços físicos e equipamentos. | - Organizar curso para formação de motoristas e atendentes dos ônibus para proceder corretamente em casos emergenciais. | -Capacitação para motoristas e auxiliares para o procedimento correto nos casos emergenciais, anualmente. |
| | - Fazer avaliações periódicas das normas de segurança dos espaços físicos e dos equipamentos. | - Adaptação do espaço físico dentro das normas de acessibilidade a partir de 2006. |
| | | -Manutenção dos equipamentos de forma a dar segurança às crianças com necessidades especiais |

## Infra-estrutura – transporte

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Possuir veículos adaptados, em nº. suficiente para o transporte das pessoas nas diferentes atividades. | -Transportar as pessoas com segurança para o período das aulas. | - Em 2006, aquisição de um veículo (ônibus adaptado), para transporte das pessoas. |
| | - Transportar as pessoas para freqüentarem as oficinas profissionalizantes e demais parcerias. | -Avaliação anual das necessidades de transporte. |

## Infra-estrutura – alimentação escolar

| OBJETIVOS | METAS | AÇOES |
|---|---|---|
| - Servir alimentação saudável e variada atendendo as necessidades das pessoas. | - Oferecer alimentação adequada com cardápios variados, para as diversas patologias. | -Produção de alimentos com cardápios diferenciados. |
| | - Capacitar as merendeiras nas escolas para o atendimento dos alunos inclusos. | -Cursos para merendeira e pessoal de apoio a partir de 2006. |
| -Servir alimentação adequada na oficina profissionalizante | - Oferecer alimentação na oficina profissionalizante. | - Aquisição de móveis, equipamentos e utensílios para oferecer alimentação na oficina profissionalizante. |

## Questões administrativas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Criar no Centro de Atendimento Especializado espaço e materiais apropriados para o atendimento às crianças de 0 a 6 anos | -Oferecer atendimento diferenciado para crianças de 0 a 6 anos. | - Em 2007, adequação das salas específicas para as crianças de 0 a 6 anos. |
| --Ampliar a oferta de educação infantil especializada de 0 a 6 anos em todas as áreas de atendimento. | - Construir ambientes apropriados para a Educação Infantil. | - Em 2006, viabilização de ambientes especiais. |
| | -Adquirir materiais adequados para cada área de atendimento. | - Aquisição de materiais especiais de acordo com as necessidades. |
| | - Capacitar professores e demais técnicos para atuarem na educação infantil especializada de 0 a 6 anos. | - Cursos específicos para os profissionais. |
| -Fazer encaminhamento profissional de acordo com as possibilidades de cada pessoa e de suas necessidades especiais. | -Avaliar as pessoas e suas capacidades profissionais. | -Parcerias com instituições, empresas públicas e privadas em 2006 e anos subseqüentes. |
| -Incentivar as empresas para contratação das pessoas com necessidades especiais. | -Encaminhar para o mercado de trabalho conforme a legislação e as possibilidades de cada pessoa. | - A partir de 2006, realização de campanhas de esclarecimento com as empresas, para a contratação das pessoas, de acordo com a legislação. |
| | | -Celebração de parcerias com empresas. |
| - Organizar palestras para a comunidade sobre saúde, prevenção tratamento e encaminhamento para as pessoas com deficiências. | - Favorecer a Integração da família e escola, orientando os pais sobre os procedimentos de saúde. | -Programação anual de atividades pertinentes à saúde que envolva a comunidade: palestras, cursos, oficinas... |

| | | |
|---|---|---|
| -Manter a subvenção da Prefeitura Municipal para a Associação de Deficientes da Escola Rocha Pombo. | - Celebrar convênios de apoio (especialmente com a Prefeitura Municipal) para as despesas decorrentes do atendimento especializado. | -Anualmente, renovação da subvenção da Prefeitura Municipal com a Associação e a busca de outras parcerias. |
| -Disponibilizar pessoal atendente para auxiliar os professores regentes das classes de DF. | -Contratar para todas as classes especializadas em DF, em caráter permanente, um auxiliar com perfil para ajudar os professores no atendimento às pessoas. | - A partir de 2006, contratação de pessoal auxiliar para as classes de DF. |
| -Disponibilizar professores capacitados nas diferentes áreas, para atender as escolas com alunos inclusos. | -Prover as escolas de profissionais capacitados.<br>Exemplo:<br>-área Física – escriba;<br>-área auditiva – interprete<br>-área mental – professor facilitador;<br>- área visual – ledor. | -Contratação de profissionais para atender os alunos nas escolas com inclusão a partir de 2006.<br>-Realização de cronograma de trabalho para o atendimento de acordo com as especificidades. |
| -Possibilitar atendimento clínico, terapêutico e assistencial, mensalmente para as pessoas que necessitarem. | - As escolas deverão ter profissionais (psicólogo, fisioterapeuta, dentista, oftalmologista, assistente social e de saúde) para atender as pessoas em horários pré-estabelecidos. | -A partir de 2006, execução de parcerias com profissionais de saúde.<br>-Elaboração de um cronograma de horários e áreas de atendimento de acordo com o número de alunos. |
| -Disponibilizar profissional para a produção de material em Braille, libras e outras áreas. | - Prover o Centro de Atendimento Especializado, de um profissional capacitado para a produção desses materiais. | -Contratação de profissional capacitado a partir de 2006. |
| -Inserir a comunidade aonde a escola esta situada. | -Incentivar a comunidade para participar dos eventos. | -Participação e parcerias com empresas do bairro. |
| -Contratar professor de educação física, com formação especifica nas áreas de atendimento. | -Ministrar aulas de educação física adequadas às pessoas com necessidades especiais. | -Contratação de professor de educação física capacitado. |
| -Estabelecer critérios para a contratação de profissionais. | -Realizar concurso público, para a contratação de profissionais específicos para a Educação Especial. | -Concursos, atendendo dispositivos legais para os professores com provas e entrevistas, com critérios específicos para Educação Especial. |

## - Questões pedagógicas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Criar uma biblioteca de pesquisa para atualização permanente dos professores. | -O Centro de Atendimento Especializado deverá ter uma biblioteca especifica para atender todos os professores da rede municipal. | -Anualmente aquisição de livros atualizando o acervo. |

| | | |
|---|---|---|
| -Implantar oficina de artes proporcionando às crianças atividades práticas de aprendizagem, desenvolvendo habilidades no turno oposto às aulas. | -Providenciar junto ao Centro de Atendimento Especializado, oficina de artes. | - A partir de 2007, montagem e manutenção de oficina de artes. |
| -Proporcionar formação continuada a todos os professores das áreas específica de Educação Especial. | - Oferecer formação continuada para todos os professores de Educação Especial. | -Anualmente, fazer cursos de capacitação e atualização para os profissionais das áreas, anualmente. |
| -Capacitar os professores do ensino regular para trabalharem com os alunos inclusos garantindo a aprendizagem. | -Prever formação continuada para todos os professores da rede municipal. | -Cursos de capacitação nas áreas de DV, DF, DA e DM. |
| -Formar instrutores para atender os alunos surdos, com capacitação em libras. | -Disponibilizar Instrutores itinerantes para as escolas com alunos inclusos. | -Em 2006, curso de capacitação em libras para três instrutores, garantindo nos anos subseqüentes profissionais capacitados. |
| -Prover professores itinerantes com especialização nas diferentes áreas. | - Disponibilizar professores especializados para atender os alunos inclusos. | - As escolas com alunos inclusos deverão receber professores especializados, itinerantes, nas áreas especificas com cronograma pré-estabelecido. |
| -Avaliar as crianças nos Centros de Educação Infantil e primeiro ciclo do Ensino Fundamental fazendo triagem auditiva e visual. | - Fazer avaliação em todos os Centros de Educação Infantil e primeiro ciclo de Educação Fundamental.<br><br>-Encaminhar as crianças que apresentarem alguma necessidade auditiva ou visual. | -Anualmente a partir de 2006, realizar avaliação com todas as crianças nos Centros de Educação Infantil.<br><br>-Celebração de parcerias com profissionais para dar atendimento preventivo. |
| -Dar continuidade aos cursos de formação em libras. | -Capacitar os professores da rede municipal em libras. | -Continuação do curso existente.<br>-Formação de novas turmas a partir de 2006. |
| - Reestruturar o projeto político pedagógico das escolas, incluindo o atendimento dos alunos inclusos. | - Reelaborar o P.P.P. (Projeto Político Pedagógico) constando políticas de educação inclusiva. | -Reuniões de pais e professores cada ano para estudo e atualização do projeto político pedagógico. |
| -Priorizar aulas de orientação e mobilidade na aérea física e visual com professor capacitado. | -Adequar os espaços físicos.<br><br>-Adquirir material apropriado nas áreas física e visual. | -Espaços especiais para as aulas de mobilidade, em todas as escolas a partir de 2006..<br><br>-Pessoal capacitado para exercer essa atividade.<br><br>-Cursos de capacitação para professor de orientação e mobilidade.<br><br>-Anualmente fazer avaliações para verificar o nível de aprendizagem. |

| | | |
|---|---|---|
| -Adaptar os currículos e avaliações nas escolas regulares, garantindo a aprendizagem, a terminalidade de acordo com as especificações e limitações. | - Adaptar currículos garantindo a aprendizagem.<br><br>-Avaliar periódicamente para garantir a terminalidade. | -Currículos adequados para todas as necessidades especiais. |
| -Capacitar profissionais na área tecnológica e profissionalizante auxiliando o desempenho e a aprendizagem. | - Capacitar pessoal na área tecnológica e profissionalizante, para atender as crianças com atividades pedagógicas específicas. | - Cursos de capacitação para professores na área tecnológica e profissionalizante a partir de 2006.<br>-Adaptações dos equipamentos para a utilização nas áreas especificas. |
| -Manter salas de recurso para atender todas as pessoas. | -Oferecer nas salas de recurso, ensino diferenciado para cada área, de qualidade com atendimento individualizado. | -Implementação das salas de recursos existentes e implantar a partir de 2006, salas de recursos conforme as necessidades. |

## 4.4 EDUCAÇÃO NO CAMPO

### 4.4.1 Diagnóstico

A educação no campo do município de Pato Branco confunde-se com escola rural. Não há uma política clara de educação para o campo. O Município de Pato Branco, como historicamente ocorreu no Brasil, não elegeu políticas de educação para o campo.

No ano de 1993, iniciou-se neste município, um Programa de Nuclearização das Escolas Rurais, que ao longo dos demais anos foi desconfigurado tendo se transformado num programa de urbanização dos alunos oriundos das escolas rurais.

Assim, não havendo a continuidade do Projeto original, os currículos das escolas do campo permaneceram com o mesmo currículo das escolas urbanas, o que, de certa forma, comprometeu a idéia de respeito à cultura e desenvolvimento humano do povo no campo.

Como conseqüência da inexistência de um Projeto Pedagógico específico para as escolas no campo, também não houve a preocupação com a adequada formação de docentes para atuação nas especificidades da área rural.

Em decorrência da falta de projeto pedagógico e formação de docentes, o material didático-pedagógico utilizado nas escolas no campo,, são os mesmos da área urbana concretizando assim, a incompatibilidade entre o ideal e a realidade.

A questão da gestão da escola apresenta-se confusa e com sobreposição de funções, não havendo uma equipe gestora com pessoal necessário e suficiente para as ações, o que acarreta um trabalho deficiente tanto nos aspectos administrativos quanto pedagógicos.

As tecnologias são inexistentes nas escolas no campo, o contraturno não funciona devido às questões de transporte escolar, o planejamento escolar é desvinculado das disciplinas de artes e de educação física e a comunicação é deficitária.

## Quadro 1 – Número de Escolas

O Quadro 1 mostra a distribuição de Escolas Rurais

| Rede de Ensino Municipal | Comunidade Passo da Ilha | Comunidade Cachoeirinha | Comunidade Sede Dom Carlos | Distrito São Roque do Chopim | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 |

## Quadro 2 – Número de Vagas

O Quadro dois representa vagas disponíveis a serem preenchidas nas Escolas Rurais

| | Organização | Número de vagas não preenchidas |
|---|---|---|
| **Rede de ensino Municipal.** | Jardim III | 44 |
| | 1ª série 1º Ciclo | 35 |
| | 2ª série 1º ciclo | 30 |
| | 1ª série 2º ciclo | 40 |
| | 2ª série 2º ciclo | 33 |
| | **TOTAL** | **182** |

## Quadro 4 - Crianças de acordo com a faixa etária das Escolas Rurais

| Idade | Feminino | Masculino | TOTAL |
|---|---|---|---|
| 6 a 8 anos | 100 | 102 | 202 |
| 9 a 11 anos | 69 | 59 | 128 |
| **TOTAL** | **169** | **161** | **330** |

**Quadro 5 – Resumo da situação da Educação nas Escolas Rurais**

| Organização | Feminino | Masculino | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **Jardim III** | **26** | **34** | **60** |
| **1º série do 1º Ciclo** | 36 | 36 | 72 |
| **2º série do 1º Ciclo** | 38 | 32 | 70 |
| **1º série do 2º Ciclo** | 37 | 24 | 61 |
| **2º série do 2º Ciclo** | 32 | 35 | 67 |
| **TOTAL** | **169** | **161** | **330** |

### 4.4.2 Diretrizes

Pode-se afirmar que a educação no campo apresenta características e necessidades próprias, que não pode abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento nas mais diversas áreas. Razões históricas como a infraestrutura das escolas, a formação docente distante e descomprometida com a realidade do campo, o papel da agricultura familiar confundido com o papel da agricultura patronal, a urbanização do aluno da zona rural por meio do transporte escolar, a visão do urbano como moderno e atraente, a falta de políticas coerentes de fixação do agricultor no meio rural são algumas das mazelas que precisam ser resolvidas para se pensar numa escola no campo e dar conta de cumprir o que normatiza a Lei 9394/96, no seu artigo 28:

> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
> II. organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> III. adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A educação de qualidade é um direito da população no campo. A educação no campo é bem mais ampla do que simplesmente escola ou educação rural. Ela visa, sobretudo, o direito ao trabalho, ao lazer, às produções culturais e econômicas, acesso a terra e capacitação para o trabalho no campo.

No campo existe pluralidade cultural, devido à diversidade de seus habitantes. Nele habitam assalariados rurais, arrendatários, meeiros, agricultores familiares, proprietários de granjas e fazendas. A educação no campo deve assegurar o direito à igualdade com respeito às diferenças.

O direito da educação possui amparo legal na Constituição de 1988 no seu artigo 205 e na LDB no seu artigo 5º, bem como nas Diretrizes Operacionais para a Educação no Campo (CNE – CEB) Nº. 1, 3/04/2002, aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Na LDB no seu artigo 28 estabelece a seguinte norma:

> "Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às pecularíedades da vida rural e de cada região, especialmente":
>
> I – A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática.
>
> II – Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.
>
> III – Orientação para o trabalho.
>
> IV – Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

A educação no campo possui especificidades, para tanto deverá ser observada estas diferenças. O ensino deverá ser adaptado para essas realidades, sem, no entanto perder a dimensão universal.

A definição das políticas educacionais para a população no campo é definida para quem a escola se dirige e qual a realidade em que estão inseridas. A organização do trabalho deve estar voltada aos saberes e à cultura no campo, sem, no entanto perder de vista o saber e a cultura historicamente acumuladas. A partir do conhecimento e da cultura no campo, construir novos reconhecimentos, promover novas relações de trabalho, de vida e de sociedade.

Para garantir as pessoas no campo, o direito à educação respeitando as especificidades é necessário, mudanças na organização pedagógica e administrativa da escola, proposta curricular pedagógica e administrativa da escola, proposta curricular adaptada, produção de material didático pedagógico e formação de educadores.

A dicotomia entre campo e cidade deve ser superada não havendo privilégio de uma em detrimento da outra. A educação no campo deverá ter políticas permanentes, programas e projetos especiais, sem perder de vista a universalização da educação básica de qualidade social.

As escolas no campo deverão ter boas condições de infra-estrutura, material pedagógico, tecnologias e equipamentos a fim de não diferenciá-las das escolas urbanas.

A profissionalização rural deve ser entendida como necessária para garantir a qualidade de vida das famílias e continuidade na área rural.

O Transporte Escolar deve acontecer intracampo para o ensino fundamental. O transporte campo – cidade tem contribuído para evasão no campo.

Enfim a educação no campo deve ter uma identidade que assegure as pessoas do campo, acesso, permanência e qualidade de ensino, respeitando a diversidade cultural, com mudanças substanciais no que se refere: a organização pedagógica e administrativa da escola, na proposta curricular, na produção de materiais didáticos, na formação dos educadores, na infra-estrutura física e pedagógica.

### 4.4.3 Princípios

Para dar conta de uma nova proposta educacional no campo, levem em conta ser necessário que os projetos pedagógicos das escolas no campo levem conta, segundo o Grupo de Trabalho da Escola no Campo, do MEC, os seguintes princípios:

a) o princípio pedagógico no sentido da escola para o campo;
b) o princípio pedagógico no papel da escola como formadora de sujeitos e articulada a um projeto de emancipação e desenvolvimento humano;
c) o princípio da valorização dos diversos saberes no processo educativo;
d) o princípio dos espaços e tempos na formação dos sujeitos da aprendizagem;
e) o princípio do lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos;
f) o princípio da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável;
g) o princípio da autonomia e colaboração entre os sujeitos no campo e o sistema nacional de ensino;
h) o princípio da articulação dos saberes na direção de "circuito pedagógico";

i) o princípio da unidade/diversidade que deve estar presente em todas as esferas;

j) os princípios de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

### 4..4.5 Concepções

Ao elaborar seu Plano Municipal de Educação, o Município de Pato Branco, entende que é preciso deixar clara a concepção que adota para a educação do campo. Certamente é diferente de educação rural ou de escola no espaço rural. A Educação no campo é mais abrangente.

É preciso considerar que as demandas e as experiências de vida devem ser contempladas na elaboração de um currículo próprio, que respeite a cultura, os interesses e o desenvolvimento humano do homem no campo.

Assume-se a concepção de uma educação no campo que afirme a identidade da vida no campo assegurando a escolarização com respeito à especificidade e diversidade cultural,com um projeto pedagógico próprio, uma organização pedagógica e administrativa própria, contempladas na proposta curricular, na produção de materiais e na formação de educadores.

Pelo disposto na LDB é necessário e urgente que o Estado defina as políticas macro para a educação no campo e as unidades da federação e seus municípios elaborem a partir de suas realidades e contextos situacionais suas próprias políticas para a definitiva implantação e implementação de uma política para a educação no campo.

Uma política que, segundo o Grupo Permanente de Trabalho - GPT do Campo, do MEC deve ter como concepções que:

1- a educação é um direito social e não uma questão de mercado. A educação enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo e é produzida por uma cultura – a cultura no campo - não permanecer segundo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos;

2- a educação recria o campo porque por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença a terra. Ela instiga a recriação

da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social no campo, buscando saídas e alternativas ao modelo de desenvolvimento rural vigente;

3- a cidade não é superior ao campo, e, a partir dessa compreensão, impõem-se novas relações baseadas na horizontalidade e solidariedade entre campo e cidade, seja nas formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica e de desenvolvimento;

4- o campo deve ser concebido como espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço de produção econômica, como o lugar do atraso, da não-cultura;

5- a identidade da escola no campo precisa ser definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores/as familiares, assalariados/as, assentados/as, ribeirinhos, enfim a toda a sorte de povos que compõe o grande mosaico do campo;

6- essa identidade da escola no campo deve ser definida pelos seus sujeitos sociais e estar vinculada à própria cultura que se produz por meio das relações mediadas pelo mundo do trabalho, interpretando sua realidade e possibilitando a construção de conhecimentos;

7- as relações de produção do mundo do trabalho, mediado pela educação, são frutos das relações sociais de sujeitos concretos, de diferentes etnias, religiões, vinculados ou não a diferentes organizações sociais e diferentes formas de produzir e viver individual e coletivamente;

8- contemple um currículo que traga os problemas concretos do mundo rural para dentro da escola, a fim de que ela ensine conteúdos que realmente ajudem a solucioná-los, propondo, com maior realismo e objetividade, quais são os conhecimentos, habilidades e atitudes que os alunos necessitam adquirir; para que, depois de egressos, possam ser produtores rurais mais eficientes e menos dependentes ou vulneráveis nas suas relações com os intermediários, as agroindústrias, os super e hipermercados e outros;

9- seja uma educação com conteúdos úteis e aplicáveis, pois este é o fator mais importante e eficaz para melhorar a qualidade de vida dos habitantes rurais. No entanto, para a absoluta maioria desses habitantes a referida qualidade de vida depende fundamentalmente da capacidade que tenham os agricultores para produzir, incorporar valor e comercializar as suas colheitas, com a eficiência que lhes permita aumentar a sua renda; sem renda suficiente não terão acesso aos benefícios que acompanham o desenvolvimento. Enquanto não se ensinar aos alunos como melhorar a eficiência da agricultura e, através desta, a alimentação, a saúde e a renda dos habitantes rurais, de pouco servirá ensinar-lhes aqueles conteúdos urbanos, abstratos e longínquos, que lhes são irrelevantes;

10- o agro moderno requer que o agricultor seja independente, desejoso de superar-se, criativo, solidário e cooperador, eficiente no uso dos recursos, cuidadoso com o meio ambiente, consciente dos direitos e deveres próprios e de terceiros, possibilitando que as famílias rurais adquiram novas habilidades motoras e intelectuais, a fim de que estejam melhor preparadas para solucionar os seus problemas cotidianos;

11- uma cultura e um ambiente escolar que permitam o aprendizado e o desenvolvimento de atitudes, valores e comportamentos na vida cotidiana da escola. É necessário que exista coerência entre o que se predica e o que se pratica nas atividades escolares. Felizmente, muitas destas inovações não requerem ,decisões governamentais de alto nível, pois dependem dos valores, das atitudes e dos comportamentos dos diretores, professores e alunos. Conseqüentemente é possível adotá-las ao nível municipal e fazê-lo imediatamente;

12- que efetive a capacitação dos professores, para que possam desempenhar a função de formadores dos futuros agentes de autodesenvolvimento das famílias rurais.

### 4.4.6 Objetivos, metas e ações.

### Infra-estrutura física

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Reformar as escolas, melhorando a infra-estrutura dos espaços existentes adequando para os alunos com necessidades especiais. | -Reformar os banheiros para uso da Educação Especial e Educação Infantil. | -Construção de rampas de acesso, adaptação das portas e banheiros apropriados para os portadores de Necessidades Especiais e Educação Infantil, a partir de 2006. |
| | -Adequar salas especiais: informática, biblioteca, cozinha e refeitório. | -Construção de sala para laboratório de informática. Atender uma escola a cada ano a partir de 2006.<br><br>-Reforma dos refeitórios adequando-os conforme as necessidades de cada escola, a partir de 2006.<br><br>-Construção ou reforma de sala para a biblioteca, a partir de 2006.<br><br>-Reforma das salas de aula melhorando as condições de ventilação, pintura e quadro de giz, a partir de 2006. |
| - Construir quatro ginásios de esporte e parquinhos para a Educação Infantil. | -Construir espaços para prática desportiva, nas comunidades de Cachoeirinha e São Roque do Chopim, Sede Dom Carlos e Passo da Ilha. | -Construção de ginásios cobertos, quadras de esporte e parquinhos a até 2012. |
| -Construir duas escolas no campo. | -Construir uma escola na comunidade Cachoeirinha.<br><br>-Construir uma escola na comunidade de São Roque do Chopim. | -Construção de duas escolas padrão para todos os níveis e modalidades de ensino, a partir de 2006.<br>-Construção da Escola no distrito de São Roque do Chopim em 2006. |

## Infra-estrutura – móveis e equipamentos

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Adquirir móveis e equipamentos para as Escolas Rurais atendendo as necessidades. | -Fazer um levantamento dos móveis e equipamentos existentes e avaliação do estado de conservação dos mesmos. | -Conserto e conservação dos móveis existentes, anualmente.<br><br>-Aquisição de carteiras e cadeiras para as escolas que necessitarem.<br><br>-Aquisição de armários para o material didático pedagógico e administrativo.<br><br>-Compra de equipamentos para cozinha e refeitório de acordo com as necessidades.<br><br>-Aquisição de computadores, mesas e cadeiras para o laboratório de informática, uma escola por ano, a partir de 2006. |

## Infra-estrutura material didático

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Adquirir material didático, que contribuam para qualidade do ensino aprendizagem. | -Criar uma biblioteca em cada escola.<br><br>-Organizar, confeccionar e adquirir materiais pedagógicos. | -Aquisição de livros de literatura infantil e de pesquisa para os professores, a partir de 2006.<br>-Suprimento das escolas com materiais pedagógicos (mapas, jogos, materiais para artes e educação física), pertinentes a Educação no Campo. |

## Infra-estrutura – segurança

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Cercar ou murar o terreno pertencente a escola. | -Proteger as escolas, impedindo que os espaços abertos permitam invasões.<br><br>-Contratação de vigias em todas as escolas. | -Construção de cerca ou muro, colocando portões de acesso em 2006.<br><br>-A partir de 2006, as Escolas rurais deverão possuir vigias. |

## Infra-estrutura – transporte

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Reorganizar a política de transporte escolar garantindo transporte para todos. | -Realizar o transporte do Ensino Fundamental intercampo e não campo-cidade.<br><br>-Garantir do transporte para alunos do contraturno.<br><br>-Usar meio de transporte adequado para as crianças com necessidades especiais. | -A partir de 2006, o transporte da Educação Fundamental será intercampo e não mais campo-cidade.<br><br>-Reuniões para conscientizar as famílias da importância da educação nas Escolas Rurais, a partir de 2006.<br><br>-A partir de 2006, veículo adaptado para o transporte das pessoas com necessidades especiais. |

## Infra-estrutura – alimentação escolar

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Valorizar o trabalho das famílias do campo incentivando plantio de produtos para a merenda escolar.<br><br>-Incentivar as crianças, a ter amor no cultivo da terra. | -Incentivar a produção diversificada nas pequenas propriedades.<br><br>-Cultivar verduras e hortaliças nas escolas. | -Organização de parcerias com as famílias, para a produção de alimentos que serão adquiridos no consumo da merenda escolar.<br>-Desenvolvimento do projeto de horta escolar em todas as Escolas rurais, a partir de 2006.<br>-Celebração de parceria com Instituição de Ensino Superior (curso de agronomia), para orientação técnica. |

## Questões administrativas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Disponibilizar profissionais capacitados para auxiliar nas atividades da escola | - Preencher os cargos administrativos e pedagógicos com pessoal capacitado. | - Cursos de capacitação para cargos administrativos e pedagógicos, anualmente. |
| -Integrar professores, funcionários, APMS, e conselho escolar para uma educação de qualidade. | -Aproximar os diferentes segmentos da comunidade escolar para discutir sobre a educação da escola. | -Periodicamente as escolas deverão promover reuniões, encontros, debates com toda a comunidade educacional. |
| -Integrar a rede Municipal, Estadual e Casa Familiar Rural garantindo o acesso e a permanência dos alunos nas escolas rurais, com uma educação voltada para o campo. | - Garantir educação de qualidade, evitando o êxodo rural. | -Escolas suficientes de Educação Fundamental para abrigar toda a demanda das crianças rurais. |
| -Organizar a gestão da Escola Rural contemplando uma educação com características diferenciadas. | -Caracterizar a escola através de projetos específicos que a identifiquem como Escola do Campo. | - A partir de 2006, as realizações dos projetos devem atender as especificidades da educação do Campo.<br>-Realização de debates com a comunidade escolar para definir as ações de cada ano. |
| -Assegurar o fundo de gestão para possibilitar a solução de pequenos gastos. | -Dar continuidade à verba de fundo de gestão da Prefeitura Municipal. | -Aplicação dos recursos de acordo com as determinações legais.<br>-Prestação de contas mensalmente conforme a lei vigente. |

## Questões pedagógicas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Viabilizar o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. | -Adaptar currículos para os alunos inclusos. | -Currículos adaptados, a partir de 2006. |
| -Capacitar os professores que atuam na Educação do Campo. | -Capacitar os professores.<br>-Capacitar de forma diferenciada os professores que trabalham com a Educação no Campo. | -Cursos de capacitação nas diferentes áreas.<br>-Encontros pedagógicos, horas de estudo, cursos, a partir de 2006. |
| -Assegurar ensino de qualidade a todos, evitando o êxodo para as escolas urbanas. | -Elaborar currículo diferenciado para a Educação do Campo garantindo educação de qualidade. | -Reuniões pedagógicas para o estudo e reformulação do currículo em 2006. |
| | -Reelaborar o Projeto Político Pedagógico de acordo com a realidade de cada escola. | -Encontros com toda a comunidade escolar para debates e discussões do Projeto Político Pedagógico para 2006. |

## 4.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

### 4.5.1 Diagnóstico

Ao realizar o diagnóstico, da educação de jovens e adultos, constatou-se que no município de Pato Branco, segundo o censo de 2001 havia 4,9% de analfabetos no espaço urbano e 5,7% de analfabetos no espaço rural.

A Prefeitura Municipal de Pato Branco vem trabalhando através do PEJA (Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos) para atender a essa demanda. O projeto funciona da seguinte forma: com turmas em 10 bairros, sendo que as mesmas são formadas por pessoas oriundas de classe social baixa, onde a maioria são trabalhadores informais.

O município atende 155 alunos, sendo que os mesmo não são contados no censo escolar. O quadro de funcionários que trabalha nessa modalidade de ensino é formado por: 9 professores e 1 coordenadora. Os alunos recebem material escolar e didático, participam de projetos de natação, aula de qualidade de vida, ministrada por professores da área.

A alimentação escolar é oferecida apenas em três turmas nas seguintes escolas: Rocha Pombo, Lions Clube e Udir Cantu. Esta alimentação, porém, não é adequada aos jovens, adultos e idosos.

Os pontos fortes levantados foram:

- reuniões pedagógicas semanais, reuniões de estudo, reuniões de planejamento e trocas de experiências realizadas entre os docentes;
- a flexibilidade de conteúdos, adaptados à realidade do aluno;
- metodologias e horários de planejamento específicos conforme as necessidades dos grupos;
- o corpo docente é qualificado;
- atividades extraclasse realizadas, despertam grande interesse e participação dos alunos.

Os pontos fracos levantados foram:

- há falta de espaço físico para as reuniões e planejamentos;
- escassez de material didático;

-pouco material para pesquisa (biblioteca);

- ausência de material para as aulas de qualidade de vida;

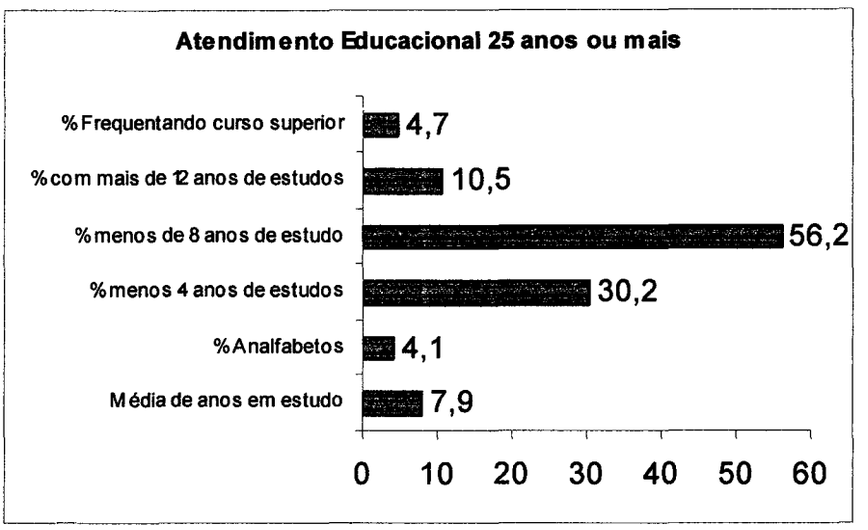
- faltam materiais audiovisuais;

- a alimentação escolar não é adequada e não atende todos os alunos.

Há também necessidade de articulações entre a comunidade e órgãos públicos que garantam o ensino profissionalizante a essa demanda.

A partir de 2006 o projeto de Educação de Jovens e Adultos será transformado na modalidade de: Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O nível educacional da população adulta de 25 anos ou mais apresenta os seguintes indicadores:




**Quadro 1 – Pessoal – PEJA Projeto de Educação de Jovens e Adultos**

O Quadro 1 mostra a formação dos profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos.

| Rede de Ensino Municipal | Em Formação | Habilitação Magistério | Licenciados (graduados) | Especialistas | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | xxxx | xxxx | xxxx | 10 | 10 |

**Quadro 2 – Número de Turmas**

O Quadro 2 mostra a distribuição das turmas por bairros.

| | Bairros | Turmas | Numero Alunos |
|---|---|---|---|
| **Rede de Ensino Municipal** | São João | 1 | 09 |
| | Planalto | 1 | 18 |
| | São Roque | 1 | 13 |
| | Centro | 1 | 14 |
| | Alvorada | 1 | 25 |
| | São Cristóvão | 1 | 27 |
| | Vila Esperança | 1 | 09 |
| | Bortot | 1 | 11 |
| | Industrial | 1 | 08 |
| | Novo Horizonte | 1 | 21 |
| | **TOTAL** | **10** | **155** |

**Quadro 3 – Resumo da situação da Educação de Jovens e Adultos.**

| Serie | Idade | Feminino | Masculino | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Alfabetização** | 20 a 60 | 10 | 17 | 27 |
| **1º** | 27 a 65 | 14 | 14 | 28 |
| **2º** | 23 a 73 | 38 | 21 | 59 |
| **3º** | 21 a 40 | 9 | 9 | 18 |
| **4º** | 26 a 60 | 10 | 13 | 23 |
| **Total** | | 81 | 74 | 155 |

### 4.5.2 Diretrizes

A defasagem educacional de parte expressiva da população, decorrente do abandono precoce da escola por contingências e problemas socioeconômicos diversos, reflete-se na qualidade das relações que esses excluídos mantêm em sua prática social, na forma como se inserem em um ambiente em constante mudança estrutural e no aparecimento de uma massa de jovens e adultos que demandam por formas alternativas de estudo, que supram suas necessidades educacionais.

A educação de jovens e adultos ocorre num cenário de desafios que exigem uma concepção de educação para além da escolarização formal. Ela exige novas

fronteiras, pede uma educação baseada na construção do conhecimento, que aponte para a resolução de problemas, para a auto-aprendizagem, que insista na reflexão permanente sobre a prática. Uma educação para a vida, porta para a educação permanente.

Diante dessas considerações o Município de Pato Branco, adota as seguintes Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos:

- institucionalização da EJA, para a assegurar o direito de todos à educação, sem perder de vista a história e as lutas dos brasileiros na educação popular e EJA;
- ressignificação do campo da educação de jovens e adultos, tendo em vista os contextos e a realidade contemporânea, exigente de novos sentidos para a aprendizagem e para o conhecimento permanente;
- financiamento adequado à EJA, tendo em vista suas especificidades e seu público;
- a certificação da EJA deve estar associada intrinsecamente à aprendizagem, sem que uma se sobreponha à outra;
- diversidade em contraposição à uniformidade, o que não deve significar desarticulação/superposição e isolamento de programas, com rupturas entre os segmentos do ensino fundamental.
- formação inicial e continuada de professores que atuam na área garantindo educação com qualidade.
- propostas curriculares que contemplem o estabelecimento de relações com o mundo do trabalho, com os saberes produzidos nas práticas sociais e cotidianas, e o envolvimento de todos com esse mundo e seus saberes formais, seja como trabalhadores, como empregados ou como desempregados;
- articulações intersetoriais, de modo a estabelecer relações entre diversos projetos educativos que envolvem jovens e adultos no âmbito do Município.

A ressignificação da EJA, tendo em vista essas características, demarca que ela se refere não a todos os adultos, mas a adultos marginalizados, assim como deve ser realizada em espaços — casas de cultura, comunitárias, sindicatos etc. — e em tempos distintos, adequados às particularidades desses adultos.

### 4.5.3. Princípios

A educação de jovens e adultos, visando a transformação necessária, com o objetivo de cumprir, de maneira satisfatória, sua função de preparar jovens e adultos para exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, necessita de mudanças significativas.

Essas mudanças foram propostas e apresentadas na **Conferência Internacional de Hamburgo**, na **Lei 9394/96**, no Parecer CEB 11/0, que estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos** e na **Deliberação 08/00 CEB**.

Sendo assim, e de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada para o cidadão, é necessário que o processo de ensino-aprendizagem, na **Educação de Jovens e Adultos** seja coerente com:

a) os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;

b) os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de cidadão, do exercício de cidadania e do respeito à Ordem Democrática;

c) os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, e da diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais;

d) Os princípios da Andragogia (arte e ciência de orientar adulto a aprender) que servem de guia para a seleção dos conteúdos **significativos** como meio para o melhoramento dos processos cognitivos, básicos para o desenvolvimento das habilidades necessárias ao domínio das competências requeridas, privilegiando a capacidade de pensar e de processar, bem como a autonomia intelectiva, com destaque para o fato de que jovens e adultos:

1. têm desejo de aprender;
2. aprendem somente o que sentem necessidade de aprender;
3. aprendem praticando, fazendo;
4. têm o aprendizado centralizado em problemas reais;
5. têm experiência de vida que afeta o aprendizado;

6. aprendem melhor em ambiente informal;

7. demonstram melhor aproveitamento quando são utilizados vários métodos, recursos e procedimentos de ensino;

8. querem oportunidade para descobrir e construir por si mesmos.

E ainda, conforme as **Diretrizes Curriculares Nacionais:**

I - A **Estética da Sensibilidade**, que deverá substituir a da repetição e padronização, estimulando a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, e a afetividade. Facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto e o imprevisível, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade, a delicadeza, a sutileza, as formas lúdicas e alegóricas de conhecer o mundo e fazer do lazer, da sexualidade e da imaginação um exercício de liberdade responsável.

II - A **Política da Igualdade**, tendo como ponto de partida o reconhecimento dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania, visando a constituição de identidades que busquem e pratiquem a igualdade no acesso aos bens sociais e culturais, o respeito ao bem comum, o protagonismo e a responsabilidade no âmbito público e privado, o combate a todas as formas discriminatórias e o respeito aos princípios do estado de Direito na forma do sistema federativo e do regime democrático e republicano;

III - A **Ética da Identidade**, buscando superar dicotomias entre o mundo da moral e o mundo da matéria, o público e o privado, para constituir identidades sensíveis e igualitárias no testemunho de valores de seu tempo, praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e responsabilidade e da reciprocidade como orientadoras de seus atos na vida profissional, social, civil e pessoal.

Por isso, o Município de Pato Branco, ao assumir os princípios acima explicitados, assume também que a Proposta Pedagógica e o Currículo da Educação de Jovens e Adultos, em seu território, visará ao desenvolvimento de competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos que busquem chegar às **finalidades dessa modalidade de educação**, a saber:

I - Desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

II - Constituição de significados socialmente construídos e reconhecidos como verdadeiro sobre o mundo físico e natural, sobre a realidade social e política.

III - Domínio de competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e do trabalho.

IV - Desenvolvimento da capacidade de relacionar a teoria à prática e o desenvolvimento da flexibilidade para novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

V - Uso das várias linguagens como instrumentos de comunicação e como processos de constituição de conhecimento e de exercício da cidadania. **(Parâmetros Curriculares Nacionais).**

### 4. 5.4 Concepções

O Município de Pato Branco entende que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe a atender a um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

Para que se considere a EJA uma modalidade educativa inscrita no campo do direito, faz-se necessário superar uma concepção dita compensatória cujos principais fundamentos são a de recuperação de um tempo de escolaridade perdido no passado e a idéia de que o tempo apropriado para o aprendizado é a infância e a adolescência.

Nesta perspectiva, é preciso buscar uma concepção mais ampla das dimensões tempo/espaço de aprendizagem, na qual educadores e educandos estabeleçam uma relação mais dinâmica com o entorno social e com as suas questões, considerando que a juventude e a vida adulta são também tempos de aprendizagens.

Os artigos 1º e 2º da LDBEN de 1996, fundamentam essa concepção enfatizando a educação como direito que se afirma independente do limite de idade.

> Art. 1o - *"A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".*

Art. 2o - *"A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".*

**CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente, transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar.

**CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO DA EJA**

Devido as suas especificidades essa modalidade de ensino requer um modelo pedagógico próprio, com currículo contextualizado, viabilizando o emprego de metodologias adequadas e proporcionando formação específica aos educadores, devendo ser considerada como um momento significativo de reconstrução das experiências de vida articuladas com os saberes escolares, numa concepção de educação continuada ao longo da vida, cumprindo, simultaneamente as funções reparadoras, equalizadora e qualificadora.

**CONCEPÇÃO DA CLIENTELA DA EJA**

São homens e mulheres, trabalhadores/as, empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego, filhos, pais e mães, moradores urbanos de periferias, favelas, vilas e moradores rurais. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, rural, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas.

Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um

tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções da vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas ou ainda por serem portadores de necessidades educacionais especiais. Jovens e adultos que quando retornam à escola o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem.

**CONCEPÇÃO METODOLÓGICA**

A proposta pedagógica é de situar o aluno adulto como sujeito no processo de ensino-aprendizagem: considerando e (re-)significando suas experiências e conhecimentos, idéias e opiniões, resistências e desejos. Oportunizando – ao viabilizar espaços e instrumentos para sua expressão – o confronto desses saberes (e não saberes) com os saberes (e não-saberes) do outro. Mediando a negociação dos significados na qual se definem os critérios e as circunstâncias de mobilização desses saberes.

**CONCEPÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Aprendizagem é a base do estar no mundo de sujeitos, que por esses processos educativos melhor respondem às exigências de: produzir a existência e as identidades. Exercer a democracia por meio de práticas cotidianas de participação e de resistência. Participar das redes culturais e sociais que envolvem o código escrito, instrumento fundamental, em sociedades grafocêntricas, para o exercício da cidadania.

### 4.5.5 Objetivos, metas e ações.

#### Infra-estrutura física

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Possuir espaço físico adequado, aonde a EJA é ministrada. | -Garantir nas escolas espaço físico destinado a esta modalidade de ensino de acordo com a necessidade.<br><br>- Prever que os espaços escolares, (cozinha biblioteca...), estejam abertos nas escolas que possuem turmas de EJA em 2006 e nos anos subseqüentes | -Compromisso dos gestores escolares para que os alunos da EJA possam dispor de toda a infra-estrutura da escola, a partir de 2006. |

#### Infra-estrutura - móveis e equipamentos

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Ter acesso aos equipamentos audiovisual, tecnológicos e matérias didáticos das escolas | -Utilizar a infra-estrutura existente nas escolas que possuem turmas da EJA. | -A partir de 2006, celebração de termos de compromisso com os gestores das escolas e a Secretaria Municipal de Educação para que as turmas da EJA tenham acesso aos móveis e equipamentos das escolas. |

#### Infra-estrutura materiais didáticos

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Adquirir livro didático e material escolar adequado para essa modalidade de ensino | - Providenciar para que cada turma do EJA, tenha seu material próprio. | - Fornecimento anual de material pedagógico necessário para os professores que trabalham com EJA.<br>- Atualização de materiais para os professores, necessários à modalidade, a partir de 2006. |

#### Infra-estrutura segurança

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Garantir segurança nas escolas que possuem turmas da EJA. | -Providenciar, no período noturno, para que os alunos e professores tenham segurança nos locais de estudo. | -Celebração de parcerias com outros setores da sociedade, para implantar segurança nas escolas e nos bairros (vigia e iluminação). |

#### Infra-estrutura transporte

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Viabilizar transporte para os jovens e adultos que residem distante das escolas. | -Garantir transporte escolar para os alunos aonde as turmas da EJA ficam distantes.<br><br>-Adequar o transporte para os portadores de necessidades especiais. | - A partir de 2006, organização do transporte para os alunos distantes.<br><br>-A partir de 2006, utilização de ônibus adaptados já existentes no município, para os portadores de necessidades especiais. |

## Infra-estrutura alimentação

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Providenciar recursos para ofertar alimentação apropriada. | -Garantir alimentação escolar para todos os alunos da EJA.<br><br>-Organizar com as merendeiras, cardápios variados e ricos, adequados aos jovens, adultos e idosos. | -A partir de 2006, fornecimento de alimentação adequada indicada por nutricionista para todos os alunos.<br>-A divisão da merenda escolar deverá contemplar os alunos da EJA |

## Questões administrativas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Viabilizar o acesso à escola das pessoas do espaço rural, garantindo a todos os munícipes o direito à educação. | -Verificar as comunidades que possuem maior número de analfabetos, de acordo com o censo de 2005. | -Abertura de turmas da EJA nas comunidades rurais atingindo 10% das comunidades a cada ano<br><br>-Abertura de turmas de alfabetização e de 1ª a 4ª séries nas comunidades de acordo com a clientela. |
| -Diminuir gradativamente o analfabetismo no município, oportunizando aos jovens e adultos do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). | -Garantir a EJA para a população privada de liberdade com programas especiais.<br><br>-Atender a todos os jovens e adultos dos bairros em situação de vulnerabilidade social. | -Implantação, a partir de 2006, conforme a necessidade, turmas nas instituições onde existem populações privadas de liberdade. |
| | -Dar atendimento psicológico e de assistência social para as pessoas que freqüentam a EJA.<br><br>-Formar turmas que garantem a qualidade e respeito à individualidade e o ritmo de cada aluno. | -Profissionais de saúde itinerantes à todas as turmas para fazer acompanhamento de saúde.<br>-Garantia de no mínimo 10 alunos e no máximo 20 alunos por turma, a partir de 2006. |
| -Garantir o acesso e a permanência das pessoas que não tiveram oportunidade de estudo na idade própria. | -Formar turmas oportunizando educação para todos, de acordo com o censo 2005. | - Formação de turmas em todos os bairros que demonstrarem índice elevado de analfabetismo. |
| -Reduzir o índice de analfabetismo no município. | -Articular ações de ensino profissionalizante, garantindo aos alunos formas diversas de inserção social. | - Criação de projetos profissionalizantes de acordo com as necessidades dos alunos, a partir de 2006,.<br><br>-Celebração de parcerias com a sociedade civil organizada e poder público para cursos de capacitação profissional.<br><br>-Utilização da Pedagogia da Alternância como metodologia profissionalizante. |

| | | |
|---|---|---|
| - Analisar o currículo e aptidões dos professores que pretendem atuar nesta modalidade de ensino. | -Garantir a permanência do professor capacitado na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. | -Garantia da vaga para os professores capacitados que queiram trabalhar com a EJA. |
| -Criar serviço de monitoramento para conhecer a situação socioeconômica de o aluno ir e vir garantindo a continuidade dos estudos. | -Criar de um banco de dados verificando a situação educacional de cada aluno egresso do EJA. | -Por meio da coordenação da EJA anualmente os alunos egressos serão cadastrados e acompanhados, in loco, na continuação dos estudos. |
| -Divulgar experiências com êxito para servirem de referencial a sociedade, engajados na redução do analfabetismo. | -Divulgar as atividades realizadas na EJA. | -Anualmente produção de material de divulgação do trabalho realizado na EJA. |
| -Realizar campanhas de sensibilização no Município. | -Fazer levantamento das pessoas acima de 14 anos analfabetas e concluintes da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, com as associações de bairros. | -Periodicamente a partir de 2006, disponibilização de panfletos, avisos, placas, entrevistas, fazendo a chamada para as matriculas.<br>-Divulgação de locais, dos programas e do calendário para toda a população. |

## Questões pedagógicas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Integrar a Educação de Jovens e Adultos com todos os níveis e modalidades da educação do município. | -Integrar todas as modalidades e níveis de ensino através de encontros, debates e eventos. | -Anualmente realização de eventos integrando a EJA, a comunidade e os demais níveis de ensino. |
| -Reformular e implementar a proposta curricular condizente com a clientela. | -Usar metodologias adequadas para atender as especificidades. | -Anualmente fazer adaptações curriculares necessárias conforme as turmas organizadas.<br><br>-Adaptação dos currículos para as pessoas com necessidades especiais |
| -Capacitar os professores para trabalharem com eficiência na EJA. | -Oferecer formação continuada e específica para os professores que trabalham nesta modalidade de ensino. | -Organização anual de cursos de capacitação, aperfeiçoamento e atualização, para todos os professores.<br>-Disponibilização, a partir de 2006, de um professor itinerante para atender em turno oposto os alunos que necessitarem de atendimento individual.<br>-Realização anual de avaliação do trabalho pedagógico. |
| -Incluir nos currículos de ensino superior temática relacionada ao EJA. | -Fazer parcerias com Instituições do Ensino Superior para a inclusão da EJA em seus currículos. | -Realização de programas anuais com as Instituições do Ensino Superior de pesquisa estágios e trabalhos experiências. |

## 4.6 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

### 4.6.1 Diagnóstico

A educação em tempo integral no município está sendo realizada através de projetos. As escolas não têm estrutura física e pessoal para desenvolver as atividades na própria escola.

O município conta hoje com 22 escolas contempladas com projetos extra-curriculares. Algumas escolas desenvolvem projetos no próprio ambiente escolar, como: informática, xadrez e futsal.

Por não possuírem espaço adequados, os projetos são realizados em locais especiais, para aonde o aluno é transportado, com cronogramas diferenciados e elaborados especificamente de acordo com o número.

**No Centro Municipal de Artes** são desenvolvidos os projetos de:

- Dança – duas vezes por semana,
- Teatro – duas vezes por semana,
- Teatro de bonecos - duas vezes por semana. (neste projeto, as crianças aprendem a confeccionar os bonecos e a representar).

**No Complexo Esportivo Municipal** são desenvolvidos os projetos de:

- Atletismo – duas vezes por semana.
- Natação – uma vez por semana.

**Na Casa da Música**, são atendidos os projetos:

- Coral, flauta doce, teclado, violão e banda, uma vez por semana, de acordo com o cronograma.

Foi realizado um convênio com a **Faculdade de Pato Branco (FADEP)** para desenvolver projetos de Ginástica Artística e Ginástica Rítmica – duas vezes por semana.

O transporte das crianças é realizado com três ônibus nos horários determinados dos projetos e nos períodos entre os horários escolares. Isto prejudica o bom andamento, devido aos horários do transporte escolar que são limitados. As crianças são transportadas com segurança e todos os ônibus são providos com atendentes que dão apoio e auxiliam neste transporte.

As refeições (lanches) nas atividades extracurriculares são servidas em apenas dois locais – no Centro Municipal de Artes e na Casa da Música. Em quatro escolas são servidos 600 almoços – dia, para as crianças participarem dos projetos no turno oposto as aulas. Na Escola Municipal Udir Cantu, por sua especificidade, localizado num bairro de famílias muito pobres, todas as crianças recebem almoço diariamente. São servidos 300 almoços diários.

Salienta-se que, para os projetos serem desenvolvidos com eficiência, é necessária boa infra-estrutura. Exemplo disso cita-se o laboratório de informática, o Centro Municipal de Artes, Casa da Música. Faltam, no entanto, equipamentos, manutenção e material de apoio pedagógico.

A execução das atividades pertinentes a cada projeto exige pessoal especializado. O quadro efetivo da SMECEL (Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer), conta com apenas dois profissionais. Os demais são contratados temporariamente e ou são estagiários. Esta realidade não dá consistência a continuidade destes projetos devido a rotatividade de pessoal.

**Quadro 1 – Pessoal – Educação em Tempo Integral**

O Quadro 1 mostra a formação dos profissionais que atuam na Educação em Tempo Integral.

| Rede de ensino Municipal | Em formação | Habilitação Magistério | Licenciados (graduados) | Especialistas | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | 17 | - | 1 | 1 | 19 |

**Quadro 2 – Resumo do nº. de alunos da Educação em Tempo Integral.**

| Escolas | Programas Oferecidos – nº. de alunos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Informática | Xadrez | Teatro/ dança | Gin. Artistica. Gin. Ritmica | Atletismo | Futsal | Natação | Música |
| 1. Alvorada | 419 * | 240 | 60 | | 60 | 140 | 20 | 100 |
| 2. Antônio Cadorin | | | | 20 | 20 | | | 18 |
| 3. Ayrton Senna | | | | | 20 | | 40 | 30 |
| 4.Bairro Planalto | | | | | | | | 134 |
| 5.Cachoeirinha | | | | | | | | |
| 6.Gênesis | | | | | | | | 78 |
| 7.Gralha Azul | 100 | 80 | | | | | 10 | 40 |
| 8.Irmã Dulce | | | | | | | | 55 |
| 9.Jard. Primavera | | | | | | | | 72 |
| 10.José Fraron | | | 30 | 10 | | | | 11 |
| 11.Juve. Cardoso | | 60 | 40 | | 40 | | 20 | 03 |
| 12.Lions Clube | 50 | | 60 | 25 | 40 | | 20 | 63 |
| 13.Mª. Jurema Ceni | | | | 20 | | | 20 | 42 |
| 14.Olavo Bilac | | | | | | | | 60 |
| 15.Passa da Ilha | | | | | | | | |
| 16.Peq. Príncipe | | 30 | | 25 | | | 40 | 48 |
| 17.Rocha Pombo | | 30 | | | | | 20 | 42 |
| 18.Santos Dumont | | | | | 80 | | 40 | 21 |
| 19.São Cristóvão | 404 ** | | 60 | | | | | 62 |
| 20.S. J. B. La Salle | | | | | 40 | | 20 | 45 |
| 21.São Luis | | | | | | | 10 | |
| 22.Sede D. Carlos | | | | | | | | |
| 23.Udir Cantu | 240 | 130 | 80 | | 80 | 105 | 40 | 75 |
| 24.União | | | 60 | | | | 40 | 77 |
| 25.Vila Izabel | | | | 20 | 40 | | 20 | 16 |
| 26.Vila Verde | | | | | 60 | | 20 | 43 |
| 27.Casa Abrigo | | | 10 | | 08 | | | |
| 28.Horto Florestal | | | | | | 15 | | |
| TOTAL | 1213 | 570 | 400 | 120 | 488 | 260 | 380 | 1135 |
| Total de atendimentos | 1213 | 510 | 800 | 240 | 976 | 510 | 380 | 1135 |

* São ofertadas mais 100 vagas à comunidade

** São ofertadas mais 45 vagas à comunidade.

Nos projetos de teatro/dança, atletismo, futsal e futebol, as crianças são atendidas duas vezes na semana.

### 4.6.2 Diretrizes

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê o aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral (art.34 e 87) ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza as iniciativas de instituições que desenvolvem, como parceiros da escola, experiências extra - escolares (LDB, art. 3, ítem 10). Essas indicações legais respondem tanto às expectativas de ampliação do

tempo de estudo, via sistema público de ensino, como ao crescente movimento de participação de outras organizações, nascidas em geral por iniciativa da própria comunidade, que trabalham na interface educação- proteção social.

Neste contexto, firma-se a idéia de que a ação de educação na sociedade contemporânea, seja na perspectiva quantitativa (educação para todos) ou na aposta qualitativa (todas as dimensões da vida) necessitam ser articuladas na parceria Estado-sociedade civil. Pensar a educação hoje exige desvestir certezas para tentar entender as pistas e os sinais do novo paradigma educacional que está por ser construído.

A educação se inscreve como um requisito indispensável para garantir cidadania e como condição central para que uma sociedade possa construir um projeto político, econômico e social que garanta uma vida de respeito e dignidade a seus membros.

Por isso mesmo o desenvolvimento histórico da concepção de educação integral evidencia em primeiro lugar a exigência, a pressão e a luta constante pela popularização da educação, no sentido de uma escola universal de qualidade que prepare para a vida. No entanto, no contexto sócio-político de agravamento da pobreza e da desigualdade, amplia-se a percepção da inexistência real de oportunidades iguais para todos, especialmente de oportunidades educacionais universais em termos de uma boa educação que permita ao aluno aprender e desenvolver-se como cidadão ativo.

### 4.6.3 Princípios

A educação é hoje uma pauta recorrente na agenda nacional e um tema capaz de gerar adesões de todas as correntes. Mas o Brasil ainda caminha muito lentamente para um padrão educacional de qualidade, como se esperaria de um país que ostenta tão alta posição em termos econômicos.

Entre os muitos consensos sobre a educação está o de que o tempo dedicado à educação está muito aquém do que seria necessário para dar conta da formação de nossas crianças e jovens para os desafios do século XXI.

Permanece, entretanto, no imaginário social, a idéia de educação reduzida à educação escolar e formal apesar das evidências, nas atitudes e respostas das próprias crianças, de que a aprendizagem acontece em cada experiência com a qual é confrontada.

Assim, a Prefeitura Municipal de Pato Branco adota os seguintes princípios norteadores da ação da educação em tempo integral:

- projeto político-pedagógico consistente;
- planejamento coletivo das atividades pedagógicas;
- prédio escolar e merenda com qualidade (com, pelo menos, três refeições diárias);
- transporte escolar (tanto para escolas da zona urbana como rural);
- materiais pedagógicos em quantidade e qualidade;
- equipamento (mobiliário, utensílios, eletrodomésticos, computadores, etc) completo e moderno;
- ações de promoção à saúde escolar;
- laboratórios de informática e de ciências equipados;
- biblioteca, acesso à Internet;
- arte, cultura, lazer e esporte na escola, com professores qualificados e Profissionais da Educação, todos capacitados, motivados e valorizados.

### 4.6.4 Concepções

Até bem pouco tempo, as conseqüências da crise social chegavam indiretamente à escola, mas agora adentram os muros escolares e desafiam a competência de educadores de maneira cruel e intransferível.

Nem sempre se tem conseguido avançar para ações educativas que respondam às expectativas de formação e de aprendizagem e que ajudem na superação das dificuldades didático-pedagógicas e organizacionais do sistema.

Enquanto em muitos fóruns busca-se discutir alternativas para que a educação responda à acelerada exigência de atualização tecnológica e ao processamento da massa de informações que circula na mídia, enfrenta-se também

a dura constatação de que um significativo número de crianças de escolas brasileiras, inclusive no Município de Pato Branco, ainda não sabem ler e compreender um texto simples.

São essas contradições que fermentam o sentido de urgência na concretização das aspirações da Educação Integral e, no entanto, o entendimento do conceito é ainda diversificado e pouco claro.

**Educação Integral: uma aproximação conceitual**

Grande parte das propostas existentes no Brasil, com relação à Educação Integral tem foco centrado, explícita ou implicitamente, na educação integral em seus vários aspectos ações complementares à escola, ações comunitárias, arte e educação, esporte e educação, reforço escolar, meninos de rua, criança em situação de risco, avaliação de programas, período integral e outros.

De certa forma, isto mostra a complexidade e diversidade de conceitos utilizados para tais propostas. O Município de Pato Branco, desde 1993, vem propondo projetos desse tipo, tendo avançado mais ou menos em cada uma das gestões municipais que se sucedem.

**Educação Integral como formação integral**

Entre os caminhos explicativos para o conceito de Educação Integral pode-se registrar uma perspectiva primeira que focaliza o sujeito e aproxima educação com formação integral.

Para os que se referenciam neste ângulo de análise, educação integral supõe o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais.

Considera-se aí, que, apesar da preponderância eventual de um aspecto, o homem é uno, integral e não pode evoluir plenamente senão pela conjugação de suas capacidades globais. Isto requer uma prática pedagógica globalmente compreensiva do ser humano em sua integralidade, em suas múltiplas relações, dimensões e saberes, reconhecendo-o em sua singularidade e universalidade.

**Educação Integral como articulação de conhecimentos e disciplinas**

Para os que utilizam o conceito de educação integral como princípio organizador do currículo escolar o que se enfatiza é a integração dos conhecimentos em abordagens interdisciplinares, transdisciplinares e transversais. Considera-se que a dinâmica da socialização e os processos educacionais ocorrem em diferentes lugares e de modos variados e reconhece que não há um só modo de ensinar, um único processo de transmissão de conhecimentos, mas uma integralização de experiências e conhecimentos que podem se articular no processo educativo.

A interdisciplinaridade se funda na unidade da realidade cuja apreensão é compartimentada dentro do modelo de desenvolvimento da ciência moderna. Essa concepção de educação questiona o paradigma da ciência moderna que desagrega, fragmenta e formaliza os diversos campos do conhecimento humano em ciências específicas, estanques e sem visão de totalidade, e propõe uma estreita articulação curricular que procura contemplar o conhecimento de maneira mais abrangente, global e, portanto, integral.

**Educação Integral como articulação de aprendizagens a partir de projetos temáticos**

Muitas considerações sobre educação integral remetem a uma preocupação com a aprendizagem baseada em vivências e experiências e numa ação pedagógica organizada por projetos ou temas geradores.

Nesta perspectiva, se dá ênfase ao desenvolvimento integral, a partir de uma área ou tema do conhecimento como eixo de organização para o desenvolvimento de outras competências. Neste caso, o trabalho, a arte, o esporte, o lazer, a sexualidade, o meio ambiente, a saúde, entre outros, não são temas transversais, mas, ao contrário, constituem um projeto que aglutina conhecimentos e estabelece conexão com outras necessidades dos sujeitos.

Destaca-se principalmente uma metodologia participativa que envolve a vida prática comunitária, voltada para a solução de questões que inquietam ou estimulam a vida cotidiana e que, por isso mesmo, exercem forte motivação e interesse.

Os projetos têm relação com o trabalho colaborativo em diversos ambientes

de aprendizagem e procuram colocar o aluno como centro, desenvolvendo sua autonomia.

**Educação Integral na perspectiva de tempo integral**

Educação Integral aparece também na perspectiva de tempo integral de atendimento. Diversas experiências brasileiras de extensão da jornada escolar e de implantação de um período integral nas escolas públicas apresentavam-se como propostas de "Educação Integral".

As duas experiências mais conhecidas de escola pública de tempo integral no Brasil são: o projeto de escolas-classe e escolas-parque na Bahia (CECR) na década de 50 e nos anos 80; os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) no Rio de Janeiro, cujo nome foi alterado posteriormente para Centros de Atenção Integral à Criança (CAIC).

O objetivo era o de ministrar o ensino fundamental complementado com atividades diversificadas, organizando a escola para dar ao aluno a oportunidade de participar, como membro da comunidade escolar, de um conjunto de experiências esportivas, artísticas, recreativas ou temáticas, em complementação ao currículo escolar formal.

A descontinuidade desses programas, também no Município de Pato Branco, é indicativa das dificuldades de implantação e até mesmo de aceitação dessas propostas.

Embora se reconheça que a formação para a vida extrapola o currículo da escola formal, a ampliação da jornada escolar é vista por alguns críticos como um desvio do papel da escola , quando se considera que o atendimento em período integral significa assumir o compromisso da proteção social, foco de atuação da Assistência Social ou responsabilidade de outras políticas públicas, cuja missão é resolver os problemas da fome, da violência e do abandono, da doença entre outros.

Enfim o Município de Pato Branco, adota uma linha conceitual de educação integral, como aquela que é capaz de transformar o educando em sujeito do seu próprio desenvolvimento, crítico, criativo, apto a agir e modificar o mundo cultural e a sociedade em que vive.

Resumidamente considera que a educação integral é a formação da pessoa como um todo. A escola deve assegurar a educação dos seres humanos, fazendo-o aceder à cultura. O homem, entretanto, só tem cultura quando se torna capaz de formar uma imagem de si mesmo, de se compreender no mundo e na história, de dominar o universo por sua ação e por sua técnica

Nesse sentido, considera ainda que a educação integral não pode ser atingida só pela instrução. Isto será possível somente pelo trabalho integrado de todas as matérias, através de objetivos comuns que levem o aluno não apenas a aprender, mas dar significado ao que aprende.

Nessa perspectiva, pretende-se que o aluno seja levado a se conscientizar e desenvolver a responsabilidade, a auto-educação, para que se torne agente de sua própria educação. Pretende-se formar indivíduos críticos, sabedores de sua importância de homens num processo de transformação do mundo, capazes de analisar a realidade com tranqüilidade, objetividade, firmeza e justiça.

### 4.6.5 Objetivos, metas e ações.

**Infra-estrutura - física**

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Ampliar, adequar e reformar as escolas, a fim de garantir espaços apropriados para desenvolver atividades pertinentes à Educação em Tempo Integral. | -Adequar os espaços físicos das escolas para implantação gradativa da Educação em Tempo Integral. | - Adaptação de 25% das escolas por ano, a partir de 2006. |
| -Reformar os espaços do Centro Esportivo para assegurar a prática desportiva com qualidade. | -Reformar e conservar os espaços existentes da pista de atletismo e piscina. | -Até agosto de 2006, reforma dos vestiários da pista de atletismo.<br>-Até agosto de 2006, reforma da piscina do Centro Esportivo. |
| -Reformar o Centro Municipal de Artes, proporcionando espaços adequados. | -Substituir as salas de madeiras do prédio, por salas de alvenarias.<br>-Adaptar do prédio para um mini-teatro.<br>-Construir de um ginásio para aulas de circo. | -Em 2006, reforma das salas adequando os espaços.<br>-Em 2007, construção de um mini-teatro.<br>-Conclusão do ginásio em 2006. |

## Infra-estrutura – móveis e equipamentos

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Equipar e mobiliar as escolas na medida das necessidades | - Verificar em cada escola os equipamentos e móveis existentes. | -Aquisição de equipamentos e móveis conforme os projetos que a escola possui, a partir de 2006. |

## Infra-estrutura – material didático

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Disponibilizar de material didático e de pesquisa, para cada escola, conforme os projetos desenvolvidos. | -Confeccionar e organizar materiais usados para cada projeto. | -Aquisição de material específico para as escola com educação em tempo integral, a partir de 2006. |
| | -Formar biblioteca específica para pesquisa. | -Criação de uma biblioteca no Centro de Artes, para estudo e pesquisa. |

## Infra-estrutura – segurança

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Prover sistema de alarme monitorado nos espaços destinados aos projetos. | - Possuir alarme monitorado. | - A partir de 2006, todas as escolas em Tempo Integral deverão ter instalado o alarme monitorado. |
| -Garantir a segurança das crianças que participam dos projetos. | -Ter pessoal permanente na condução e organização das atividades. | -Disponibilidade nas escolas com atividade em Tempo Integral, de pessoal para garantir a segurança das crianças. |

## Infra-estrutura – transporte

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Transportar as crianças com segurança para os projetos fora da escola. | -Transportar com segurança e motorista capacitado, as crianças, nos horários dos projetos. | -Em 2006, realização de curso de capacitação para os motoristas que transportam as crianças nos projetos. |
| | | -Compra de três ônibus para o transporte especifico para os projetos. |

## Infra-estrutura – alimentação escolar

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| - Fornecer alimentação de qualidade para as crianças em Tempo Integral. | -Garantir três refeições diárias, com cardápios variados. | -Aquisição de alimentos para todas as crianças em Tempo Integral, a partir de 2006. |

## Questões administrativas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Implantar a Educação em Tempo Integral em todas as escolas municipais. | - Ter 100% dos alunos em Educação em Tempo Integral, em todas as escolas da rede municipal. | -Implantação da Educação em tempo Integral de 4 escolas por ano até 2012. |
| -Realizar teste seletivo para preencher as vagas conforme as especialidades dos projetos. | -Realizar teste seletivo. | -Contratação de pessoal necessário para atender os diferentes projetos de acordo com a implantação. |
| -Realizar uma mostra de artes dos projetos desenvolvidos para a comunidade. | -Divulgar o trabalho desenvolvido pelas crianças. | -Realização de um evento para a comunidade, anualmente. |
| -Implantar novos projetos educacionais para as crianças e comunidade. | -Ampliar projetos nas áreas artísticas, literárias, esportivas, tecnológicas, saúde e cidadania. | -A partir de 2006, implantação novos projetos conforme a capacidade e adequação de cada escola.<br><br>-Ampliação de projetos para a comunidade (escola aberta), conforme as possibilidades e cronograma pré-estabelecido. |
| -Dar continuidade aos projetos educacionais existentes. | -Oportunizar às crianças com aptidões, de acordo com a área de interesse de cada uma, aperfeiçoamento, no Centro Municipal de Artes na Casa da Música e no Centro Esportivo. | -A partir de 2006, garantia de aperfeiçoamento para grupos específicos, em artes, esporte e música, de acordo com as vagas disponíveis. |

## Questões pedagógicas

| Objetivos | Metas | Ações |
|---|---|---|
| -Proporcionar formação continuada para os profissionais, garantindo a qualidade do trabalho. | -Capacitar para os profissionais que atuam nas áreas especificas. | - Cursos de 100 horas de capacitação para todos os profissionais que atuam nos projetos especiais, com profissionais capacitados, anualmente. |
| -Avaliar o desempenho dos participantes dos projetos nas escolas e nos locais específicos. | -Avaliar todos os projetos, atuação dos profissionais e participação das crianças. | -Periodicamente (semestral), avaliação, verificando a qualidade, desempenho e produtividade dos projetos em Tempo Integral. |
| - Promover eventos anuais. | - Desenvolver eventos de acordo com as datas comemorativas. | - Mostra de teatro.<br>- Semana da Criança.<br>- Natal de luz.<br>- Semana da Pátria.<br>- Participação em Jogos.<br>- Semana do Meio Ambiente. |

## BIBLIOGRAFIA


ALVES, N. **O sentido da escola.** 2.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ANTONI, Z. **A prática educativa:** como ensinar. Trad. Ernni F. da Rosa- Porto Alegre: Artmed, 1998.

ARROYO, M.;FERNANDES, B. M. **A educação Básica e o movimento social do campo:** Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. São Paulo, 1999.

BARRIONUEVO, A. **Sucesso Profisisonal:** Formação Experiencial, Formal e Reflexiva. Pato Branco-PR: Imprepel Gráfica e Editora Ltda, 2005.

BATISTA, C. A. M. **Educação inclusiva:** atendimento educacional especializado para a deficiência mental, Maria Tereza Egler Mantoan. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BOTELHO, PAULA - ***Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos*** – Autentica Editora - Belo Horizonte 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB n° 3, de 8 de outubro de 1997**. Fixa diretrizes para o novo plano de carreira e de remuneração do magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de outubro de 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Diário Oficial, Brasília, Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, Lei n° 9.394/96, 26 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2001.

BRASIL. **Mapa do analfabetismo no Brasil. Brasília**: MEC: INEP, s.d.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial** na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.**– 3. ed – Brasília: 2001.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COLOMBO, S. S. et al. **Gestão Escolar:** uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DAVIS, C. (et al) **Gestão da Escola:** desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DELIBERAÇÃO N° 02/2005, de 06 de junho de 2005. **Normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Paraná.** Câmara de Ensino Fundamental. Estado do Paraná.

Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo. Resolução CNE/CEB nº1 – de 03 de abril de 2002.

FERRAÇO, C.E. **Cotidiano Escolar, formação de professores(as) e currículo.** São Paulo:Cortez, 2005.- (Série Cultura, memória e currículo; v.6)

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 1997.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo:** na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

KLEIMAN, A. B. **Programas de educação de jovens e adultos e pesquisa acadêmica**: a contribuição dos estudos do letramento. Revista Educação e Pesquisa, 2001, vol.27.

KOLLING, E. J. et al (orgs) **Educação do Campo**: Identidade e Políticas Publicas do Campo. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2002, nº4.

_____. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: CNBB,MST,ENESCO,UNICEF, UNB, 1999.Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 1.

LDB 9394/96 – Publicação do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública e APP – Sindicato, IBGE – Brasil em Números.

LIBANEO, J.C.**Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, L.C. **Organização escolar e democracia radical:** Paulo Freire e a governação da escola pública. São Paulo:Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

MARTINS, C. **O que é política educacional.** São Paulo: Brasiliense,1994.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996

MONLEVADE, JOÃO A. – ***Fazer para Acontecer***. Idea Editora - Brasília-DF, 2002.

***Os Desafios do Plano Nacional de Educação*** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Brasília-DF, 2004

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Publica.** São Paulo: 3.ed. Atica. 2003.

_____. **Administração Escolar:** introdução critica – 9.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças:** fragmentos de uma sociologia do fracasso. Trad. Claudia Schilling. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

_____. **Dez novas competências para ensinar.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 2000.

_____. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

***Plano Estadual de Educação*** – Versão Preliminar – Jovens do Paraná Secretaria de Estado da Educação

***Plano Nacional de Educação*** - Ministério de Educação – Brasília-DF, 2001.

QUADROS, RONICE MÜLLER de – ***Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*** – Porto Alegre: Artes Médicas 1997.

ROMÃO, J.E. **Poder Local e Educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

RUARO, D.A. **Prática Reflexiva de Professores:** Possibilidades e Limites. Pato Branco-PR: Imprepel Gráfica e Editora Ltda, 2004.

SAVIANI, D. **Política e Educação no Brasil.** São Paulo: Cortez. Autores Associados.

_____. **Sobre a natureza e especificidades da Educação**. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. 3ª edição, São Paulo: Cortez. Autores Associados.

_____. **Percorrendo os caminhos na educação. Educação e sociedade**, 2002, vol.23.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

SKLIAR, CARLOS – ***A Surdez: um olhar sobre as diferenças***, Porto alegre: Mediação 1998.

**Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial: Área de Deficiência Visual** – Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Especial – Brasília: MEC/SEESP, 1995.

Sites consultados:

www.crmariocovas.sp.gov.br

www.ibge.gov.br

www.mec.gov.br

www.novaescola.com.br

www.paulofreire.org.br

www.revistapatio.com.br

SEESP, 1995